



**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO**

Fábio Gomes da Silva

**O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO LUGAR E DO LOCAL EM
COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO DE BERURI,
AMAZÔNIA**

Santa Cruz do Sul
2025

Fábio Gomes da Silva

**O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO LUGAR E DO LOCAL EM
COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO DE BERURI,
AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Doutorado, Linha de Pesquisa Território, Planejamento e Sustentabilidade da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virginia Elisabeta Etges
Coorientador: Prof. Dr. José Antônio Moraes do Nascimento

Santa Cruz do Sul
2025

Fábio Gomes da Silva

**O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO LUGAR E DO LOCAL EM
COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO DE BERURI,
AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Doutorado, Linha de Pesquisa Território, Planejamento e Sustentabilidade da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Prof^a. Dr^a. Virginia Elisabeta Etges
Orientadora – PPGDR UNISC

Prof. Dr. José Antonio Moraes do Nascimento
Coorientador – PPGDR UNISC

Profa. Dra. Claudia Tirelli – PPGDR UNISC

Profa. Dra. Taciane Lais da Silva Velazquez – PPGDR UNISC

Prof. Dr. Airton Adelar Muller – PPGDR UNIJUI

Prof. Dr. Alcione Talaska – IFC Campus Concórdia

Santa Cruz do Sul
2025

CIP - Catalogação na Publicação

Gomes da Silva, Fábio

O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO LUGAR E DO LOCAL EM
COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO DE BERURI, AMAZÔNIA / Fábio
Gomes da Silva. – 2026.

184f. : il. ; 28 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de
Santa Cruz do Sul, 2026.

Orientação: Profa. Dra. Virginia Elisabeta Etges.

Coorientação: Prof. Dr. José Antônio Moraes do Nascimento

1. Comunidades Tradicionais. 2. Lugar. 3. Local. 4.
Abordagem Steam. 5. Região Amazônica.. I. Elisabeta Etges,
Virginia . II. Moraes do Nascimento , José Antônio . III.

Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



Foto: Silva, 2019.

“Para nós, os rios e a floresta são sujeitos de saberes e essa relação com a natureza produz conhecimentos. É importante para a diversidade da educação brasileira, que esses conhecimentos tradicionais sejam reconhecidos”.
O autor.

DEDICATÓRIAS E AGRADECIMENTOS

Dedico esta tese a Deus, razão de toda a existência; à minha mãe, Kátia Gomes; ao meu pai, *in memoriam*, Aly Seixas, que me criou; à amiga e amada esposa, Luciana Gomes, que sempre esteve ao meu lado, acompanhando e apoiando as atividades acadêmicas que desenvolvi; aos meus irmãos, pelas palavras de apoio; e aos meus filhos, Felype Gomes e Henry Guilherme, a quem tanto amo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, por meio da bolsa concedida, e à Universidade de Santa Cruz do Sul, na figura do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, que forneceu a estrutura acadêmica, por meio das disciplinas ofertadas, possibilitando a construção desta tese.

Quero agradecer a todos os “parentes” das comunidades tradicionais onde foi realizada a pesquisa. Vocês me ensinaram muito, e sou profundamente grato a cada um. Com vocês aprendi que devemos RE-EXISTIR: resistir para continuar existindo!

Agradeço aos professores orientadores Virgínia Elisabeta Etges e José Antônio Moraes do Nascimento por aceitarem o desafio de me orientar. Certamente não foi tarefa fácil, mas acredito que os grandes orientadores são aqueles que conseguem fazer com que seus orientandos cheguem até o fim dessa jornada que é o doutorado. Obrigado, professores!

Agradeço, com toda a admiração que existe em mim, aos meus professores da Universidade de Santa Cruz do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Agradeço, com muito carinho, aos meus colegas de mestrado e doutorado, que transformaram a jornada acadêmica em uma verdadeira viagem com amigos.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional, coordenado pela Professora Virgínia Elisabeta Etges, pelas discussões de temas pertinentes ao desenvolvimento regional. Agradeço também aos parentes e amigos que me ofereceram, além de seu tempo, bens, recursos ou serviços, a generosidade rejuvenescedora.

Por fim, um agradecimento especial às pessoas que conheci nas comunidades ribeirinhas Tuiué, Lírio do Vale e cidade de Beruri, localizadas à margem esquerda do rio Purus, e na comunidade indígena Santa Rita, localizada à margem direita do rio, no município de Beruri, durante a pesquisa.

RESUMO

O objetivo principal desta tese é analisar o território sob a perspectiva do lugar e do local, no contexto da produção de conhecimento em comunidades tradicionais da região de Beruri, Amazonas. Para isso, buscou-se caracterizar o processo de formação da região, com destaque para as comunidades indígenas e ribeirinhas. Investigou-se a compreensão das categorias de lugar e de local no cotidiano de estudantes e das comunidades tradicionais da região de Beruri, bem como se analisou o conhecimento construído entre estudantes e comunidades tradicionais por meio da abordagem Steam. Nesse contexto, o território é entendido como território usado, definido pelo uso e apropriação do espaço pela sociedade, em que o lugar se apresenta como espaço dos saberes ancestrais e das experiências de vida, enquanto o local permite compreender fenômenos socioculturais em múltiplas escalas. Constatou-se que é pelo modo de vida das comunidades tradicionais e pelas narrativas de trocas interculturais que as perspectivas do lugar e do local se encontram: o lugar, enquanto espaço de vida, resultante de uma profunda interação entre a natureza e os habitantes que ali vivem; e o local, enquanto conexão com outras escalas, de perto e de longe, que se fazem presentes por meio de notícias trazidas pelos meios de comunicação, dos métodos e conteúdos trabalhados no processo de ensino aprendizagem, entre outros. A pesquisa também mostrou que o conhecimento construído a partir do local, pelas comunidades tradicionais por meio da abordagem Steam, resulta da interação entre memória, práticas cotidianas e saberes tradicionais. Esse processo fortalece a identidade indígena e ribeirinha, sensibiliza a preservação ambiental e promove o equilíbrio entre conservação e qualidade de vida, respeitando as práticas tradicionais nestas comunidades da região de Beruri, no Amazonas.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Lugar; Local; Abordagem Steam; Região Amazônica.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze territory from the perspective of place and local, within the context of knowledge production in traditional communities of the Beruri region, Amazonas. To this end, the study sought to characterize the region's formation process, highlighting indigenous and riverside communities. It investigated the understanding of the perspective of place and local in the daily lives of students and traditional communities in the Beruri region, and analyzed the knowledge constructed between students and traditional communities using the Steam approach. In this context, territory is understood as used territory, defined by the use and appropriation of space by society, where place is presented as the space of ancestral knowledge and life experiences, while local allows for the understanding of sociocultural phenomena on multiple scales. It was found that the perspectives of place and local meet through the way of life of traditional communities and the narratives of intercultural exchanges: place, as a living space, resulting from a profound interaction between nature and the inhabitants who live there; The research also showed that the knowledge built from the local level by traditional communities through the STEAM approach results from the interaction between memory, daily practices, and traditional knowledge. This process strengthens indigenous and riverside identity, raises awareness of environmental preservation, and promotes a balance between conservation and quality of life, respecting traditional practices in these communities in the Beruri region of Amazonas.

Keywords: Traditional communities; Place; Local; Steam approach; Amazon region.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do Município de Beruri – AM	41
Figura 2 -	Localização de Beruri na Bacia Transfronteiriça do Rio Purus – AM	42
Figura 3 -	Área da reserva Piagaçu-Purus	44
Figura 4 -	Distribuição da população indígena no território brasileiro, censo IBGE 2022	47
Figura 5 -	Localização das comunidades tradicionais pesquisadas do município de Beruri-Am	72
Figura 6 -	Mapa mental do Cacique da Comunidade Indígena Santa Rita	78
Figura 7 -	Mapa mental do líder masculino da Comunidade Indígena Santa Rita	79
Figura 8 -	Mapa mental da liderança feminina da Comunidade Indígena Santa Rita	81
Figura 9 -	Mapa mental do professor da Comunidade Indígena Santa Rita	82
Figura 10 -	Mapa mental do estudante Indígena da Comunidade Indígena Santa Rita	83
Figura 11 -	Mapa mental da liderança principal da Comunidade Ribeirinha Tuiué	85
Figura 12 -	Desenho da liderança feminina da Comunidade Ribeirinha Tuiué	86
Figura 13 -	Desenho da liderança masculina da Comunidade Ribeirinha Tuiué	88
Figura 14 -	Mapa mental do professor da Comunidade Ribeirinha Tuiué	89
Figura 15 -	Mapa mental do estudante da Comunidade Ribeirinha Tuiué	90
Figura 16 -	Desenho da líder principal da Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale	91
Figura 17 -	Mapa mental do líder masculino da Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale	93

Figura 18 -	Mapa mental da professora da Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale	95
Figura 19 -	Mapa mental da estudante da Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale	96
Figura 20 -	Mapa mental do professor 1 da Escola Estadual Getúlio Vargas	98
Figura 21 -	Mapa mental do professor 2 da Escola Estadual Getúlio Vargas	100
Figura 22 -	Mapa mental do estudante 1 masculino da Escola Estadual Getúlio Vargas	102
Figura 23 -	Mapa mental do estudante masculino 2 da Escola Estadual Getúlio Vargas	103
Figura 24 -	Mapa mental da estudante feminina 1 da Escola Estadual Getúlio Vargas	105
Figura 25 -	Mapa mental da estudante feminina 2 da Escola Estadual Getúlio Vargas	106
Figura 26 -	Caracterização do método Steam	111
Figura 27 -	Trajeto percorrido pela equipe da oficina Steam de Beruri até a comunidade indígena Santa Rita, no lago Joari	115
Figura 28 -	Planejamento das oficinas Steam com a equipe do projeto e professores da comunidade indígena Santa Rita	116
Figura 29 -	Lançamento do livro poetas e indígenas na comunidade Santa Rita	117
Figura 30 -	Capa, contracapa e poesia <i>sító popikarí e pôesia one pítxaka</i> do livro poetas e indígenas na comunidade Santa Rita	119
Figura 31 -	Escola Municipal Ribeirinha da comunidade Tuiué no período da seca do rio Purus.	122
Figura 32 -	Transporte no período da cheia do rio Purus.	123
Figura 33 -	Reunião com os comunitários e o encontro de poetas e artistas locais.	124
Figura 34 -	Oficinas Steam realizadas na comunidade ribeirinha Tuiué	124
Figura 35 -	Lançamento do Livro Jovens Poetas da Escola D'água na Comunidade Ribeirinha Tuiué	126
Figura 36 -	Trajeto dos professores para realizar as oficinas Steam na Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale e o período da cheia do Rio Purus no ano de 2021.	129
Figura 37 -	Oficinas Steam com os estudantes na Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale	130

Figura 38 - Oficinas de leitura com os estudantes na Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale	131
Figura 39 - Oficinas de casqueta e o uso de tecnologia na comunidade Ribeirinha Lírio do Vale	139
Figura 40 - Oficinas de práticas sustentáveis na Cidade de Beruri-AM	134
Figura 41 - Oficinas de robóticas na Escola Estadual Giberto Mestrinho	134
Figura 42 - Oficinas de esqueletização de folhas	136
Figura 43 - Oficinas de produção de tintas a partir do solo	137
Figura 44 - Lançamento do livro Jovens Poetas de Beruri	138
Figura 45 - Oficinas de elaboração de planos de aula a partir da produção local da etnia Apurinã	140

LISTA DE GRÁFICO E TABELAS

Gráfico 01	População de Beruri-AM	43
Tabela 01	Apresentação dos entrevistados	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Síntese dos objetivos, procedimentos de coleta e sistematização dos dados	75
Quadro 02 -	As escolas municipais e estaduais do município de Beruri	133
Quadro 03 -	Apresentação dos projetos com a abordagem Steam no período 2018 a 2025	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPI Assessoria Especial dos Povos Indígenas

AIS Agente Indígena de Saúde

ANA Agência Nacional de Água

BNCC Base Nacional Comum Curricular

AVSI Associazione Volontari per il Servizio Internazionale

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASAI Casa de Saúde Indígena

CETAM Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

CF Constituição Federal

CI Componente Indígena

CIMI Conselho Indigenista Missionário - Amazônia Ocidental

CONAMA O Conselho Nacional do Meio Ambiente

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CGLIC Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental

CGGAM Coordenação Geral de Gestão Ambiental

DPDS Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

DSEI Distrito Sanitário de Saúde Indígena

DNER Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

DNIT Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte Terrestre

DST's Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECO 92 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EI Estudantes Indígenas

ERT Estudantes Ribeirinhos Tuiúé

ERL Estudantes Ribeirinhos Lírio

EB Estudante Beruri

ECI Estudo do Componente Indígena

EEE Estudo Etno-Ecológico

EIA Estudo de Impacto Ambiental
FAS Fundação Amazônia Sustentável
FAPEAM Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
FEBIC Feira Brasileira de Ciências e Engenharia
FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI Fundação Nacional do Indígena
GATI Gestão Ambiental em Terra Indígena
ICMBio Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAAM Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ISA Instituto Socioambiental
ISPN Instituto Sociedade, Populações e Natureza
LED Luz da Educação
LSI-TEC Laboratório de Sistema Integráveis Tecnológicos
LPIM Liderança Principal Indígena Masculina
LIM Liderança Indígena Masculina
LIF Liderança Indígena Feminina
LPTM Liderança Principal Tuiué
LTM Liderança Tuiué Masculina
LTF Liderança Tuiué Feminina
LPL Liderança Principal Lírio
LLM Liderança Lírio Masculina
LLF Liderança Lírio Lemínina
MPF Ministério Público Federal
NSF National Science Foudation
OIT Organização Internacional do Trabalho
ONU Organização das Nações Unidas
OPAN Operação Amazônia Nativa

OPIAJ Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi

OPIAJBAM Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre, AM

PBACI Plano Básico Ambiental do Componente Indígena

PBAI Plano Básico Ambiental Indígena

PCE Programa Ciência na Escola

PI Professor Indígena

PIM Polo Industrial de Manaus

PIB Produto Interno Bruto

PIBEX Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PIBID Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PRT Professor Ribeirinho Tuiúé

PRL Professor Ribeirinho Lírio

PB Professores Beruri

PNGATI Política Nacional de Gestão Ambiental em Terra Indígena

PPGDS Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável

PPP Projeto Político Pedagógico

PPGAS Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

PEC Proposta de Emenda Constitucional

Poli-USP Politécnica da Universidade de São Paulo

RIMA Relatório de Impacto Ambiental

RESEX Reserva Extrativista

RDSPP Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus

RCID Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

STEAM Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics

STF Supremo Tribunal Federal

SEPI Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas

SEDUC Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar

SESAI Secretaria Especial de Saúde Indígena

SESI Serviço Social da Indústria

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

TICs Tecnologias de 139 Informação e Comunicação

TDIC Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

TI Terra Indígena

UC Unidade de Conservação

EUA Estados Unidos da América

UEA Universidade do Estado do Amazonas

UNI União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia

UFAM Universidade Federal do Amazonas

UnB Universidade de Brasília

UFAC Universidade Federal do Acre

UHBM Usina Hidrelétrica de Belo Monte

UNISC Universidade de Santa Cruz do Sul

USP Universidade de São Paulo

PREÂMBULO

O entendimento sobre a importância da floresta vem desde a minha infância, nos primeiros contatos com a floresta, através da brincadeira de subir nas árvores, onde aproveitava para apanhar seus frutos. E, também, brincar no rio Solimões, nadando com meus irmãos e amigos. Já no lago chamado Uruá, próximo de casa, pescávamos de caniço e flecha. São os melhores registros de minha infância e adolescência. Mas a primeira percepção acerca da produção de conhecimento em comunidades tradicionais, surgiu somente durante o curso de graduação em Biologia e Química na Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Durante as visitas de campo das disciplinas de geologia, paleontologia, mineralogia e didática percebi que os conhecimentos existentes entre os povos tradicionais da região são repletos de significados e, como tais, devem ser valorizados e incorporados, tanto no âmbito da escola formal, quanto da produção de novos conhecimentos os programas institucionais, como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, em que realizei projetos de pesquisas, foram fundamentais na percepção do lugar, e me impulsionaram como estudante e filho de comunidade tradicional a levar propostas que pudessem contribuir para a valorização e o reconhecimento dos saberes dessas comunidades, em ações voltadas à compreensão da complexidade da realidade atual.

A vontade alinhada com o carinho que tenho pelos irmãos das comunidades tradicionais me motivou ainda a desenvolver o TCC com o título: Principais dificuldades enfrentadas pelos professores que ministram as disciplinas de Ciências, Biologia e de Química nas comunidades ribeirinhas do município de Coari - AM. Essas experiências, seja como voluntário, bolsista ou estagiário durante a graduação, trouxeram a certeza da contribuição que eu poderia oferecer ao lugar do qual faço parte.

Após a Graduação, realizei três cursos de Especialização em Letramento Digital, que tiveram como tema as tecnologias digitais na formação de professores no município de Beruri-AM. Esses cursos de especialização oferecidos para professores

pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, foram importantes para compreender e colocar em prática várias ferramentas tecnológicas em escolas da cidade e de comunidades tradicionais, o que nos motivou, juntamente com o professor Adailson Souza e Valtemir Cordeiro, a organizar o livro Letramento Digital: O futuro da educação. A proposta do livro foi analisar as diferentes aplicabilidades das ferramentas digitais em escolas urbanas e de comunidades tradicionais de Beruri.

Durante o mestrado abordei o tema: Consumo de água nas comunidades ribeirinhas da Reserva Piagaçu. Nesta pesquisa compreendi sobre a importância da qualidade da água para as comunidades ribeirinhas, além da compreensão do rio como estrada no nosso cotidiano, que nos leva através das canoas, rabetas e barcos para outras comunidades, cidades e para a capital Manaus.

Ressalto, que ser professor foi um sonho realizado. Me ancorei na profissão para contribuir na busca de soluções para os problemas locais através da educação. E, inspirar jovens a acreditarem em seus sonhos e lutarem pelos seus objetivos e nunca desistirem. Com o esforço de desenvolver projetos de iniciação científica foi possível promover pela primeira vez no município de Beruri a Semana de Ciência e Tecnologia em 2016, juntamente com meus colegas professores e principalmente com o apoio dos estudantes. Essas iniciativas foram apoiadas pelas instituições da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar - SEDUC, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Universidade do Estado do Amazonas - UEA e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM. Em 2019 enviei a proposta do projeto Semana de Ciência e Tecnologia a qual foi aprovada pelo edital interno na Embaixada dos EUA no Brasil em parceria com o Laboratório de Sistemas Integráveis Tecnológico (LSI-TEC) e apoio da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - Poli-USP e do Grupo +Unidos. No ano de 2021 diante as edições ocorreram nas comunidades tradicionais. Essa iniciativa foi fundamental para estudantes apresentarem seus projetos e se protagonizarem.

Ao longo destes 9 anos como docente, orientei vários estudantes da cidade de Beruri e em comunidades ribeirinhas e indígenas, estudantes do município de Anamá e de Codajás. Muitas dessas orientações ocorreram por meio do Programa Ciência na Escola (PCE), apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), envolvendo pesquisadores juniores, bolsistas e projetos

voluntários. Essas propostas foram premiadas em vários eventos locais, estaduais, regionais e nacionais. Com destaque para o prêmio da Feira de Ciências e Inovações Educacionais - SESI-Manaus (1º lugar em Engenharia Sustentável e Biológica - 2024), finalista Prêmio LED, Rede Globo - 2024, finalista do Programa de Pesquisadores da Brazil Conference, Harvard & MIT 2025 (estudante de doutorado), Prêmio Destaque Unidades da Federação - Amazonas, 21ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, Prêmio: Destaque em promoção de leitura, VII FEBIC – 2022, Impactos Positivos (1º Lugar - Categoria Cultura - 2021), Prêmio Experiências Transformadoras em Educação Pública na Amazônia, Fundação Amazônia Sustentável - FAS – 2021, 12º Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável - ISAE - 2019.

E agora, através desta tese tenho o privilégio de continuar a falar do meu lugar onde dei meus primeiros passos, o lugar com o qual desenvolvi uma profunda relação de pertencimento e de interação com a floresta e o rio. É um lugar onde se encontram diferentes etnias e comunidades ribeirinhas, cada uma marcada pela diversidade cultural. Nesses espaços, os saberes ancestrais são transmitidos de pai para filho, como as técnicas de pesca, o cultivo de alimentos e os nomes dos pássaros, das plantas e dos peixes, entre outros.

Outro fator importante na escolha do tema, foi o fato deste autor ter sido selecionado em 2019, como professor, para participar do Programa STEMTechCampBRASIL, uma iniciativa da Embaixada dos EUA no Brasil, em parceria com o Laboratório de Sistema Integráveis Tecnológicos - LSI-TEC e apoio da Universidade de São Paulo - Poli-USP e do Grupo + Unidos. Da mesma forma, também fui selecionado para participar da Comunidade de Educadores da Liga Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática - Steam 2023 e 2024 uma estratégia criada pela Fundação ArcelorMittal para conectar parceiros relevantes e somar forças para investir na educação no Brasil. Hoje, em conjunto com a Fundação Banco do Brasil, a AVSI Brasil e a Tríade Educacional, é um dos maiores programas de formação gratuita de educadores em Steam do país.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	22
1.1 Metodologia.....	28
2. “LUGAR” E O “LOCAL” NA PERSPECTIVA TERRITORIAL	32
3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO DE BERURI – AM	38
3.1 Caracterização da região de Beruri.....	43
3.2 As Comunidades Indígenas na Região	46
3.3 As Comunidades Ribeirinhas na Região.....	66
4. A COMPREENSÃO DO LUGAR E DO LOCAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO	72
4.1 A perspectiva do lugar e do local no cotidiano das comunidades tradicionais na região de Beruri	77
4.2 A abordagem STEAM como ação intermediadora	107
5. O CONHECIMENTO CONSTRUÍDO A PARTIR DO LOCAL PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS POR MEIO DA ABORDAGEM STEAM	142
6. CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICES	182

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais, cujo território é marcado por uma grande diversidade, tanto natural quanto histórica e social. A Amazônia, como parte dessa diversidade territorial, tem recebido atenção crescente ao longo das últimas décadas, principalmente no contexto da crise climática que vem atingindo todo o planeta, e pela intensa exploração dos seus recursos naturais, por meio de grandes obras de geração de energia, de exploração mineral, do agronegócio, entre outros.

As populações que habitam a Amazônia, entretanto, não têm recebido a mesma atenção. Ao contrário, vêm sofrendo com a ação predatória de madeireiros, pecuaristas, garimpeiros, entre outros, por meio do desmatamento da floresta e da poluição das águas dos rios.

Além disso evidencia-se que o conhecimento sobre os modos de vida e a necessidade da sua valorização vem sendo ampliados, embora existam "questões" enraizadas, pela grande parcela da população, que são objeto de nossa luta para atualização. Essa tese também contribui para esse reconhecimento e valorização dos modos de vida das populações tradicionais da região, sua história, sua organização social, sua visão de mundo, o que expressa, de certa forma, o desprezo que a grande parte da população da faixa oriental/litorânea do país nutre pelas áreas "interioranas", também conhecidas como "grotas", e pelas populações que ali vivem. De qualquer forma, destruir o que não se conhece torna a ação predatória mais "aceitável", não só para os executores imediatos, mas principalmente para a sociedade como um todo, que assiste inerte e passivamente à destruição (Etges, 2022).

Pesquisadores de várias áreas do conhecimento vêm realizando pesquisas, procurando desvelar as riquezas da fauna e, principalmente, da flora da região, altamente promissora no campo de insumos para as indústrias farmacêutica, cosmética, alimentos e em diversas áreas do conhecimento.

A pesquisa aqui apresentada, sob o título O Território na perspectiva do Lugar e do Local em Comunidades Tradicionais na Amazônia, está vinculada ao campo do Desenvolvimento Regional no qual nos defrontamos com conceitos que tratam da

relação sociedade e natureza, em que o território é entendido como território usado, definido pelo uso e apropriação do espaço pela sociedade. E é nesse contexto que buscamos analisar como se evidencia a compreensão de território, na perspectiva do lugar e do local, no contexto da produção de conhecimento em comunidades tradicionais da região de Beruri, na Amazônia.

Para tanto trabalhamos com conceitos que expressam, simultaneamente, dimensões de espaço e de tempo, uma vez que podem ser datados como espaço, espaço geográfico, território e região. Para além destes, temos os conceitos de lugar e de local que, geralmente, aparecem como sinônimos. É no território, portanto, que se observa os arranjos socioespaciais que podem ser identificados nas escalas local, regional, nacional ou global, por exemplo.

Smith (2002) realiza importantes contribuições nesse sentido, destacando as escalas como distintos níveis de construção do espaço, entendido como um processo social. Assim, a multiescalaridade está articulada com a compreensão da multidimensionalidade do território a qual, segundo Bacelar (2009), implica no desafio de construir uma visão integrada, visando, sobretudo, a leitura de conflitos.

Da mesma forma, é também no território que o lugar se manifesta, a partir da relação que indivíduos ou grupos sociais estabelecem com o espaço em que vivem, tendo o lugar como espaço de vida. Enquanto o termo lugar é o lócus de reprodução das relações do cotidiano, o uso do termo local remete a um recorte espacial específico sendo, pois, um nível escalar para estudar e analisar a configuração do território (Etges, 2022).

Santos (2001) afirma que o mundo, como um conjunto de essências e possibilidades, não existe para si próprio, mas apenas para os outros. É o espaço, isto é, os lugares que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, ou seja, empiricizado. Os lugares são, portanto, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais e diversos.

Nessa perspectiva, a Amazônia legal¹, além da sua importância na manutenção do equilíbrio climático no globo terrestre e da sua grande biodiversidade, é também o

¹ A Amazônia compreende um conjunto de ecossistemas que envolve a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, bem como a Floresta Amazônica; é considerada a região de maior biodiversidade do planeta e o maior bioma do Brasil, correspondente a cerca de 49% do território brasileiro, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos Estados do Maranhão,

lugar de vida de vários grupos humanos, conhecidos como povos e comunidades tradicionais, destacadamente populações indígenas e ribeirinhas, que vêm reproduzindo seus modos de vida nesse ambiente ao longo dos séculos.

Seu território representa mais da metade da floresta úmida tropical do planeta, sendo a maior floresta tropical do mundo. Para Guitarrara (2024) são aproximadamente 7,5 milhões de km² de extensão, representa entre 4% e 6% da superfície total da Terra e entre 25% e 40% da superfície da América, sendo que aproximadamente 68% do território total da floresta amazônica encontra-se em território brasileiro.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (2025), povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Empregam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração.

Seus modos de vida possibilitam encontrar na caça, na pesca e na extração de plantas e outros recursos, fontes de alimentação e renda. Contribuem, ao mesmo tempo, para a conservação da biodiversidade brasileira, a maior do planeta. Conservam a biodiversidade graças à sua relação com a natureza e protagonizam, cada vez mais, práticas econômicas racionais, por meio de sistemas produtivos baseados na sociobioeconomia (frutas, óleos, plantas medicinais nativas, etnoecoturismo e outros meios). Desse modo, contribuem para um novo ciclo de desenvolvimento, sustentável e promissor para o Brasil.

No Brasil, Povos e Comunidades Tradicionais são representados por 28 segmentos que constituem parcela significativa da população e ocupam parte considerável do território nacional. São oficialmente reconhecidos pelo Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007, e representados pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007). Estão presentes em todos os biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025).

Tocantins e Mato Grosso. Não é exclusivamente brasileira, pois se estende a países vizinhos da porção setentrional da América do Sul (SOUZA, 2023).

Tizon (1995) destaca o sentido antropológico da relação, em que território é o ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade. Numa abordagem mais próxima da sociologia do desenvolvimento, Abramovay (1998) destaca que um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Para Albagli (2004), o sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico significa a caracterização de uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento.

Há, portanto, uma relação de troca de saberes e de respeito entre as comunidades tradicionais para com a natureza. E esta relação de cuidado fortalece a narrativa de trocas interculturais em que as perspectivas do lugar e do local se encontram: o lugar, enquanto espaço de vida, resultante de uma profunda interação entre a natureza e os habitantes que ali vivem; e o local, enquanto conexão com outras escalas, de perto e de longe, que se fazem presentes por meio de notícias trazidas pelos meios de comunicação, dos métodos e conteúdos trabalhados no processo de ensino aprendizagem, entre outros.

Assim, o problema que orienta esta investigação se explicita no seguinte enunciado: Como se evidencia a compreensão de território, na perspectiva do lugar e do local, no contexto da produção de conhecimento em comunidades tradicionais da região de Beruri – AM?

A importância da pesquisa se justifica ao propor a compreensão do significado de território, na perspectiva de escala geográfica (local, regional, nacional, global) e na perspectiva de lugar, no contexto da produção de conhecimento entre as comunidades tradicionais da região de Beruri-AM. Para tanto, analisou-se como os atores dessas comunidades tradicionais se relacionam com a floresta e os rios, se há uma relação de aprendizagem, através da natureza, pelos moradores dessas comunidades tradicionais.

Diniz (2022), em sua tese de doutorado apresenta discussões que caracterizam a formação de territórios em comunidades tradicionais, configurados a partir da

reprodução de práticas socioespaciais, embasadas em relações de poder e em processos de apropriação e manejo da natureza, orientados pelo princípio da multidimensionalidade territorial, que implica na superação da relação sociedade e natureza como campos opostos, ao integrar as facetas cultural, econômica, natural e política do território num mesmo plano territorial conexo e indivisível. Segundo Diegues (2001, p. 87),

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Possuem um 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentável de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra 'respeito' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade.

De acordo com Diegues (2001), as culturas e sociedades tradicionais podem ser identificadas e caracterizadas da seguinte forma: a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto

limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Diegues, (2001) destaca ainda que um dos critérios mais importantes na definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular.

A Constituição Federal em seu artigo 216, afirma o reconhecimento dos direitos e a diversidade destes povos que, juntamente com o Decreto 6.040/07, enuncia o que são territórios tradicionais:

Artigo 3º, II- Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou [temporária](#) (Brasil 2007).

Sendo assim, o direito ao território pela Constituição Federal permite uma relação de saberes entre gerações presentes e futuras, focada em desafios para o desenvolvimento de habilidades que lhes permitam protagonizar, através de suas vivências a continuação e manutenção de sua cultura, para as próximas gerações.

Em um território tão complexo, a relevância desta pesquisa que originou essa tese também se evidencia no fato de se constituir em um trabalho pioneiro quanto à abordagem do significado de território, na compreensão do lugar e do local, no contexto da produção de conhecimento, por meio de experiências vivenciadas em comunidades tradicionais da região de Beruri. Além disso, trata-se da primeira tese a abordar o conhecimento construído a partir do território, vivenciado pelas comunidades tradicionais na Amazônia, que buscam compreender sua realidade social, traduzida em processos de ensino/aprendizagem por meio da abordagem Steam.

Assim, o objetivo principal desta tese foi analisar o território, na perspectiva do lugar e do local, no contexto da produção de conhecimento em comunidades tradicionais da região de Beruri, Amazonas. Para isso buscou-se caracterizar o processo de formação da região com destaque para as comunidades indígenas e ribeirinhas. Pesquisou-se a compreensão da perspectiva do lugar e do local no

cotidiano de estudantes e das comunidades tradicionais na região de Beruri. E por último, analisou-se o conhecimento construído no encontro do lugar e do local entre estudantes e comunidades tradicionais, por meio da abordagem Steam.

1.1 Metodologia

A abordagem metodológica que orientou a pesquisa foi a Fenomenologia, por meio da qual buscou-se compreender o significado do lugar e do local na produção de conhecimento entre comunidades tradicionais da região. A pesquisa foi realizada nos anos de 2024 e 2025, por meio de levantamento bibliográfico e documental, além da aplicação de entrevistas semiestruturadas com lideranças das comunidades tradicionais e representantes de escolas da região, bem como pela observação em campo. Além disso, solicitou-se aos entrevistados que elaborassem representações de sua compreensão sobre o lugar e o local em forma de desenhos ou mapas mentais.

Portanto, visando compreender o significado do território na perspectiva do lugar e do local, foram analisadas três comunidades tradicionais: duas comunidades ribeirinhas, Tuiué e Lírio do Vale, localizadas à margem esquerda do rio Purus, e a comunidade indígena Santa Rita, localizada à margem direita do rio, no município de Beruri. Além destas comunidades, também foram obtidos dados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Getúlio Vargas, localizada no espaço urbano de Beruri.

Destaca-se, portanto, que a perspectiva metodológica que incide na busca de apreensão desta realidade está alicerçada nos resultados de um processo histórico de lutas das comunidades tradicionais, que se fundamenta na experiência vivida, entre ser humano e floresta. Esta relação é fundamental na construção de saberes e nas experiências da atual geração dessas comunidades, que certamente passará suas experiências e vivências às gerações futuras.

Assim, parafraseando Lencioni (1999, p. 150), foi realizada uma análise do “mundo vivido como possibilidade de viver a experiência sensível e de, simultaneamente, poder pensá-la de forma racional”.

A Fenomenologia constitui-se numa corrente filosófica concebida por Edmond Husserl (1859–1918), que considera os objetos como fenômenos, os quais devem ser analisados como aparecem na consciência. “A Fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida. Afirma que toda disciplina deve questionar a essência que funda o objeto da sua investigação científica” (Lencioni, 1999, p. 149).

De acordo com Marcondes (2008, p. 262), “Husserl considera que o método fenomenológico rompe com a atitude natural ou espontânea em que se constituem nossas crenças habituais, em que aprendemos fatos, passando [...] ao exame do modo de constituição desta experiência.”

Em virtude da consciência se constituir a partir das experiências vividas, a fenomenologia chama a atenção para o fato de que é pelo vivido que o indivíduo se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores. Por isso, com a compreensão do vivido, com sua dimensão subjetiva, distante do mundo objetivo e abstrato da ciência, é que se alcança a essência dos objetos tal como eles se apresentam na consciência. Portanto, é através do percebido, e não do concebido, ou seja, não por ideias prévias, pré-concebidas ou por conceitos que o indivíduo se põe em contato com os objetos exteriores. “A consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica fundamental” (Lencioni, 1999, p. 150).

Neste sentido, a contribuição de Lencioni é notória e importante, ao realizar uma reflexão do espaço vivido, colocando no centro de sua análise o lugar, destacando que é o lugar, mais do que o espaço, que se relaciona à existência real e à experiência vivida. O lugar, porém, é visto pela Geografia sob a influência da fenomenologia não como um lugar em si, um lugar objetivo, mas como algo que transcende sua materialidade, por ser repleto de significados. Por isso é que o lugar, concreto, único e que tem uma paisagem, não apenas natural, mas essencialmente cultural, torna-se o centro e o objetivo do conhecimento geográfico. O lugar transcende sua realidade objetiva e é interpretado como um conjunto de significados. Por outro lado, “quando o lugar já não se coloca como um conjunto de significados, na maioria das vezes por causa da tecnologia que transforma todos os lugares em espaços homogêneos, em verdadeiros “clones paisagísticos”, os lugares passam a ser não-lugares” (Lencioni, 1999).

Para Tuan (2012, p.19), o lugar é impregnado de significados construídos pela experiência, ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar, sendo a Topofilia o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal.

Perspectiva semelhante se aplica aos estudos regionais ancorados na fenomenologia, em que se passou a desenvolver temas como a percepção do território e os significados e valores modelados pela cultura e estrutura social presente no mesmo, que passaram a ser analisados com o objetivo de compreender o sentimento que os indivíduos têm por pertencer a determinada região, procurando apreender os laços afetivos que criam uma identidade regional.

A partir dessa perspectiva, os estudos regionais passaram a conceber o homem com seus valores culturais e sociais, procurando superar o reducionismo de muitas análises que o consideraram, acima de tudo, um ser econômico ou um dado de uma matriz (Lencioni, 1999).

A Geografia Humanista, de inspiração fenomenológica, procurou desenvolver um enfoque globalizador e subjetivo da realidade, no qual a intuição passou a ser um elemento constitutivo e importante do processo de conhecimento, por meio da discussão das representações que os indivíduos fazem do mundo.

Segundo Lencioni (1999), essas discussões das representações do imaginário dos indivíduos conduziram ao interesse pelo estudo dos mapas mentais, distintos dos mapas cartográficos que buscam elaborar uma representação objetiva do espaço. Os mapas mentais, por sua vez, são subjetivos e construídos a partir da percepção do espaço. Assim, os mapas mentais podem ser reveladores, uma vez que por meio do seu estudo pode-se apreender a imagem que os indivíduos têm acerca dos lugares, procurando relacionar essas imagens às características socioculturais destes e entender uma das dimensões das relações que os indivíduos estabelecem com o território.

No campo das metodologias de ensino/aprendizagem muito tem-se discutido sobre a necessidade de novas abordagens, tendo em vista as profundas e aceleradas transformações pelas quais a sociedade vem passando ao longo das últimas décadas.

Nesse contexto as metodologias ativas vêm se destacando, interrelacionando educação, cultura, sociedade, política e escola, desenvolvida por meio de métodos

ativos e criativos, centrados na atividade do estudante com a intenção de propiciar a aprendizagem. Segundo Bacich e Moran (2018), essa concepção surgiu muito antes do advento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), com o movimento chamado Escola Nova, cujos pensadores, como William James, John Dewey e Édouard Claparède, defendiam uma metodologia de ensino centrada na aprendizagem pela experiência e no desenvolvimento da autonomia do aprendiz.

O pensamento da Escola Nova converge com as ideias de Freire (1996) sobre a educação dialógica, participativa e conscientizadora, que se desenvolve por meio da problematização da realidade, na sua apreensão e transformação. Na ótica do trabalho pedagógico com a metodologia da problematização, ensinar significa criar situações para despertar a curiosidade do aluno e lhe permitir pensar o concreto, conscientizar-se da realidade, questioná-la e construir conhecimentos para transformá-la, superando a ideia de que ensinar é sinônimo de transferir conhecimento (Bacich; Moran (2018, p. 17).

Assim, o resultado desta pesquisa é apresentado em cinco capítulos que abordam aspectos distintos relacionados ao tema do território na perspectiva do lugar e do local em comunidades tradicionais da região de Beruri, Amazonas. Além da presente introdução como primeiro capítulo, no segundo capítulo são explorados conceitos fundamentais, como o “lugar” e o “local” na perspectiva territorial, em que é discutida a importância do lugar para os moradores dessas comunidades tradicionais e o processo da formação do território da região de Beruri, como construção social.

O terceiro capítulo concentra-se no processo de formação da região de Beruri – AM, caracterização da região de Beruri, as Comunidades Indígenas e as Comunidades Ribeirinhas na Região. No quarto capítulo foram analisadas, através de entrevistas e mapas mentais, a compreensão da perspectiva do lugar e do local no cotidiano das comunidades tradicionais na região de Beruri e a abordagem Steam como ação intermediadora. No quinto e último capítulo, analisa-se o território, como encontro do lugar e do local, como expressão da identidade de um povo e da noção de pertencimento, por um lado; e como parte de um mundo multiescalar, interagindo com múltiplas escalas, por outro.

2. “LUGAR” E “LOCAL” NA PERSPECTIVA TERRITORIAL

O processo da formação do território, como construção social, é constituído de lutas e conflitos. Autores das Ciências Sociais e Humanas em geral, têm trazido relevantes contribuições ao tema, mas é no campo da Geografia em particular que o tema recebe atenção especial, destacadamente por autores como Y Fu Tuan, Marcelo Lopes de Souza, David Harvey, Alain Lipietz, Milton Santos, entre outros.

Milton Santos (1999) afirma que o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado, ou seja, o território em mudança, o território em processo. Ele é o quadro da vida de todos nós, seja na escala global, na escala nacional, nas escalas intermediárias ou na escala local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto como um campo de forças, como o lugar do exercício de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos.

A ciência política de modo geral ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos –, como se ele não tivesse um conteúdo social. Este aparece apenas como estatísticas, que são caixinhas que vamos abrindo à medida que necessitamos produzir o discurso. Mas está excluído o conteúdo – o dinamismo socio territorial, socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência (Santos, 1999, p. 19).

Nesse sentido, Santos entende o território como construção social:

O território visto como verticalidade, como conjunto de pontos, é apenas um recurso para os atores internos e externos preocupados apenas com as suas próprias finalidades e indiferentes às finalidades dos outros [...]. No entanto, para os atores não-hegemônicos o território não é formado como um conjunto de pontos, mas como manchas em que o território não é apenas recurso, mas também abrigo (Santos, 2006, p. 192).

Para Azevedo (2018, p.139),

o lugar não é um ponto definido por coordenadas geográficas, um ponto no espaço, uma localização física ou uma representação cartográfica; ele é a articulação da espacialidade com as relações sociais estabelecidas entre seres humanos e os elementos que compõem esse espaço.

É no lugar que acontece o processo de interação entre o homem e a natureza, ou seja, o rio e a floresta, são sujeitos de saber. Em sua tese Lopes (2021, p. 10), afirma que “praticar a cultura e suas transinvenções performatizam o devir ancestral reivindicado pelos povos tradicionais. O sim à performatividade dos saberes tradicionais por um coletivo tradicional é um ato de resistência”.

Para Santos (1997, p. 46), os lugares não são meras localizações escalares e pontuais, mas reflexos das complexidades sociais que se fazem no tempo histórico e se mostram no espaço: “a cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada”.

É importante destacar que o “lugar é construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem” (Tuan, 2013, p.7). Esse lugar é destacado por Oliveira (2014, p. 12) como:

algo que se faz visível por meio de inúmeros meios: rivalidade ou conflito com os outros lugares e manifestações de arte e de arquitetura. Todo lugar adquire identidade mediante as diversas dimensões espaciais, tais como: localização, direção, orientação, relação, território e outras.

Souza (2013) destaca que, no caso do conceito de lugar, não é a dimensão do poder que está em primeiro plano ou que é aquela mais imediatamente perceptível, diferentemente do que se passa com o conceito de território; mas sim a dimensão cultural-simbólica e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado. Em sua tese Gurgel (2016, p.34) afirma que “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar, é uma experiência pessoal vivida”.

Para Tuan (2011), lugar é qualquer localidade que tem significado para uma pessoa ou grupo de pessoas. O sentido de lugar é adquirido após um período de tempo. Quanto tempo? Podemos dizer, geralmente, que quanto mais tempo permanecermos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira. “Conhecer subconscientemente com os sentidos passivos do corpo —

particularmente o olfato e o tato — exige longo tempo de permanência. Conhecer com a visão e a mente exige muito menos tempo” (Tuan, 2011, p. 14).

Sobre o local como escala, duas abordagens se colocam: a escala cartográfica e escala geográfica. Sobre a escala cartográfica Etges (2022) esclarece que na cartografia, quanto maior o denominador, menor é a escala; e inversamente, quanto menor for o denominador, maior será a escala. Uma escala é dita grande quando é de 1:50.000 ou “maior” (carta topográfica ou planta), e dita pequena quando for de no mínimo 1:2.000.000 (quando se trata de representar países ou continentes).

Souza (2013) explica que a escala cartográfica consiste, simplesmente, na relação matemática entre as dimensões de um objeto qualquer no mundo real e as dimensões do desenho que representa esse mesmo objeto em um mapa, carta ou planta. Assim, a escala cartográfica pode ser apresentada sob a forma de uma escala numérica, em que a proporção é expressa como uma fração, sendo que o denominador representa a distância no terreno, e o numerador, seu equivalente no mapa, planta ou carta. Por exemplo, 1: 1.000.000 significa que um centímetro no mapa equivale a um milhão de centímetros no terreno (ou seja, 10 Km).

Já a escala geográfica, segundo Etges (2022), é mobilizada como um instrumental metodológico de observação de fenômenos socioespaciais que se desdobram por múltiplas escalas de análise (local, regional, nacional, global), apresentando características específicas e diferenciadas em cada uma delas. Harvey (2000, p. 75) afirma que “as escalas de análise não são imutáveis nem muito menos “naturais”, elas são, muito pelo contrário, produtos de mudanças tecnológicas, modos de organização humana e da luta política”.

Nesta pesquisa enfatizou-se a escala geográfica, analisando as múltiplas escalas de análise (local, regional, nacional, global, entre outras), além de analisar a identidade sociocultural e política própria das populações tradicionais, compostas por povos indígenas e ribeirinhos.

As comunidades tradicionais da região amazônica, em sua maioria, estão localizadas às margens dos rios. Possuem costumes e modo de viver diferentes das populações dos grandes centros urbanos, sendo compostas por ribeirinhos, indígenas, caboclos, etc. Cada comunidade geralmente possui saberes próprios, seja na pesca, coleta, caça ou na agricultura.

O conceito de comunidade tradicional é bastante discutido entre os pesquisadores, não existindo definição universalmente aceita. Entretanto, vem sendo amplamente empregado como autodenominação de populações rurais quando na exigência de seus direitos a território e políticas públicas que atendam às suas especificidades e respeitem seus conhecimentos, sua cultura e suas práticas (Colchester, 2000; Castro, 2000).

Para Silva, (2019) o caráter educativo do território envolve não somente a percepção do conhecimento científico, entendido como todas as práticas sociais dos seres humanos uns com os outros e com o meio (representados pelos conhecimentos da matemática, da história, da biologia, da química, da geografia, da saúde, da política, da psicologia, entre outras), mas também os saberes e imaginários não científicos, que caracterizam a reprodução da cultura local.

Desta relação, surge a importância dos saberes sobre as águas, as matas e as terras, próprios de cada lugar, como apontam Oliveira e Neto (2008). Corrêa e Silva (2008) enfatizam outros saberes como os do trabalho e do meio ambiente. Assim, a relação do homem com a natureza expressa outros saberes, onde o território para essa população tradicional é considerado um agente educativo.

No livro em que aborda as narrativas Kaingang, (2023) afirma que a língua não está dissociada do território e da espiritualidade, é a memória do povo, a ligação com a ancestralidade. Nesta perspectiva, o indigenista Kopenawa (2015) apresenta que é a identidade coletiva que expressa os conhecimentos milenares e é, sobretudo, sagrada. Para o autor este saber, não tem preço e não existe professor para capacitar um ancião, um indígena.

Sobre o respeito aos conhecimentos e a cultura deste povo, Pinheiro (2021, p. 139) em sua tese, defende que

o modo de ver o mundo implica na compreensão do uso dos recursos naturais pelos povos tradicionais, suas crenças, seus saberes, mitos e ritos, que dão forma ao seu *modus vivendi* a partir da percepção e significação dos recursos para a conservação do meio ambiente.

Neste sentido, Morán (1990) afirma que os saberes herdados das populações indígenas que habitam a Amazônia predominam desde o processo de colonização, período a partir do qual a miscigenação com os portugueses (1500 a 1850) fez surgir a cultura cabocla, seguida por uma fase de aculturação e economia extrativista (1850

a 1970); nesse prisma, caboclo pode ser o ribeirinho, canoieiro, pescador, subsistindo de sua própria atividade.

Na relação dos povos tradicionais com a natureza, Posey (1980, p. 36) reitera que,

os povos tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas) possuem vasta experiência na utilização e conservação da diversidade biológica e ecológica. Para eles, a 'natureza' não é somente um inventário de recursos naturais, mas representa as forças espirituais e cósmicas que fazem da vida o que ela é. Assim, a relação dos povos tradicionais, com a natureza é a luta rotineira destes povos com o equilíbrio ambiental.

No contexto da globalização, Leff, (2010) chama atenção para a reaproximação entre cultura e natureza. A complexidade ambiental implica na volta ao ser povo tradicional e de seus direitos culturais e estratégias de poder para voltar a ser o que são postos que o ser humano é um ser cultural, diferenciado pela sua cultura. É neste sentido, de padronização que Brot critica o sentido de fazer a padronização de fora para dentro. Isso pode até fazer sentido aqui fora. "Mas para a lógica das comunidades existem outras formas de falar. E é por isso que até costumamos dizer que os brancos geralmente não nos entendem. Então temos que desenhar" (Brot, 2019, p. 76-77).

Para Woodward (2009, p. 10)

a identidade é marcada através das diferenças, por meio de signos ou por projetos que são usados e/ou representam "nós" e não "ele". Na sua visão "existe uma noção entre identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa", ou seja, " a luta para afirmar as diferentes identidades têm causa e consequência materiais.

Em sua tese, Souza (2020) afirma que a identidade dos povos e comunidades tradicionais é a lógica de mutualidade e reciprocidade com a qual eles enfrentam o dia a dia. O pesquisador chama atenção à luta dos povos da Amazônia para o reconhecimento de sua identidade. Neste sentido, a crítica de Souza (2015) ressalta a relação da perda de identidade de um povo que pouco a pouco vai deixando seus saberes para trás, sendo tragados por um mundo globalizado no qual as identidades como um todo se esvaecem.

Assim, entende-se que é no território que o lugar e o local se encontram, como expressão da identidade de um povo, da noção de pertencimento, por um lado; e como parte de um mundo multiescalar, interagindo com múltiplas escalas, por outro.

Compreender esse processo e como ele se manifesta na região de Beruri, na Amazônia, foi o propósito principal desta pesquisa.

3. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO DE BERURI – AM

Regiões são expressões de arranjos territoriais particulares, resultantes de formações socioespaciais, configuradas ao longo do tempo (Etges, 2024). Nesse sentido, o município de Beruri pode ser entendido como uma região, localizada no interior do Estado do Amazonas, pertencente à Microrregião de Coari e à Mesorregião do Centro Amazonense.

O processo de formação do território ao longo do rio Purus, foi marcado por tensões e conflitos. Desde suas nascentes, nas colinas do Arco Fitzcarrald, na floresta baixa Peruana das regiões de Ucayali e Madre de Dios, até sua entrada no Brasil pelo estado do Acre, no município de Santa Rosa do Purus, passando pelo município de Manoel Urbano e entrando no estado do Amazonas pelo município de Boca do Acre até desaguar no rio Solimões, a área foi palco de várias disputas, principalmente entre os colonizadores e as comunidades tradicionais.

O livro *Poetas Indígenas Apurinã*, que aborda a história da língua desse povo, apresenta a narrativa dos conflitos com outros povos que chegaram à região Amazônica, entre eles portugueses e seringueiros. Houve também lutas da etnia Apurinã com povos de outras etnias.

O rio Purus foi o palco desses conflitos com início na Boca do Acre, onde os povos Apurinã se dispersaram ao longo do seu curso. Atualmente, as aldeias da Terra Indígena Ítiximitarí, com treze comunidades, pertencem ao município de Beruri (Silva, 2021, p. 05).

De acordo com relatos de antigos moradores, em vários momentos as comunidades tradicionais tiveram que se unir para lutar para preservar seu território. As várias disputas por esse espaço, tanto por indígenas e ribeirinhos, contra os colonizadores, tiveram mais tarde inimigos comuns, como os seringueiros, os pescadores comerciais e atualmente os garimpeiros. Essas lutas e disputas se justificam pela presença de riquezas incalculáveis na região. Como exemplo, aproximadamente 40% do desembarque pesqueiro na capital Manaus é proveniente de lagos de várzea do rio Purus.

Vários registros retratam a importância do Rio Purus no processo de ocupação daquele território. Enquanto em outras partes da Amazônia a empreita da coleta das drogas do sertão como exemplo: salsa utilizada tanto na culinária quanto para fins medicinais, urucum que é uma semente usada como corante natural, o cacau que seu uso é a base do chocolate, também apreciado por suas propriedades medicinais, acontecia desde o século XVII, o processo de colonização portuguesa no rio Purus, com a ação de ‘coletores de drogas’, ocorre somente a partir do início do século XIX. Os exploradores ficaram na história oficial como os “grandes homens” do rio Purus, homens que abriram caminho para exploração da borracha através daquele rio e em toda a região, posteriormente denominada Acre (Sugizaki e De Araújo 2020).

Em 1905 Euclides da Cunha relatava a presença de homens brancos navegando pelas margens do rio Purus na floresta amazônica: “era ainda um intruso impertinente, porque chegava sem ser esperado nem querido - quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e suntuoso salão” (Cunha, 1922, p. 6).

Entretanto, historiadores apontam que os primeiros registros de navegação nessas águas foram realizados pelos colonizadores que buscavam conhecer essa região a fim de explorá-la. Como afirma Cesco e Bezerra, 2021 “em 1542 o cronista Gaspar de Carvajal relatou os primeiros massacres de indígenas nessa região pela expedição de Francisco Orellena, que percorreu o rio Purus em busca do chamado Eldorado”.

Dessa forma, a partir do século XVI iniciam os intensos conflitos entre os colonizadores portugueses e os nativos, fazendo com que muitas etnias indígenas acabassem se expandindo pelo médio e baixo Purus. Com isso, houve uma ampliação do povoamento das áreas ribeirinhas, uma população que até os dias atuais continua vivendo e convivendo com/e do rio.

Logo após as principais expedições oficiais de exploração e de reconhecimento, segundo Araújo e Sugizaki, (2020), aos poucos o rio Purus foi se transformando, com a instalação do primeiro estabelecimento “exógeno” no lago Aiapuá, em 1852, pelo pernambucano Manoel Nicolau de Melo o qual abriu caminho para outros. Em 1857, quarenta famílias do Maranhão e do Ceará seguiram o migrante cearense João Gabriel de Carvalho e Melo. Essas famílias estabeleceram residência perto da foz, numa localidade conhecida como Itapá, e assim o Purus foi ganhando

seus “povoadores”, que encontravam como inspiração para os seus negócios produtos como siringa, salsa, castanha, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga e outros gêneros. Comerciantes de Manaus e outras cidades eram seus compradores.

À medida em que a população do Purus crescia, era preciso facilitar a vida da população com um transporte rápido e seguro. Em 1858 e em 1860, os presidentes de Província do Amazonas tinham cogitado a criação de linhas de navegação para lá. De acordo com Reis, 1953, apud Araújo e Sugizaki, (2020, p. 640) “só em 1869 a Companhia Fluvial do Alto Amazonas dava início ao serviço, até Hyutanahan, com o vapor ‘Madeira’. A navegação a vapor abriu, então, perspectivas magníficas à colonização do grande vale”.

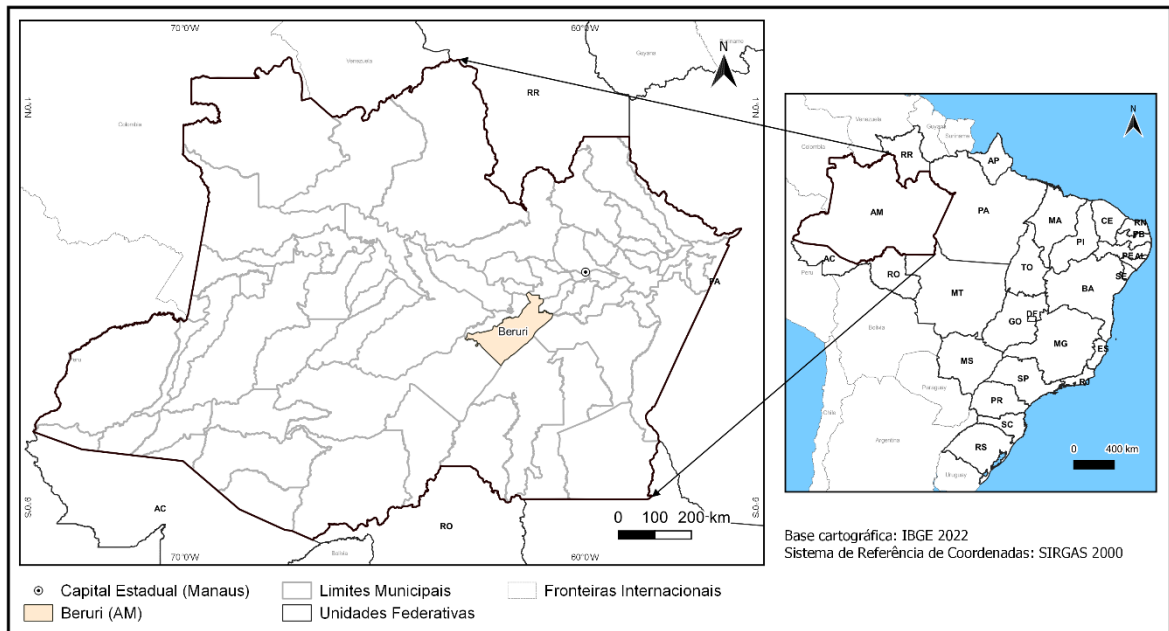
Tal contexto, na atualidade, é vivenciado pelos moradores das comunidades tradicionais e, particularmente, pelos jovens que vivem nesses lugares, deslocando-se de suas casas, na floresta e nas margens do rio, até a cidade de Beruri para realizar compras, receber benefícios dos Programas Sociais e aposentadoria, acesso à saúde e cursar o Ensino Médio. Para as comunidades tradicionais e para os estudantes, o rio Purus é considerado o “caminho ou a estrada”, que lhes permite essa mobilidade. A dinâmica do rio ajuda a adquirir conhecimentos sobre agitação das águas, os banheiros, ou sua tranquilidade, sem o vento. Por isso, para compreender melhor essa realidade, se reconhece que o território não é apenas fundamento do Estado-nação, mas, como afirma Santos (1993), deve ser entendido como território usado, como conjunto de objetos e ações, moldados pela ação humana ao longo do tempo.

O atual município de Beruri encontra-se ligado historicamente à Manacapuru, cujas origens remontam a 1786, quando foi fundada a atual cidade, numa preexistente aldeia de índios Muras. Em 1894, Manaus desmembrou-se e formou o município de Manacapuru, que recebeu sua autonomia no mesmo ano. No ano de 1938, o povoado de Beruri passa a ser considerado uma zona distrital de Manacapuru. Em 1939, após perder grande parte de seu território para o município de Manaus, Manacapuru fica limitado apenas a dois distritos, além da sede do município: Caapiranga e Beruri.

Em 1961, o distrito de Beruri (Figura 1) é emancipado e passa a constituir município autônomo. Nove anos mais tarde, em 1970, através da Lei nº.1.012, volta a ser distrito de Manacapuru. Beruri voltou a ser município autônomo em 10 de

dezembro de 1981, através da Emenda Constitucional nº 12, acrescentando em seu território áreas pertencentes à Borba e Manacapuru, de onde se emancipou.

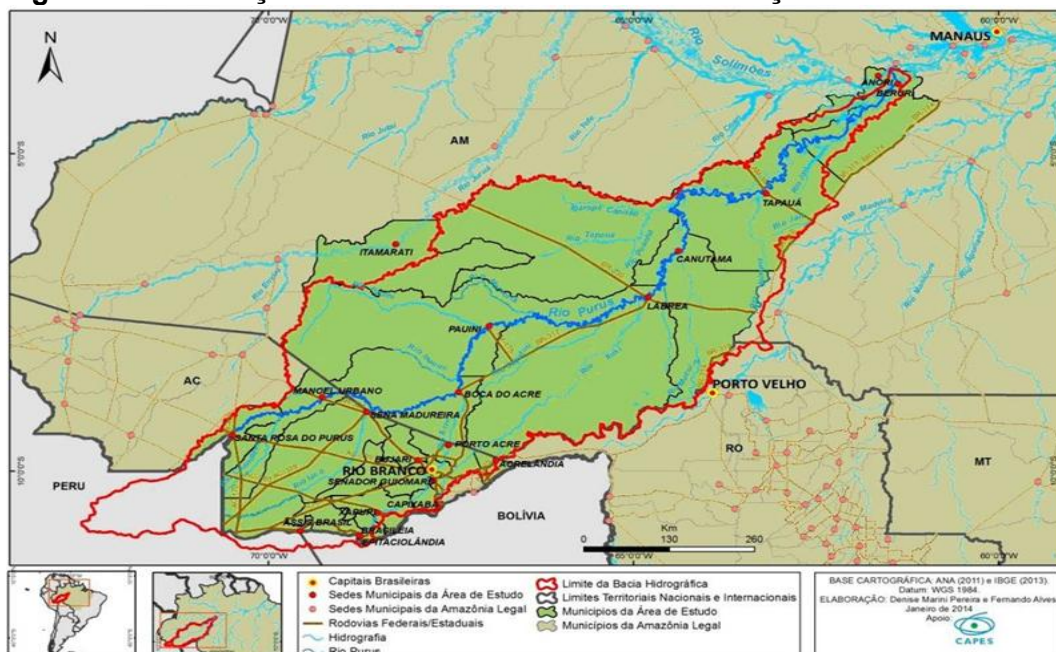
Figura 1: Localização do Município de Beruri - AM



Fonte: IBGE, 2022, SIRGAS, 2000. Elaborado por SCHRÖEDER, 2025.

A bacia hidrográfica do Rio Purus se situa na porção sul-ocidental amazônica. Esta bacia é a quarta maior em extensão (370.000 km²) dentre as sete bacias tributárias da margem direita do rio Amazonas, abrangendo territórios no Peru, Bolívia e Brasil (Figura 1). Em território brasileiro corresponde aproximadamente a 354.000 Km², distribuídos em 32 municípios nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia (ANA, 2011).

Figura 2- Localização de Beruri na Bacia Transfronteiriça do Rio Purus – AM



Fonte: Pereira, Szlafsztein, Araújo, 2016.

Localizado na margem direita do rio Purus, o município se estende por 17.472,780 km² e conta com uma população de 20.718 habitantes (IBGE, 2023). Trata-se, portanto, de um município com uma densidade demográfica de 1,19 hab/km².

Pojo *et al*, (2014, p.183) afirmam que a relação cotidiana estabelecida entre os ribeirinhos e as águas evidenciam que os rios são territórios (lugar, espaço e tempo). Portanto “[...] é o fluxo e o tempo-espaço das águas que dirigem a vida ribeirinha”

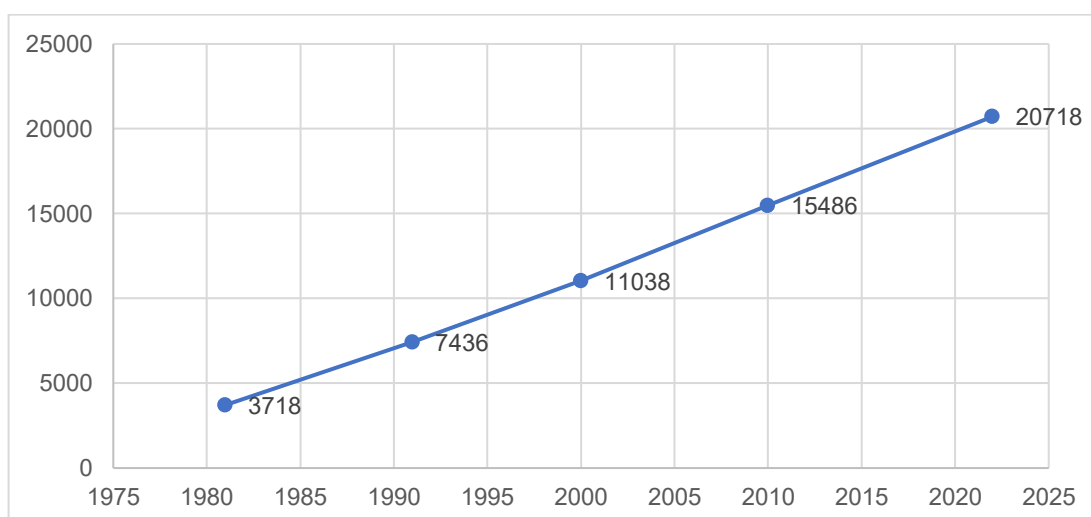
Para Silva (2023) o significado do nome Beruri, para seus moradores, vem da palavra indígena “Baruru” que significa tracajá maneta². As principais etnias indígenas de Beruri são: Apurinã, Mura, Tikuna, Jamamadi, Dessana, Tukano, Kubeo, Miranha, Kambeba, Tatuyo, Kokama e Baré, dentre as quais se destacam como as mais antigas as etnias Apurinã, Tikuna e Mura.

² O tracajá (nome científico *Podocnemis unifilis*) é uma espécie de cágado que pode ser encontrada com facilidade nas bacias hidrográficas da América do Sul, mais especificamente ao Norte- com destaque para a bacia do Amazonas e para a bacia do Orinoco (localizada na Colômbia (ICMBio, 2021).

3.1 Caracterização da região de Beruri

A evolução do município de Beruri, durante os 42 anos de autonomia obtida em 10 de dezembro de 1981 é significativa, como mostra o Gráfico 1. Em 1981 tinha uma população menor que 5.000 habitantes, chegando a mais de 20.000 em 2022.

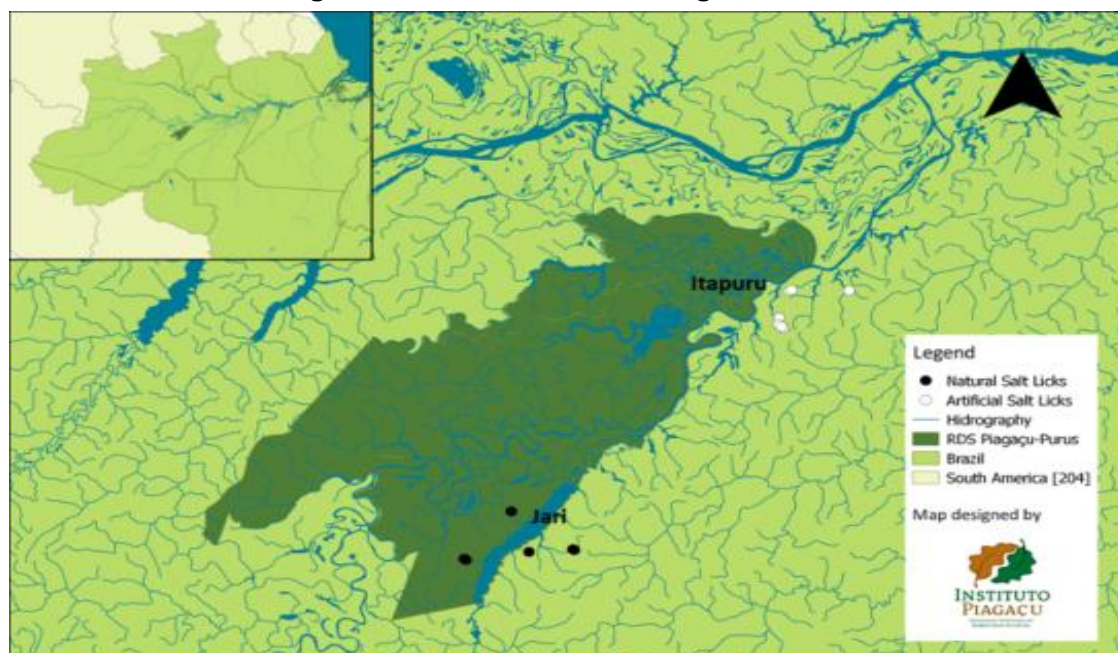
Gráfico 1: População de Beruri-AM



Fonte: IBGE, 2023, elaborado pelo autor.

Na economia, a agricultura e a pesca se destacam. A pesca têm sido a principal atividade, realizada principalmente na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus (RDSPP), que é uma unidade de conservação (UC) do Estado do Amazonas, localizada entre os interflúvios Purus-Madeira e Purus-Juruá, inserida em um mosaico de áreas protegidas de aproximadamente dois milhões de hectares.

Figura 3 - Area da reserva Piagaçu-Purus



Fonte: Pitman, 2018.

Além da reserva Piagaçu, se destaca a Terra Indígena Itixi Mitari, com uma área de 182 mil hectares. A economia dos 311 moradores indígenas depende deste território para pescar, caçar, e praticar a agricultura etc. É importante, destacar o papel das associações para a economia destas comunidades, dentre as quais se destacam a Associação das Mulheres Indígenas Trabalhadoras da Terra Grande, Associação do Povo Apurinã da Terra Indígena Itixi Mitari e Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus. No setor secundário, o município conta com indústrias de serraria, estaleiro, móveis de madeira, olaria e fábricas de gelo. Já no setor terciário o comércio varejista se destaca nos segmentos de gêneros alimentícios, materiais de construção, medicamentos, tecidos, calçados, confecções e estivas, com equipamentos para pesca (Instituto Socioambiental, 2023).

Sobre a escolarização da população, de acordo com o IBGE (2023), no município de Beruri o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental (Rede Pública), foi 3,5. O Estado fica na posição 48, de 62 municípios. E, nos anos finais do ensino fundamental (Rede Pública), foi 3,6.

De acordo com os dados do IBGE (2023), sobre trabalho e renda, o salário médio mensal era de 1,8 salário mínimo. A proporção de pessoas ocupadas em

relação à população total era de 13,4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 31 de 62 e 28 de 62, respectivamente. Já na comparação com o país todo, ficou na posição 3792 de 5570 e 4897 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 50,3% da população nessas condições. Em relação aos aspectos de infraestrutura, se constata que em Beruri não há transporte aéreo e nem rodoviário, sendo este exclusivamente fluvial.

Esses dados evidenciam que se trata de uma região com particularidades marcantes, evidenciadas pelo modo de vida que caracteriza o dia a dia daquela população. O fato de apresentar somente 6% da população total ocupada não significa que as pessoas não estejam trabalhando; evidencia a diversidade de formas de ocupação e busca de renda em atividades diversas, sem vínculos formais de trabalho. Como exemplo: as atividades agrícolas, pesca, coletas de frutas etc.

Numa análise mais geral, para Gentil (1988), os municípios na Amazônia estiveram vinculados a formas de dominação, concentração geográfica e social de um excedente de produção e deslocamento de populações, sendo a urbanização uma estratégia do capital para ocupar e controlar rapidamente a fronteira. Já Becker (1974) enfatiza que a criação da Zona Franca de Manaus e a posterior formação do Polo Industrial de Manaus – PIM, impactou negativamente nas economias de pequenos municípios como, por exemplo, Beruri.

Outros aspectos relevantes a serem considerados, são os desafios da baixa oferta de serviços em função da extensão territorial do estado e a aparente falta de vontade governamental na implementação de políticas públicas. Os serviços públicos de maior complexidade como, por exemplo, na área da saúde, concentram-se na capital ou nas cidades médias do estado. Nas cidades pequenas, geralmente distantes da capital, o acesso a serviços públicos pela população é bastante limitado.

Em relação à cultura, técnicas agrícolas e artesanais, Chaves (2001) afirma que as populações ribeirinhas herdaram tais conhecimentos dos indígenas que viviam nas várzeas, sendo eles: a confecção das redes, o preparo da farinha, a coleta de frutos, óleos, resinas silvestres e materiais para habitação (palha, tábuas), as técnicas de caça e pesca e a extração de matérias-primas para confeccionar peças artesanais e utensílios domésticos.

3.2 As Comunidades Indígenas na Região

A região de Beruri é formada por setenta e seis comunidades, sendo vinte e sete indígenas e quarenta e nove ribeirinhas. A história colonial da Amazônia tem relação com a implantação das missões jesuítas e outras organizações religiosas, como a “irmandade cruzada³”, que teve forte presença entre os Ticunas. Para Pequeno (2006, p. 135), “a missão jesuíta desempenhou um papel estratégico na viabilização do projeto colonial português e determinou o desaparecimento e descaracterização étnico-cultural de diversos povos indígenas”. Não só a missão jesuíta, mas também a irmandade cruzada, que proibia os Ticunas de realizar suas festas tradicionais, além de proibir o uso de suas vestes tradicionais.

Essas vinte e sete comunidades indígenas, integradas por doze povos (etnias) diferentes, foram importantes na formação do município. Cada etnia é fundamental para história e a diversidade cultural de Beruri.

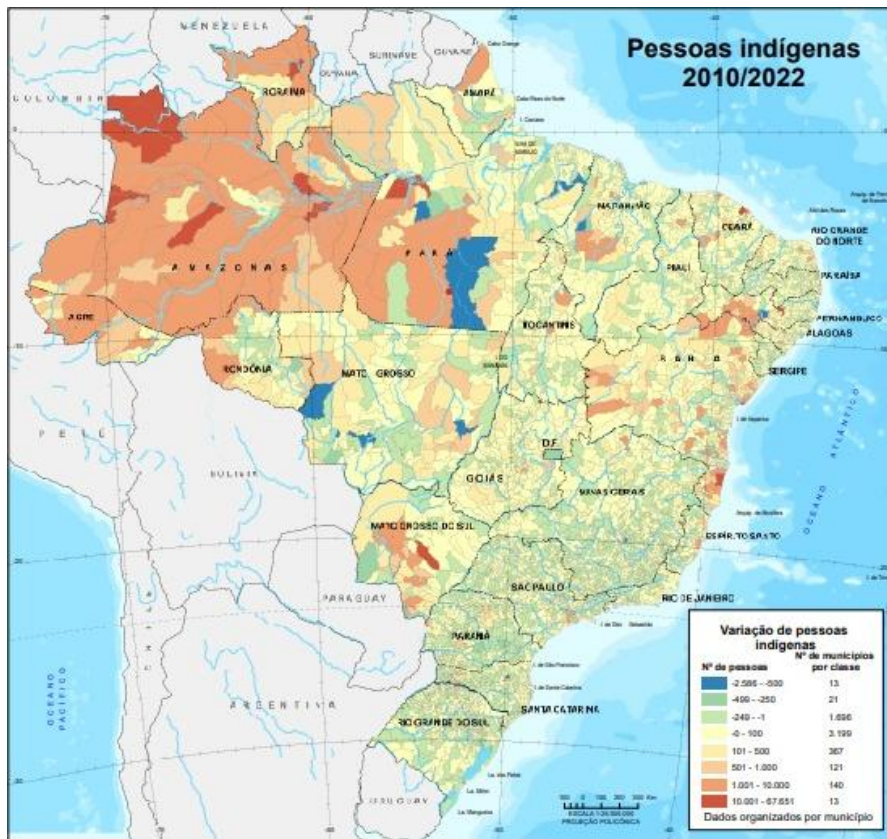
No Brasil as Terras Indígenas (TIs), são reconhecidas na Constituição Federal de 1988 e também na legislação específica, chamada de Estatuto do Índio (Lei 6.001/73). O artigo 231 da Constituição Federal define que as terras tradicionais podem ser “ocupadas pelos índios e as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

No artigo 20 da Constituição Federal está estabelecido que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. A população indígena é essencial para se compreender a história da região. Em 1999 era constituída por 936.500 índios de várias tribos, sendo que cerca de 250.000 deles viviam no Brasil. Já Amayo (1999), explica esse número pelo passado brasileiro de escravização dos índios e pela perseguição e os maus tratos a eles dispensados pelos

³ Recortes do Jornal Porantim (janeiro de 1979) foi fundada por José da Cruz hoje tido como profeta miraculoso. A irmandade chegou e tomou conta da área habitada pelos Tikuna e, com ela uma série de proibições: ir a festas, jogar futebol, tomar bebidas alcoólicas, ouvir rádio. A adesão da tribo é maciça, (Porantim, 1979).

portugueses e bandeirantes, o que fez com que muitos deles seguissem cada vez mais para o leste da Amazônia, ou seja, para os países andinos, expandindo as fronteiras territoriais brasileiras (Amayo, 1999).

Figura 4 - Distribuição da população indígena no território brasileiro - 2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Há uma diversidade cultural entre as etnias amazônicas e, ao mesmo tempo, muita similaridade entre costumes e comportamentos, na divisão do trabalho e no modo de vida baseado na caça, na pesca e na coleta, com destaque para a agricultura, na plantação de mandioca para a produção da farinha.

Para Araújo (2019) as comunidades tradicionais estão entre os principais grupos sociais afetados pela implementação e operação de grandes obras na Amazônia, à medida em que seus modos de vida são fortemente vulneráveis aos impactos ambientais e sociais desencadeados. As rotineiras lutas dos povos indígenas, nos últimos anos tem ganhado novos desafios com o “marco temporal”.

O Supremo Tribunal Federal (STF), em especial a 2ª turma, vem adotando a tese do marco temporal, estabelecida em decisão plenária no julgamento da Petição/

STF nº 3388. Mas em relação à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em Roraima, formulou entendimento diverso. Nesse julgamento, o STF estabeleceu que a data para se aferir a tradicionalidade da ocupação indígena sobre suas terras seria o dia da promulgação da Constituição Federal de 1988, adotando o que convencionou chamar de Teoria do Fato Indígena, sugerida pelo Ministro Menezes Direito, em substituição ao Indigenato (Osowski, 2017).

O marco temporal de ocupação. A Constituição Federal trabalhou com data certa -- a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) -- como insubstituível referencial para o dado da ocupação de um determinado espaço geográfico por essa ou aquela etnia aborígene; ou seja, para o reconhecimento, aos índios, dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. 11.2. O marco da tradicionalidade da ocupação. É preciso que esse estar coletivamente situado em certo espaço fundiário também ostente o caráter da perdurabilidade, no sentido anímico e psíquico de continuidade etnográfica (Brasil, 2009).

É importante ressaltar que ao tomar essa decisão, o STF criou também 19 condicionantes ou “salvaguardas institucionais”, relacionadas à demarcação das terras indígenas, incluindo a vedação de ampliação de terras indígenas já demarcadas. O procurador da república Leonardo Juzinkas (2019) que sustenta a tese do marco temporal de outubro de 1988, afirmando que se faz necessário, pelo menos, que o conceito de renitente esbulho seja interpretado de forma mais alargada, a fim de maximizar a proteção constitucional dos povos indígenas. Se assim não for, ferir-se-á de morte o art. 231 da Constituição Federal, que discorre sobre a obrigatoriedade do pertencimento das terras ocupadas pelos indígenas.

Os índios não precisam provar que ocupam a terra desde o ano 1500. Eles precisam provar que habitam a terra atualmente e estão sendo esbulhados ou que ocupavam a terra e foram espoliados de seu território em um passado vivo e palpante que pode ser reconstituído pela história oral, modo de ocupação e vestígios de sua presença na área. Diante de uma ocupação tradicional atual ou pretérita, os títulos dominiais são nulos e extintos, não produzindo efeitos. Da mesma forma, é nulo e não produz efeitos qualquer ato que visa à ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas tradicionais (art. 231, § 6º, Constituição Federal de 1988). Tal dispositivo constitucional reforça o conceito de direito originário que os índios têm sobre suas terras tradicionais. O direito originário precede a qualquer outro. Se os índios foram expulsos da terra, convencidos a sair ou removidos, no momento de tal ato eles ocupavam a terra em caráter permanente, uma vez que os índios não abandonaram suas terras espontaneamente (Silva, 2004).

Os povos indígenas têm lutado ao longo dos anos para manter sua identidade, cultura e a floresta em pé. Na primeira Marcha das Mulheres Indígenas, ocorrida dia

13 de agosto de 2019, que teve como tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”, com Sônia Guajajara como uma das organizadoras da marcha, foi defendido que

O território é o que garante a nossa vida. O nosso corpo é o que está em jogo, é o que está sendo alvo de violência. E o espírito é a nossa identidade, nossa conexão com a ancestralidade que garante a força da cultura para seguir na resistência. E essas questões se relacionam porque, quando homens invadem nossos territórios, atingem diretamente nosso corpo e nossa identidade (Silva, 2019)

Vale ressaltar, que Sônia Guajajara é a atual ministra dos Povos Indígenas do governo Lula. Já Silva e Souza Filho (2016), ao discutir sobre a necessidade de valorização da memória coletiva dos povos indígenas e dos direitos originários sobre suas terras, afirma que:

O reconhecimento do direito originário deve ser feito com base no direito à memória, direito à verdade e à reparação, por meio dos depoimentos dos velhos, anciãos, rezadores, xamãs e sábios das aldeias, alguns quase centenários, que ainda vivos são testemunhas de massacres ocorridos e expulsão de suas comunidades da terra (Silva; Souza Filho, 2016, p. 60).

A escritora indígena Eliane Potiguara, relembra a importância de reverenciar os ancestrais, pois para essa autora: “Bonito é renascer todos os dias. Um futuro digno espera os povos indígenas de todo o mundo” (Potiguara, 2019, p.87).

A seguir são apresentadas as 12 etnias presentes na região de Beruri, no intuito de trazer um quadro geral de aspectos relevantes sobre as comunidades indígenas, tendo como referência teses, dissertações e artigos científicos publicados ao longo das últimas décadas.

Etnia Baré

O povo Baré conhecido também como “povo do rio”, já estava no estado do Amazonas e teve os primeiros contatos com os brancos a partir de 22 de junho de 1657, quando os padres Francisco Veloso e Manuel Pires fizeram a primeira entrada histórica ao Rio Negro e efetivamente, o primeiro contato com o povo Baré (Leite, 1943).

No dia 22 de março de 1688, o rei recomenda ao governador que auxilie os padres da companhia de Jesus a estabelecerem missões fixas no rio Negro. A figura do padre João Maria Gorzoni foi importante na tropa de resgate ao vale do rio Negro. Sobre o padre Gorzoni, Leite (1943), baseado em documentos históricos, menciona que este teria andado pelo rio Negro até meados de agosto de 1689. Voltando ao Pará, Pe. Gorzoni tratou de organizar a expedição que deveria subir o rio para fundar as aldeias requeridas pelo rei, a aldeia Matari e outra às margens do rio Negro.

Com Gorzoni foram os missionários Conrado Pfeil e Pe. João Justo Luca, que se fixaram nas duas aldeias acima referidas, respectivamente. Ambos os padres vieram a falecer, fato que desencorajou a continuidade das missões jesuítas no rio Negro, assumindo, então os Carmelitas, em 1675 (Leite, 1943). O período seguinte nas atividades dos jesuítas no rio Negro é caracterizado pela participação deles em tropas de resgates. Nesse processo os indígenas eram retirados de suas aldeias de origem e levados para as aldeias de repartições.

E, em seu próprio estado, o Amazonas “Baré” virou nome de refrigerante e uma expressão racista “leseira baré”. De acordo com Bessa Freire (2005), a partir da retirada do povo Baré de suas aldeias de origem para as chamadas aldeias de repartições, os indígenas, aos poucos foram deixando de falar a língua materna (o Baré, língua da família Arawak do ramo Maipure do Norte), e passaram a falar o Nheengatu, variante do tupinambá, da família tupi-guarani do subconjunto III, a língua ensinada nessas aldeias de catequese.

Assim, o povo Baré perdeu sua língua materna e adotou a língua Nheengatu como língua de comunicação interétnica. Mas, com a proibição do ensino de línguas indígenas e a obrigatoriedade somente do ensino do português por Marquês de Pombal em 1758, mais uma vez, a língua adotada e considerada pelo povo Baré como materna era ameaçada, pois segundo Bessa Freire (2005, p. 129), “a educação desses indígenas não passava mais pela língua Nheengatu, sendo feita, evidentemente, em português”.

Etnia Mura

Para Karib (1994), os Mura não pertencem aos dois principais troncos linguísticos do Brasil: o Tupi e o Macro-jé, por não possuir semelhanças com eles, sendo classificada em um grupo de língua isolada, iguais a tantas outras etnias indígenas que não se encaixam nos troncos existentes do Brasil. Os Mura são classificados no Grupo Linguístico Mura, subdivido em: Mura e Pirahã. Tornaram-se conhecidos na historiografia por ocupar uma ampla extensão territorial, mobilidade náutica com profundo conhecimento dos lagos, furos, paranás, igarapés e rios amazônicos.

Surgem na historiografia oficial, em meados de 1714. O Superior da Ordem da Companhia de Jesus, padre Jacinto Carvalho, mandou que fosse feita uma relação dos índios conhecidos do Rio Madeira e nela consta a primeira referência sobre os Muras. A expansão territorial mura, inicia no Rio Madeira seguindo duas direções, Madeira Tapajós e Madeira-Solimões. Segundo Santos, “Iniciou por volta de 1720 e estendeu-se da fronteira do Peru até o Rio Trombetas, no atual Estado do Pará”. Sendo o Madeira seu habitat original, depois que eles desceram o rio vindo das cachoeiras e da foz do Juary, fez do lago de Guatazes (atual Autazes) sua morada.

Os Mura sempre habitaram a várzea, à beira de lagos e rios, e, segundo Moreira Neto (1988), são propensos à navegação, pescadores, e hábeis para as salgas de peixe. Durante a expansão Mura pelo Amazonas, Noronha (2003, p. 27) relata que os Muras por serem bons navegadores para muitos são conhecidos como “Senhores do Rio”, faziam com que desbravassem e conhecessem os labirintos infinitos da Capitania do Rio Negro, eles conseguiam sair do Madeira e alcançar o Rio Purus em poucos dias, do Purus ao Juruá e do Solimões ao rio Negro. Neste sentido, a etnia Mura ocupou uma grande extensão de terra na região Amazônica.

Etnia Tikuna

Em sua tese Coutinho (2018, p. 45) “ênfatiza que a grafia da palavra Tikuna, a qual descende do Tupi e significa “nariz preto”, faz referênça ao uso de jenipapo⁴. Em textos escritos por Nimuendaju, esse significado faz alusão ao fato do uso da pintura de jenipapo no rosto, expressando, assim, a filiação clânica⁵. Para Paladino (2008), o termo Tikuna não é uma denominação ancestral, foi dada pelas tribos vizinhas do tronco linguístico Tupi e registrada pelos primeiros missionários e soldados que estiveram em contato com esse grupo no século XVII.

Sobre a origem da etnia, Coutinho (2018, p.46) “descreve o papel dos irmãos Yo’i e Ipi na geração do povo Tikuna”. Nessa relação, é interessante a distinção cultural para a formação de povos da mesma etnia, porém pertencentes a países diferentes, os Tikuna brasileiros e os Tikuna peruanos. Para o mito da criação do mundo, os irmãos criaram os Tikuna e os separam em nações.

Sobre o mito desta etnia, a história narra que “Eware” é o lugar onde “Yo’i” pescou os Tikuna. Este lugar também se chama “Benecü” (onde as árvores nunca crescem) e foi onde surgiram todos os povos. Ali começaram a se multiplicar todos os seres vivos que habitam a terra. Os antigos contam que lá as árvores nunca crescem e nunca morrem, e que há diversos tipos de frutas como: a sorva, o buriti, o açaí, o ingá, o ingá do mato, vapuruí, goiaba do mato, bacaba, bacuri, mapati, sopó, e também diversos tipos de flores. Estas plantas do “Eware”, são chamadas de benecü porque permanecem pequenas e novas como uma criança. Este lugar é protegido pelos animais e pessoas encantadas.

A narrativa descrita na tese de Coutinho (2018), é a mesma descrita por Oliveira Filho (1988, p. 89): “Yó’i e Ipi criaram todo o gênero humano, incluindo os colombianos, peruanos e negros, e atribuíram também nações para os Tikuna, ensinando-lhes, ainda, como deveriam se pintar e casar entre si”.

Sobre o processo histórico de ocupação e exploração do território Tikuna, Erthal (2001, p. 301) faz menção a três momentos:

⁴ Fruta muito apreciada pelos povos indígenas. É colhido verde para extração de seu líquido. Em contato com a pele, se transforma em uma tinta preta que se fixa na pele por até duas semanas. Os significados das pinturas feitas com tal tinta são os mais variados, e cada etnia tem suas próprias representações e simbologias.

⁵ Na língua portuguesa, os Tikuna se referem a esses grupos como nações (clãs). Nação onça, Nação buriti etc.

(1) Os movimentos de deslocamento e de concentração populacional a partir do século XIX.

(2) Final do século XIX, a expansão da seringa no Alto Solimões fez-se segundo um processo de dissolução das malocas tradicionais, tendo havido a transferência dos indígenas para as margens do Solimões em atenção aos interesses da empresa seringalista.

(3) A partir da década de 1970, os deslocamentos foram acentuados em um processo de “urbanização”, movido pela busca dos aldeamentos equipados com escolas e postos de saúde.

Um destaque importante em todo o processo de migrações pode ser dado a essa fase da década de 1970, quando comunidades indígenas Tikuna passaram por fortes influências estabelecidas pelos mandamentos da Irmandade Cruzada. Em sua análise Coutinho (2018, p. 46) “ênfatisa que a entrada forte da religião em diferentes comunidades impôs condições de quebra cultural e dos elementos étnicos a um grande número de indivíduos Tikuna, colocando em xeque as vivências tradicionais dos Tikuna”.

Etnia Dessana

Os Dessana, conhecidos também como UmukoMasã (“gente do universo”), são um dos dezesseis povos da família linguística tukano oriental que moram na bacia do rio Uaupés (um afluente do alto curso do rio Negro) no Brasil e na Colômbia. Possuem uma população estimada de 3.500 pessoas, dos quais 2.036 vivem na Colômbia. Habitam principalmente o rio Tiquié e rio Papuri e seus afluentes, sendo encontrados também em trechos do rio Uaupés.

Na região norte do Brasil, alguns Dessana vivem, atualmente, também no médio curso do rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira e na região do rio Purus, foco desta pesquisa. Em sua pesquisa Garnelo (2006, p. 243) aponta que o povo Dessana divide-se em três grupos, cada qual reunindo vários sibs, isto é, grupos de filiação patrilineares e patrilocais, nomeados e hierarquizados de acordo com a ordem de nascimento de seus ancestrais-fundadores: os grupos de chefes, de avôs e de servos.

Os sibs de avôs (ou sibs de kumua, isto é, de xamã-rezadores), cujo líder maior era Wari Diputiro (“cabeça chata”), exerciam, a pedido dos chefes, as funções de prevenção, proteção e cura das doenças. Eles são tidos como os maiores

conhecedores das tradições míticas e das encantações de proteção, de cura e de agressão (ou sopros). Os sibs de servos eram os pescadores e caçadores dos sibs de chefe, além de assumir outras tarefas, como, por exemplo, preparar o pó de ipadu e o tabaco e cuidar das tochas de breu durante os rituais.

Em sua pesquisa, Garnelo (2006, p. 243),

descreve que os Dessana se distinguem em várias categorias de especialistas rituais que exercem as funções de prevenção e cura de doenças, segundo a fonte do seu poder e a natureza de suas práticas terapêuticas: os yea, ou xamãs-onça, e os kumua, ou xamãsrezadores. Os yea, cujo poder advém do contato estabelecido com os espíritos por meio da inalação do pó de paricá, são descritos como tendo a capacidade de se transformar em onça (daí o seu nome) para realizar certas tarefas. Eles efetuam as curas xamânicas através de diversas técnicas de manipulação do corpo (massagens, sucção, etc.) que visam a extrair do corpo do doente o objeto patogênico.

Além disso, os Dessana são especialistas em certos tipos de cestos trançados, como apás grande (balaios com aros internos de cipó) e cumatás.

Etnia Jamamadi

Sobre esta etnia, Souza (2015) em sua dissertação aponta a escassez de estudos etnográficos. As distinções que existem entre as gentes Jamamadi limitaram-se durante algum tempo exclusivamente às informações sobre suas localizações geográficas específicas e alguns aspectos linguísticos. Em sua pesquisa, o autor destaca que os Jamamadi foram usualmente divididos em orientais (eastern) e ocidentais (western), sendo os Jamamadi do Médio Purus, foco deste estudo, designados aqui como os únicos representantes do coletivo Jamamadi Oriental - apesar das diversas e antagônicas configurações observadas na literatura histórica da região.

Baseado nas posições que ocupam na família linguística Arawá, um subgrupo dentro do tronco linguístico Aruak, foram divididos em dois grupos, classificados enquanto falantes de dialetos distintos das línguas madi e madihá. Em sua pesquisa (Cruz, 2002) destaca que essa etnia vivia no alto rio Purus e Juruá, embrenhados na mata e mergulhados em suas tradições ancestrais. Tiveram seu mundo invadido em meados do século XIX pelos exploradores das riquezas da floresta. Ocupavam vastas

terras firmes nas regiões centrais dos rios Cuniuá, Mamoriá, Pauini, Teuni, Inauini, Capana e Xeruã.

Relatos antigos, afirmam que os Jamamadi foram conhecidos como uma nação bastante numerosa, com muitas aldeias, considerados pacíficos, desempenhando a função de agricultores e caçadores. Sua habitação eram malocas coletivas⁶ que agrupavam aproximadamente 50 a 70 pessoas. Em sua viagem por essa região do Purus, Acunã (1941), relata um Purus densamente habitado, de ambiente favorável e eficiente aos sistemas produtivos ameríndios, razão pela qual era possível ao viajante a continuidade dos empreendimentos às localidades sem que lhes escasseassem os suprimentos (estes, defraudados dos povos encontrados).

Em 1639, um século depois de Carvajal, o jesuíta Cristóbal de Acuña, cronista encarregado de acompanhar a viagem de Pedro Teixeira, é quem narra seu encontro com os povos do Purus. O jesuíta Acuña descreve estes últimos como gigantes de dez e seis palmos de altura, que andam nus e eram muito valentes, além de trazerem grandes argolas de ouro nas orelhas e no nariz. Não obstante, Kroemer (1985) menciona que para chegar às suas malocas eram necessários dois meses contínuos de viagem desde a foz do rio. A narrativa dessa etnia, assim como as demais demonstra a relação da importância do rio para sua existência.

Etnia Miranha

A história da etnia Miranha narra um povo marcado pela escravidão. Como apontam as informações PIB/ISA (2008), o onomástico Miranha foi utilizado no período da colonização da Amazônia Portuguesa. Nos relatos dos viajantes, os tuxauas (chefes ou "principais") dessa etnia ficaram conhecidos por vender aos comerciantes de Tefé escravos de "tribos" inimigas e também os seus próprios filhos. Os escravos eram adquiridos para servir como mão-de-obra às famílias de Tefé, e as mulheres, em geral, eram transformadas em concubinas. Os Miranha participavam,

⁶ Maloca é um tipo de cabana comunitária utilizada por alguns nativos indígenas da região amazônica, notadamente na Colômbia e Brasil. Cada aldeia tem sua própria espécie de maloca, com características únicas que ajudam a distinguir um povo do outro. É feita com madeira e palha.

assim, das relações mercantis da sociedade colonial, inclusive da "venda de escravos", frequentemente trocados por ferramentas de trabalho (De Alencastro 2020).

A língua Miranha é posta como uma variante muito parecida da língua Borá, que “faz parte de um conjunto de línguas estreitamente aparentadas entre si, a qual, por sua vez, integra-se à família à qual pertence a língua Uitoto”. (Faulhaber, 2021, p. 10). Durante sua pesquisa constatou que os Miranha brasileiros pouco usam sua língua materna, uma vez que a comunicação se dá em português mesmo com a presença de antigos falantes desta língua, e com seus descendentes. Há um “interesse” entre os “miranha brasileiro” contatarem com os “miranha colombiano”, mas devido aos conflitos fronteiriços, contribuintes para a formação das identidades nacionais, há dificuldades para que este tipo de “intercâmbio” ocorra.

Sobre a missão jesuíta nesta etnia, no ano de 1845 foi aprovado o regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios e publicado pelo Decreto Imperial n.º 426, de 24 de julho de 1845. A proposta do regimento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios de 1845 foi um instrumento para manter os índios próximos, uniformizar suas culturas em detrimento da construção de um império propriamente tropical, brasílico. Claro, que essa teoria afastou mais o Miranha de sua própria identidade e cultura.

A história desse povo narra que no período da borracha, muitos Miranhas morreram, outros foram transportados para diversos rios para trabalhar na extração de borracha. Em Japurá eram realizadas trocas de índios Miranhas para trabalho escravo. Entre essas e outras narrativas sobre o Miranha, eles chegaram à região do rio Purus.

Etnia Kambeba

Em sua tese Souza (2014, p. 11), “relata que as populações Omágua entraram na narrativa ocidental pela mão de frei Gaspar de Carvajal, o primeiro cronista do rio Amazonas”. A autora relata que “A crônica de Carvajal, publicada em 1542, trouxe a público aquelas populações que, como nenhuma outra, despertaram a atenção dos espanhóis”. Ao contrário de outras populações encontradas durante a navegação no

grande rio, Orellana e seus soldados os teriam chamado de Omáguas. Com o surgimento desse nome, Carvajal consagrou uma nomeação que permanecerá até o século XVIII.

Maciel (2006, p. 195) “afirma que analisar a trajetória dos Kambeba é adentrar num dos capítulos mais importantes da história da Amazônia”. O povo Kambeba representa uma parte importante da história da Amazônia, pois sempre estiveram dispostos a reconstruir sua vida e sua história mediante diferentes formas de resistência à dominação e exploração da sociedade majoritária.

Já Macedo (2021, p. 13), em sua dissertação ao estudar o povo Kambeba, avalia que apesar de, “num primeiro momento, os cronistas apresentarem uma imagem positiva dos Kambeba, caracterizando-os como civilizados”, estas populações, ainda nos primeiros séculos de colonização, mais precisamente a partir do século XVIII, foram quase exterminadas e tiveram seus territórios reduzidos e seus aspectos socioculturais transformados:

No fim do século XVII os Omágua já estavam em número bastante reduzido, contavam com poucas famílias que foram obrigadas, por uma questão de sobrevivência, a assumirem-se como famílias ribeirinhas locais para continuar a sobreviver em meio a tantas perseguições. O século XIX é marcado pelo silenciamento não só do povo Omágua, mas de diversos outros povos (Santos, 2015, p. 29).

Santos (1999, p. 24-26) aponta em sua pesquisa algumas possibilidades dessa diminuição do povo Kambeba. Relata que “os indígenas eram explorados de todas as formas pelos missionários e pelos moradores leigos e ainda prestavam serviços para a Coroa”. Esses indígenas foram chamados tapuios, um novo contingente de populações que foi se formando como resultado do impacto do processo de colonização. Este seria o novo cenário das populações indígenas na Amazônia oitocentista, como afirma Porro:

A primeira metade do século XVIII foi a idade de ouro da economia missionária apoiada no trabalho indígena; ela se realizou como projeto material e espiritual na exata medida em que, externamente, não sofreu a concorrência do Estado e da iniciativa privada e, internamente, conseguiu neutralizar as especificidades culturais e linguísticas das nações indígenas, dissolvendo a diversidade das etnias na homogeneidade do tapuio (Porro, 1992, p. 176).

Sobre sua cultura, as narrativas de Acunã (1941), apontam que os Kambeba, diferentemente de outras etnias, andavam todos vestidos, tanto as mulheres quanto os homens. De acordo com o cronista, as roupas eram confeccionadas com o algodão, produto cultivado por eles. O cronista segue relatando que as mulheres eram responsáveis pela confecção, e as roupas faziam parte do escambo com outras etnias. Os tecidos eram pintados com diversas cores e grafismos.

Já Mafra (2012, p. 233) lembra que esses relatos mencionados acima focam em uma visão etnocêntrica,

o colonizador tentou apagar ou silenciar os costumes e tradições indígenas, dentre eles um dos referenciais simbólicos mais preciosos dos nativos: sua língua, seu sistema religioso de base ritualística e sua relação diferenciada e respeitosa para com a terra.

Etnia Kokama

Sobre a etnia Kokama, Vieira (2016, p, 02) em sua análise aponta várias hipóteses sobre o povo Kokama. Tendo sido considerados “extintos” por alguns e totalmente “miscigenados” ou definitivamente “aculturados” por outros, o povo Kokama, que em termos de nacionalidade é dividido entre brasileiros, peruanos e colombianos, reapareceu no cenário social fronteiriço do alto Solimões e vale do Javari nas últimas décadas.

A língua dos kokama é considerada um ramo da família linguística tupi-guarani, entretanto, além da tupi, a língua kokama contém elementos das línguas aruak e kechua, ou seja, é uma língua resultante da mistura de várias outras. Os relatos sobre a perda da língua se processaram em decorrência do preconceito muitas vezes sofrido por eles. Sobre sua cultura Vieira (2016, p, 03) aponta

a confecção de roupas tradicionais, aprendizagem da língua materna, execução de danças, técnicas de pesca, conhecimentos sobre remédios caseiros, preparo de comidas e bebidas típicas e religiosidade como alguns dos ingredientes que fizeram reviver a “cultura milenar” kokama.

Sobre o período de colonização dos Kokama, Silva (2022, p. 23) em sua tese, relata que “a ocupação da Amazônia por colonizadores europeus implicou na reconfiguração e enquadramento das relações étnicas desses e outros povos indígenas às dinâmicas coloniais”. A intensa participação de religiosos, como o padre

Samuel Fritz na ação pedagógica, organização, catequização e conversão dos Omágua (cambeba) e Kokama foi fundamental para a criação do núcleo missionário de São Joaquim e de outras missões, além de garantir a posição privilegiada dos jesuítas na formulação da política de concentração de grupos étnicos nos aldeamentos missionários.

Neste sentido, Bhabha (1998) relata que muitas etnias indígenas, inclusive os Kokama, que habitavam a região peruana, foram compelidos a acompanhar as missões e os exploradores, que seguiam em fluxo migratório em direção ao Brasil. Submetidos a uma intensa transformação cultural, esse povo precisou se adaptar e modificar seu modo de viver, demonstrando seu potencial indenitário.

Etnia Kubeo

Em sua pesquisa a indigenista Ramos (2021, p. 52) do povo Kubeo,

relata que a história de Kubai vem sendo transmitida oralmente desde o começo do mundo, conforme a tradição do povo Kubeo, particularidade que deu origem à transmissão da sabedoria dos antigos e da cultura como é conhecida hoje que, sob a responsabilidade de nossos pajés, chega às gerações contemporâneas.

Neste sentido, Gentil (2007, p. 213) explica que:

Grupos Aruak e Tukano mantiveram (e ainda mantêm) uma longa história de relações inter-etnias e inter-tribais [...] Ele destaca que a história oral e a mitologia entrelaçam-se, como um trançado de cestaria, explicando a dinâmica da organização social, cosmologia, construções de malocas, papel dos pajés, migrações e relações de trocas. Desafia o leitor a olhar os mitos e as cerimônias não como 'objetos mentais', mas como algo concreto, reconstruído a cada nova situação de conflito ou mudança.

Koche-Grünberg (2005, p. 438) ressalta que o nome "Kobéua", sem dúvidas, inicialmente era um apelido de zombaria, dado pelos vizinhos, provavelmente pelos seus inimigos antigos, como as tribos Aruak, de modo semelhante aos apelidos de "Karútana" ou "Korekarú" atribuídos aos habitantes do baixo Içana, por causa do costume acentuado destes indígenas de repetir muito frequentemente a palavra de negação "Köbuö" (não) na sua língua.

Segundo a etnografia do povo Kubeo, sob o ponto de vista da cosmologia, o Kubai representa a categoria de "heróis míticos cujos atos ou com cuja ajuda a ordem

do cosmos foi estabelecida” (Correa, 1997, p. 23). Assim, as formas de organização e histórias de grupos como este mostram como as sociedades indígenas são movidas pela magia dos mitos, a na cestralidade.

Dentre os elementos culturais do povo Kubeo, Ramos (2021, p. 34), destaca “a importância dos Encantados. Os saberes culturais foram transmitidos pela figura do encantado Kubai, desde as vestimentas e artes em plumarias do cocar”. Aspectos importantes são também expressados nas pinturas e grafismos, na bebida como caxiri, nas danças, no tocar de flautas e tambores.

Os primeiros ancestrais foram incluídos em todas as partes do corpo de Kubai. Os Baniwa, dos rios Aiari e Içana, afirmavam que os significados das tradições de Kubai têm a ver com a continuidade cultural, a transmissão de cultura e conhecimento, a partir de ancestrais patrilineares e mais velhos para seus descendentes vivos, especialmente os recém-iniciados (Wright, 2017, p. 333).

Assim, como outras etnias, as mitologias indígenas são fundamentais na formação da sua cultura. É neste sentido que o indigenista Luciano (2011, p. 14) relata que “as mitologias indígenas revelam que as diferentes forças, energias e espíritos que regem o mundo são partes constitutivas da mesma natureza que precisam agir com equilíbrio, harmonia, reciprocidade e complementariedade”.

Etnia Tatuyo

De acordo com o aumentativo ISA (2018), a história das etnias indígenas que compõem atualmente a comunidade Tatuyo (Wanano, Desana, Tatuyo, Karapana, Tukano, Tariano, Kubeo) foi registrada na mitologia de origem, que fala de uma grande migração e da metamorfose do grupo principal localizado à leste. Esse grupo entrou no mundo viajando pelo rio Branco, também chamado “rio de Leite. De acordo com o mito, foi nas corredeiras Ipanoré que as comunidades se Tukano separaram, cada uma adquiriu sua própria língua e território.

O território tradicional da etnia Tatuyo está localizado na Colômbia, na fronteira com o Brasil (na região do Alto Rio Negro/noroeste amazônico). Na região de Beruri-AM, foco da pesquisa, os primeiros chegaram no ano de 2011. O seu território tem sido ameaçado há vários anos por confrontos, o primeiro dos quais remonta a meados

de 1912, quando na Colômbia o boom da borracha estava em pleno andamento (Arango; Sánchez, 2004).

Dias (2019, p. 101) relata que “os Tatuyo foram vítimas de ações violentas e, atualmente, sofrem com confrontos e hostilidades, causadas pela presença de grupos fora da lei. Estas circunstâncias diminuíram drasticamente a sua população”. Já a língua Tatuyo pertence à família linguística Tucano Oriental, suas histórias, mitologias e conhecimentos ancestrais eram, e ainda são transmitidos oralmente.

Neste sentido, a forma estrutural do povo Tatuyo está organizada hierarquicamente em clãs patrilineares e exogâmicos, conforme Bidou (1985) *apud* Ministério de Cultura - República de Colômbia (2011):

Sobre sua cultura na região do Baixo Rio Negro, a comunidade Tatuyo utiliza o território para o turismo. Para eles o turismo local foi importante para apresentar sua cultura. “São excelentes agricultores na produção de farinha”, como aponta Fernandes (2009, p.10). Os Tatuyos são produtores rurais que detêm conhecimento empírico para a fabricação da farinha de mandioca, visando a própria subsistência e, como segundo plano, o interesse comercial. Suprindo a necessidade alimentar da comunidade e havendo excedente do produto, esse é comercializado para as comunidades indígenas próximas.

Etnia Tukano

De acordo com estudo do Instituto Socioambiental - ISA (2011), os Tukano autodenominam-se Ye'pâ-masa ou Daséa. É a etnia mais numerosa da família linguística Tukano Oriental. Concentram-se principalmente nos rios Tiquié, Papuri e Uaupés; mas também estão morando no Rio Negro, a jusante da foz do Uaupés, inclusive na cidade de São Gabriel. Chegaram na região de Berui, foco deste estudo, na década de 1990. Dentre eles é possível que existam mais de 30 subdivisões, cada qual com um nome e, idealmente, compondo um conjunto hierarquizado.

O mesmo estudo do ISA relata que a família linguística Tukano Oriental engloba pelo menos 16 línguas, dentre as quais o Tukano propriamente dito é a que possui maior número de falantes. Ela é usada não só pelos Tukano, mas também pelos outros grupos do Uaupés brasileiro e em seus afluentes Tiquié e Papuri. Desse

modo, o Tukano passou a ser empregado como língua franca, permitindo a comunicação entre povos com línguas paternas bem diferenciadas e, em muitos casos, não compreensíveis entre si.

E em alguns contextos, a língua Tukano passou a ser mais usada do que as próprias línguas locais. A língua tukano também é usada pelos Maku, já que precisam dela em suas relações com os índios Tukano. Já as línguas classificadas como tukano ocidentais são faladas por povos que habitam a região fronteira entre Colômbia e Equador, como os Siona e os Secoya. Assim como outras etnias citadas anteriormente, a etnia Tukano mantém a ancestralidade, além de resistir a violências da dominação dos colonizadores. Como relata Coelho (2021, p. 82);

Nossos povos pensam, sentem, percebem e se relacionam com o espaço-tempo de forma plural, cada povo de maneira singular. O conceito de evolução criado pelos ocidentais é cronológico, linear e cria dualidades. As perspectivas indígenas são circulares, curvas, dinâmicas, não-lineares, energias de vortéx, elas não criam dualidades, são plurais, e não giram entorno de um único eixo. Por isso nossos povos não pensam a vida, nem a história, nem a geografia, ou seja, o espaço-tempo, pelo conceito ocidental de evolução. Nossos povos sentem, pensam, percebem a vida pela perspectiva da ascensão, uma perspectiva circular-escalar e sempre diferente dos espaços-tempo. Nossas geometrias sagradas estão em confluência com os espaços tempo de cada povo e com o ritmo da Terra, não buscamos medir a terra em números, nossa "geometria" ancestral busca sentir o ritmo da Terra, o compasso, o balanço, a gravidade, o desejo, o pulsar, os sonhos da Terra. A cosmometria ancestral dos povos indígenas sente os ritmos da Terra (Coelho, 2021, p. 82).

Sobre os saberes, os Tukanos herdaram de seus ancestrais a facilidade em construir bancos de madeira. A construção de malocas é um costume compartilhado entre as diferentes sociedades indígenas do Alto e Médio Rio Negro, assim como em outra região que habitam como é o caso dos Tikunas da região de Beruri. Durante muitos anos essas construções foram alvo de ataques por parte dos missionários, resultando em seu abandono pela maioria das comunidades situadas no lado brasileiro da região. Atualmente vêm sendo recuperadas em alguns locais, como no Alto Tiquié e no Alto Uaupés, no âmbito de um processo de recuperação de tradições e como marca da identidade pelo movimento indígena, como é o caso da maloca na sede da Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), em São Gabriel.

De acordo com o ISA (2011) a maioria dos rituais e da vida religiosa tukano está centrada em objetos (como ornamentos plumários e as flautas Yurupari) e

substâncias sagradas - como a pintura vermelha carayuru, cera de abelha, cera de breu (resina vegetal), epadu (feito com variedades de coca), tabaco e ayahuasca -, assim como em bens menos tangíveis, na forma de nomes, cerimoniais, encantações e cantos. Tais itens são propriedade do grupo e constituem expressões de seus poderes espirituais. Em um nível coletivo e estrutural, os rituais que envolvem tais itens podem ser vistos como expressões formais da identidade do grupo e das relações intergrupais.

Por fim, apresentadas as 12 etnias, gostaríamos de destacar a etnia Apurinã que será objeto de investigação desta pesquisa. A comunidade indígena Santa Rita pertencente aos Apurinã, vive na região do médio rio Purus, afluente da margem direita do Rio Amazonas, desde o século XIX. Eles possuem uma relação direta com a natureza e não estão isolados do processo histórico. A luta pelo território é uma realidade, onde enfrentam conflitos com empresas madeireiras, garimpeiros, entre outras ameaças.

Etnia Apurinã

Por fim, apresentamos o povo Apurinã, que constitui o foco de nossa pesquisa. Sua família linguística é a Aruak (também chamada Arawak ou Maipure), considerada a mais difundida da América do Sul e, possivelmente, de toda a América. Para Heckenberger (2002, p. 99, 102) “a distribuição dos falantes da família Aruak abrange desde o Sul do Brasil até a Flórida, passando pelas terras sub-andinas do Peru e da Bolívia até o estuário do Amazonas”. Já o linguista Sidney da Silva Facundes (2002, p. 85) situa o povo Apurinã como “pertencente ao subgrupo Apurinã-Piro-Inãpari. Isso significa que os ancestrais desse subgrupo teriam se afastado dos demais Aruak dessa região e migrado em direção aos grupos Campa e Pano”.

O grupo que deu origem aos Piro, aos Apurinã e aos Inãpari dividiu-se no sudoeste amazônico, possivelmente próximo à fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru. O povo Manchineri, como um grupo mais próximo linguisticamente dos Apurinã, poderia, na verdade, ser um subgrupo Piro que teria permanecido mais próximo ao ponto de dispersão ou a ele retornado (Brandão e Facundes, 2007). Os Apurinã, por sua vez, teriam descido o Rio Acre e adentrado na área do rio Purus.

Com a chegada dos colonizadores e seringalistas, a paisagem territorial dos povos Apurinã foi transformada, sendo o modo de convivência afetado e transformado em grandes áreas para o cultivo da agricultura e da pecuária “terras que eram habitados pelos Apurinã há milhares de anos desde a saída da terra sagrada” (Schiel, 2004, p. 57).

A missão Jesuíta na Amazônia, segundo Neto, fez parte da história da etnia Apurinã e das demais etnias. Para o autor, pode ser resumida em três fases.

Na primeira, eles tentam implantar um sistema de missões semelhante ao que faziam no Estado do Brasil⁷ desde 1549. Iniciada em 1607 com a expedição dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira à Serra do Ibiapaba, termina em 1643 com a morte de Figueira e seus companheiros nas mãos dos índios Aruan (Neto, 1992, p. 68).

A segunda fase é marcada pela influência diretiva e política de Antônio Vieira e dura de 1652 a 1662, quando os jesuítas são expulsos pela primeira vez do Estado do Maranhão. Segue um período de concessões e acomodações até que os padres jesuítas são novamente expulsos em 1684. Para Mello (2009, p. 86) “essa expulsão está diretamente ligada à gestão dos jesuítas na obtenção da lei de 1680, que proibia o cativo dos indígenas no Maranhão, os quais deveriam ser encaminhados para os aldeamentos missionários”.

A última fase inicia ainda em 1684 quando os jesuítas retornam com seus direitos reconhecidos pela coroa portuguesa e com a nova lei do Regimento das Missões, promulgada dois anos após seu retorno. É a fase mais longa e tranquila que dura até a expulsão final dos jesuítas pelo governo pombalino em 1759. Para Hemming (1978) “com a expulsão dos jesuítas e com a transferência da administração dos índios para os diretores seculares, as demais ordens também foram perdendo o controle que exerciam sobre os índios”.

⁷ O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi uma unidade administrativa portuguesa na América do Sul. Criado com a denominação de Estado do Maranhão em 13 de junho de 1621, por Filipe II de Portugal (ou Filipe III da Espanha), no Norte da América Portuguesa (atual Brasil), e renomeado Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1654, e Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, o qual foi dividido em 1772. No seu período áureo, sua extensão territorial abrangia os atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima Glielmo (2011, p. 21).

Já no município de Beruri, no estado do Amazonas, a comunidade indígena Santa Rita, da etnia Apurinã e objeto desta pesquisa, vive na região do médio rio Purus, afluente da margem direita do rio Amazonas, onde se encontra estabelecida desde o século XIX.

Lima (2008, p. 134), apresenta que “a cosmologia Apurinã articula o mundo visível e invisível, em que os espíritos da floresta e das águas desempenham papel fundamental na manutenção da vida e na organização social”. Portanto, reforça a importância de compreender a etnia não apenas em termos linguísticos, mas também em sua dimensão simbólica e espiritual, que sustenta práticas cotidianas e rituais.

Neste sentido, os Apurinã possuem uma relação direta com a natureza, e seus rituais de cura reforçam a ligação com os ancestrais e com os espíritos da floresta, voltados para fins medicinais da comunidade. A transmissão desses saberes às novas gerações fortalece o respeito pela natureza, entendida como espaço de proteção e cuidado essencial à vida dos Apurinã.

Na comunidade foco desta pesquisa, permanece viva a cultura da etnia Apurinã. Grande parte das mulheres confecciona vassouras e peneiras de cipó-ambé (*Philodendron spp.*), planta amazônica conhecida popularmente como “cigarro de índio”. Além disso, produzem balaios, cestas e redes de trama aberta, chamadas maqueiras, hoje raras, feitas com enviras de árvores.

Além disso, a comunidade possui uma associação de mulheres que trabalham com cerâmica, moldada com barro misturado ao pó da casca queimada da árvore caripé. Esse pó evita rachaduras e é peneirado antes de ser incorporado ao barro. As peças recebem acabamento com breu de jatobá, conferindo brilho em tons de amarelo a vermelho. Algumas cerâmicas são decoradas com desenhos feitos com água e sal antes da aplicação do breu.

Os estojos de rapé são confeccionados com aruá (caracol), sernambi (resíduo da borracha) e metal. Já os tubos para aspirar rapé, chamados *katokana* ou *mexikana*, são feitos de ossos de animais. As tradicionais canoas, produzidas com madeiras leves, destacam-se pela agilidade, sendo ideais para a navegação nos igarapés.

Por fim, vale ressaltar que a luta pelo território é uma realidade, onde enfrentam conflitos constantes com empresas madeireiras, garimpeiros, entre outras ameaças.

3.3 As Comunidades Ribeirinhas na Região

No território amazônico, o termo comunidade tradicional é muito utilizado na literatura, principalmente, referindo-se às populações ribeirinhas. Wagley (1957), pioneiro em utilizar o termo comunidade tradicional para se reportar às sociedades amazônicas, diz o seguinte:

Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade, a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade (Wagley, 1957, p. 43-44).

Em sua pesquisa na Amazônia, Wagley (1957) identificou as peculiaridades da vida cotidiana do grupo social sobre o qual pesquisou, a infraestrutura (moradias, técnicas agrícolas, meios de transporte, entre outros) e a identidade sociocultural (relação homem-natureza, os conhecimentos transmitidos entre as gerações etc.).

É neste sentido, que a tese de Pinheiro (2021) destaca que as comunidades ribeirinhas são os seus saberes e fazeres, o seu conhecimento tradicional que transcende seus limites, posto que envolve artesanato, preparos de alimentos, uso de ervas medicinais e seu preparo, cânticos e a expressão por meio de uma linguagem própria dos ribeirinhos da região. “A transmissão dos saberes e fazeres tradicionais ocorre de forma verbal entre gerações” (Pinheiro 2021, p. 28).

Logo, a boa relação diferenciada e de cuidado com a natureza, além da utilização dos saberes tradicionais, provenientes de seus antepassados, transmitidos de geração para geração garante a genuinidade de seus conhecimentos adquiridos, permitindo a esses moradores retirar da floresta, com maestria, alimentos para suas famílias. Muitas vezes, porquanto a ausência de políticas públicas, acaba deixando essas comunidades abandonadas, enfrentando grandes desafios por sua própria sobrevivência.

Como aponta a pesquisa de Martín (1992, p. 106) “As Comunidades Ribeirinhas convivem com o isolamento econômico e social, ficando à margem de uma série de políticas públicas e controle da qualidade de vida”.

Ao definir o que é ribeirinho, Chaves e Furtado (2017) utilizam o termo povos das águas; já as autoras Furtado e Maneschy (2002) utilizam a expressão ribeiridade, sendo as pioneiras nessa dominação. Magalhães e Cunha (2017) fazem referência ao modo de vida ribeirinho, que no Xingu, é denominado de beiradeiros, ou seja, aqueles que vivem no beiradão. Fraxe (2004), por sua vez, utiliza a categoria ilhéus, com o intuito de ressaltar a identidade dos caboclos-ribeirinhos moradores da Ilha do Careiro da Várzea, no Estado do Amazonas. Para Furtado (2015, p. 160):

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço.

Sobre essa interação dos caboclos, que se estabeleceram às margens dos rios, ou seja, entre o rio e o ribeirinho, Cruz descreve:

Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem (Cruz 1999, p. 108).

Até aqui, observa-se que as caracterizações das nomenclaturas para comunidades são diversas e cada uma com uma visão diferenciada no entendimento sobre o modo de vida dos povos que nelas habitam, abrindo assim um leque de conhecimento sobre as mais variadas formas de viver de cada povo.

Também, no processo de formação das comunidades ribeirinhas, Fanon (1983) nos chama a atenção que os ribeirinhos, não somente herdaram e transformaram os traços significativos da cultura indígena, como também herdaram e dão continuidade, de outro modo e por outros meios, à “tradição de resistência” constituída ao longo do processo de colonização por estes e, também, pelos negros. Resistir tornou-se, há muito tempo, uma prática cotidiana de agentes em posição desprivilegiada nos campos das relações de poder, os “condenados da terra” (Fanon, 1983).

A cultura ribeirinha influi fortemente na cultura amazônica, a qual se manifesta como “uma cultura dinâmica, original e criativa, que revela, interpreta e cria sua realidade” (Loureiro, 2001, p.30). Em sua pesquisa Salgado e Kaimowitz (2003, p. 222), realizaram uma cronologia do desenvolvimento econômico da região, em que apontam que o extrativismo sempre foi a atividade mais importante:

No fim dos anos 1970, além do comércio de jacaré, capivara e outros animais e do comércio da castanha, começou a se intensificar o comércio de madeiras leves, exploradas nas margens dos rios e nas várzeas. Na década de 1980, a exploração madeireira passa a ter um grande impulso, com a entrada de balsas e caminhões trazidos por empresas de fora que negociam com os pequenos madeireiros locais. Posteriormente, houve a entrada de mais maquinários (skidder, tratores, etc.), que possibilitou a exploração intensiva em várias áreas de floresta utilizadas por comunidades ribeirinhas (Salgado e Kaimowitz 2003, p. 222).

Esses acontecimentos, fizeram com que a destruição das áreas, até então preservadas, tivessem uma grande e significativa mudança no modo de vida dos habitantes locais. Porém, o extrativismo perdura até os dias atuais sendo, ainda, a mais importante atividade econômica das comunidades ribeirinhas, pois faz-se necessário pensar nesse extrativismo ou em outras atividades sustentáveis para fomentar a sobrevivência dos povos da floresta. Mesmo porque, para Pinheiro (2021, p. 224) no Amazonas,

poucas Comunidades Ribeirinhas preocupam-se em resgatar a relação homem-natureza, desenvolvendo atividades que valorizem o meio ambiente, com o uso sustentável, equilibrado e harmônico dos seus recursos, enaltecendo os saberes e os fazeres dos antepassados, transmitidos por meio da linguagem oral, de geração para geração.

Neste sentido, procuramos identificar como algumas destas comunidades interagem com a natureza. Na sequência, apresentamos as comunidades ribeirinhas, que serão objeto de nossa pesquisa, destacando a comunidade Tuiué e Lírio do Vale

A comunidade do Tuiué está localizada à margem esquerda do rio Purus, no estado do Amazonas, no município de Beruri. Silva et al. (2021, p. 05) relatam que “a comunidade tem aproximadamente 90 anos, com 25 famílias, no total de 138 moradores”. A primeira escola foi construída durante o mandato do Prefeito Alcimar Moraes (2005-2008), no ano de 2006 com o nome de Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que permanece até hoje assim denominada. Ao longo de vários

anos, as atividades econômicas mais expressivas da comunidade eram agricultura, caça, pesca e borracha (seringueira). No período atual, a pesca tem sido a principal fonte de renda, destacando a comercialização de: tambaqui, pirarucu, pacu, surubim, pirapitinga, matrinchã, piramutaba, pirarara, jaú entre outros.

Nesta e em outras comunidades do município, também funciona o período de defeso, no qual fica proibida a pesca e a comercialização de determinadas espécies de peixes. Tal determinação tem o intuito de proteger a reprodução dos peixes no período conhecido pela comunidade como “época da desova”. De acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura, a pesca é uma atividade de grande importância alimentar, econômica, social e cultural, alcançando no Brasil mais de um milhão de pescadores, além de colaboradores indiretos, que atuam no suporte à pesca ou na cadeia de custódia.

Para Young, (2018, p. 66) a região Norte se mantém como a maior produtora da pesca extrativista continental, com 254 mil toneladas, sendo responsável por 55% da captura total. A segunda região com maior participação na produção pesqueira continental foi o Nordeste, com 112 mil toneladas. Assim como nos anos anteriores, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram produções pouco expressivas em comparação com as demais regiões.

Nesse sentido, a comunidade Tuiúé (como dito antes), localizada à margem esquerda do rio Purus, é uma das tantas que contribuiu com tais indicadores, pois comercializa seu pescado, principalmente na cidade de Beruri e na capital Manaus. Portanto, sua existência tem um vínculo direto com o rio. A relação entre homens e águas remonta à origem da vida, dada a importância dos oceanos, lagos e rios na evolução da espécie humana (Moraes, 2007). Assim, a relação dos moradores da comunidade com a pesca tem uma relação de identidade e saberes ancestrais, que é passado de pai para filho.

A comunidade ribeirinha Lírio do Vale, também foco de nossa pesquisa, também se localiza à margem esquerda do rio Purus, no estado do Amazonas, no município de Beruri. Para Lira (2016,) as comunidades rurais são formadas por povos/populações cujo modo de organização social é reconhecido como tradicional e partilha-se da perspectiva que as comunidades tradicionais possuem um modo de vida ligado diretamente à dinâmica da natureza.

Os ribeirinhos moram em comunidades de várzea, compostas de uma dezena a algumas centenas de unidades familiares, com relação de parentesco. As comunidades apresentam uma organização básica de liderança política, religiosa e esportiva, além de infraestruturas tais como escola, transporte, e centro social (Castro 2000).

Um dos primeiros professores da comunidade relata que “a comunidade tem aproximadamente 42 anos, com 35 famílias, no total de 140 moradores”. A primeira Escola Municipal da comunidade era chamada de Nova Esperança que atualmente é chamada de Escola Municipal São Geraldo da comunidade foi construída pelo Prefeito Euclides Correa Vieira (1983), no ano de 1984. No início da formação da comunidade, as atividades econômicas mais expressivas eram agricultura o cultivo da banana e da malva. Atualmente, o cultivo de hortaliças e a produção de farinha de mandioca têm sido as principais atividades, seguidas do manejo da pesca.

Como afirma Lira (2016), o rio influencia, inclusive, a própria construção das casas dos ribeirinhos, uma vez que são sempre construídas de frente para o rio, as quais podem ser vistas pelas grandes embarcações que navegam nos rios amazônicos, evidenciando que o rio possui um alto poder simbólico para ribeirinhos. Já Cruz (1999, p. 04) afirma que,

[...] rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos), como a mãe-d'água, a cobra-grande, que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem.

O rio também, para os ribeirinhos, influencia o ritmo das relações socioespaciais do dia a dia, como analisa Cruz, que caracteriza o rio como espaço físico-natural, espaço social e espaço simbólico

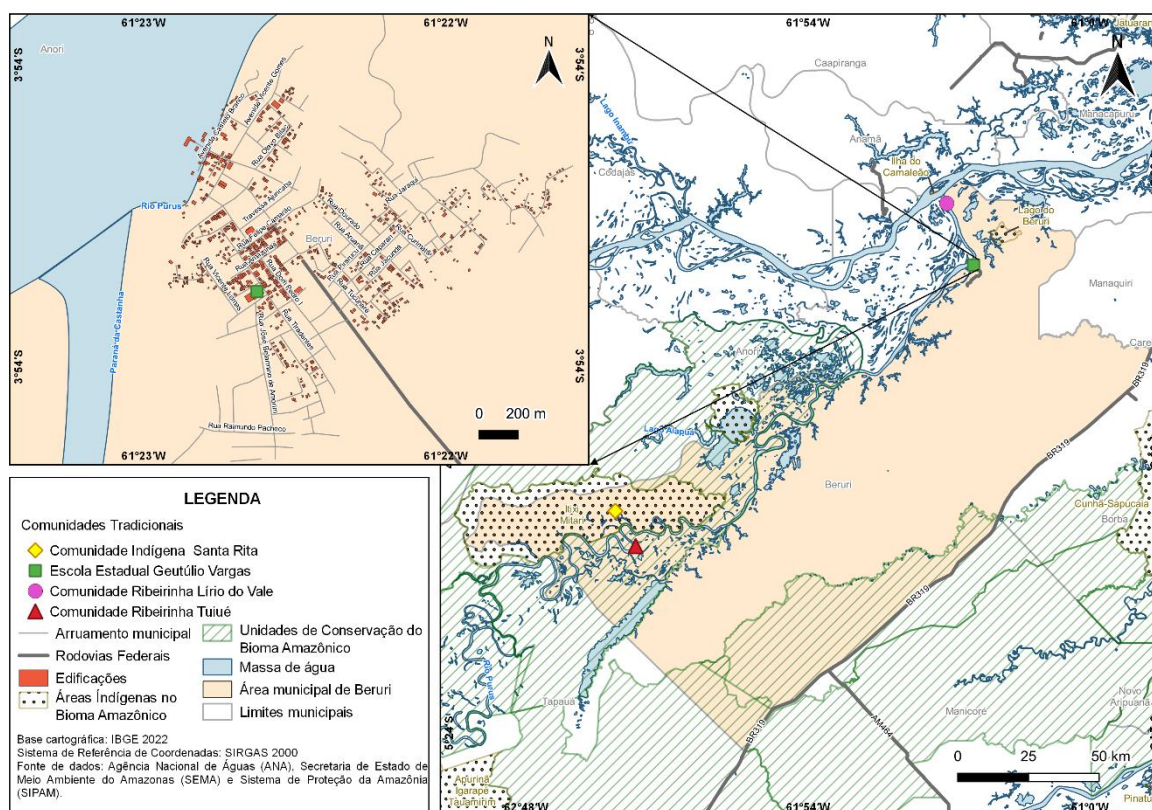
O rio como **espaço físico-natural** (paisagem natural) é fundamental como meio de transporte, como fonte de recursos naturais e ainda contribui de maneira fundamental na temporalidade, no ritmo social de parte da região, bem como é matriz de organização espacial em grande parte da Amazônia. O rio como **espaço social** é o meio e a mediação das tramas e dos dramas sociais que constituem o modo de vida ribeirinho com seus saberes, fazeres e sociabilidades cotidianas. Já como **espaço simbólico** ele é matriz do imaginário, produto e produtor dos sistemas de crenças, lendas, cosmogonias e mitos ligados à floresta e ao misterioso universo das águas que são elementos fundamentais na construção das identidades na Amazônia (Cruz, 2011a, p. 11 grifo do autor).

É importante destacar que durante a realização desta pesquisa observou-se que cada comunidade tem suas particularidades, seja no uso do território, no manejo particular de seus recursos naturais, no método de pesca, como é o caso da comunidade Lírio do Vale, que vem utilizando o cultivo das hortaliças nos últimos anos.

4. A COMPREENSÃO DO LUGAR E DO LOCAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO

O estudo foi realizado nas comunidades ribeirinhas Tuiué e Lírio do Vale, localizadas à margem esquerda do rio Purus, e na comunidade indígena Santa Rita, localizada à margem direita do rio, no município de Beruri, no Estado do Amazonas.

Figura 05 – Localização das comunidades tradicionais pesquisadas do município de Beruri-AM



Fonte: IBGE, 2022, ANA, 2022, SEMA, 2022, SIPAM, 2022. Elaborado por SCHRÖEDER, 2025.

Os dados analisados foram obtidos por meio de fontes bibliográficas, livros, artigos científicos, teses, dissertações, entre outras; documentos de órgãos públicos, ONGs; dados secundários de bancos de dados como IBGE, Fundação Amazônia Sustentável – FAS, entre outras; realização de entrevistas semiestruturadas com

lideranças das comunidades tradicionais e escolas da região, e observação a campo. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com seis pessoas de cada comunidade envolvida e seis pessoas da Escola Estadual Getúlio Vargas (localizada na área urbana de Beruri), distribuídas da seguinte forma:

Comunidade Indígena Santa Rita - etnia Apurinã: com o cacique, a liderança principal, com uma liderança indígena masculina, com uma liderança indígena feminina, com o professor indígena e com dois estudantes indígenas. Para a identificação e mínima preservação do anonimato, adotou-se as seguintes abreviações: LPIM - liderança principal indígena masculina; LIM - liderança indígena masculina; LIF - liderança indígena feminina; PI - professor indígena e EI1 e EI2 - estudantes indígenas.

Comunidade Ribeirinha Tuiué: entrevista com a liderança principal da comunidade, com uma liderança masculina e uma feminina, com um professor e com dois estudantes da comunidade, assim identificados: LPTM - liderança principal Tuiué; LTM - liderança Tuiué masculina; LTF - liderança Tuiué feminina; PRT - professor ribeirinho Tuiué e ERT1 e ERT2 - estudantes ribeirinhos Tuiué.

Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale: entrevista com a liderança principal da comunidade, com uma liderança masculina e uma feminina, com um professor e com dois estudantes da comunidade, identificados da seguinte forma: LPL - liderança principal Lírio; LLM - liderança Lírio masculina; LLF - liderança Lírio feminina; PRL - professor ribeirinho Lírio e; ERL1 e ERL2 - estudantes ribeirinhos Lírio.

Escola Estadual Getúlio Vargas: entrevista com professores e estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, assim identificados: PB1 e PB2 - professores Beruri; EBM1 e EBM2 - estudantes Beruri masculino e EBF1 e EBF2 - estudantes Beruri feminino.

Em relação à profissão de cada uma das pessoas entrevistadas, a Tabela 1 apresenta a síntese:

Tabela 1 – Apresentação dos entrevistados

Entrevistados	Profissão em sua comunidade	Quantidade
Cacique	Pescador	1
Liderança indígena	Artesão e agricultor	2
Liderança principal da comunidade ribeirinha	Agricultor e pescador	2
Liderança da comunidade ribeirinha	Três agricultores e um pescador	4
Professores	Professores	5
Jovens	Estudantes	10
Total de entrevistados		24

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Na realização da pesquisa com os entrevistados, além de questioná-los, foi solicitado a elaboração de desenhos e mapas mentais, representando a compreensão que têm do lugar em que vivem e como interpretam a relação desse local com a escala regional, nacional e/ou global.

É neste sentido que Amatuzzi (1996), quando trata da fenomenológica no trabalho de pesquisa, utilizando-se de dados empíricos e teóricos, destaca que a análise dos dados deverá conter:

- 1) sintonização com o todo do vivido;
- 2) encontro dos elementos experienciais (ou unidades temáticas emergentes);
- 3) síntese ou articulação final, redizendo o fenômeno.

A análise e tratamento dos dados bibliográficos, empíricos e documentais diz respeito ao conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados e articulados com a teoria que fundamenta o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas, cuja necessidade foi dada pelo trabalho de campo. De acordo com Minayo (2007), podemos subdividir esse momento em três procedimentos:

- (a) ordenação dos dados;
- (b) classificação dos dados;
- (c) análise propriamente dita.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da análise de conteúdo, definida por Bardin (1979, p. 42) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Nesse contexto, a análise dos desenhos e dos mapas mentais, elaborados pelos entrevistados, permitiram compreender elementos subjetivos, construídos a partir da percepção do espaço. Para Lencioni (1999, p. 52), aprender as imagens e as características socioculturais que elas expressam, é entender uma das dimensões das relações que os indivíduos estabelecem com o espaço em que vivem.

É nesse sentido que os desenhos e os mapas mentais solicitados aos entrevistados contribuem para compreender as representações do imaginário dos indivíduos (Lencioni, 1999). Os mapas mentais, distintos dos mapas cartográficos, que buscam elaborar uma representação objetiva do espaço, são subjetivos e construídos a partir da percepção do espaço. Assim, os desenhos e os mapas mentais podem ser reveladores, uma vez que por meio do seu estudo pode-se apreender a imagem que os indivíduos têm acerca dos lugares, procurando relacionar essas imagens às características socioculturais destes e entender uma das dimensões das relações que os indivíduos estabelecem com o território.

O tratamento do material conduziu a uma busca da lógica peculiar e interna das comunidades analisadas, sendo está a construção fundamental do pesquisador. Ou seja, a análise qualitativa não é uma mera classificação de opiniões dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação, à luz da teoria, aporta uma contribuição singular e contextualizada por parte do pesquisador (Minayo, 2007).

Quadro 1 - Síntese dos objetivos, procedimentos de coleta e sistematização dos dados

Objetivos Específicos	Objeto de análise	Instrumentos	Categorias de análise	Questionamentos/Roteiro de entrevista
1. Caracterizar o processo de formação da região com	Contexto sócio-histórico e territorial	Levantamento bibliográfico	Comunidades Tradicionais	Como se deu a formação do território do Município de Beruri?

destaque para as comunidades indígenas e ribeirinhas;		Análise documental	Comunidades indígenas Comunidades ribeirinhas	Relatar processos migratórios e povos indígenas e migrantes ribeirinhos para a região
		Entrevistas semiestruturadas	Formação da região de Beruri	Entrevista com cacique e lideranças das Comunidades indígenas e ribeirinhas Entrevistas com lideranças das Comunidades ribeirinhas
2. Pesquisar a compreensão da perspectiva do lugar e do local no cotidiano de estudantes e das comunidades tradicionais na região de Beruri;	Realidade ambiental social, econômica e cultural Significado de lugar e local	Entrevistas semiestruturadas	Compreensão de lugar	Entrevistas com estudantes das escolas. Entrevistas com professores das Escolas
		Mapas mentais	Compreensão de local	Entrevistas com lideranças das comunidades tradicionais
		Observações a campo	Cotidiano	Registro de manifestações espontâneas
3. Analisar o conhecimento construído no encontro do lugar e do local entre estudantes e comunidades tradicionais por meio da abordagem Steam.	Conhecimento Abordagem Steam Escalas	Observações a campo	Conhecimento	Registro de resultados da interação lugar/local
		Levantamento de dados secundários	Encontro entre o lugar e o local	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Por meio deste quadro pode-se visualizar os objetivos da pesquisa, os instrumentos de levantamento dos dados que foram utilizados, as categorias de análise adotadas e os questionamentos realizados nas entrevistas.

4.1 A perspectiva do Lugar e do Local no cotidiano das Comunidades Tradicionais na Região de Beruri

Um dos aspectos destacados na pesquisa, ao buscar a compreensão do lugar e do local dos líderes das comunidades tradicionais, mais especificamente, como aparece no seu cotidiano, foram percebidos nos relatos sobre o uso da natureza. O cacique da etnia Apurinã, aparecem durante a entrevista, expressou que, tanto ele quanto seu povo, vêm perdendo sua identidade, ao longo dos anos. Poucos são os interessados em falar a língua mãe, principalmente os mais jovens. O cacique, com idade de 70 anos, acumulou os saberes ancestrais, mas foi obrigado a aprender a língua portuguesa para se comunicar e conviver com o homem branco. Ainda assim, mantém o sotaque de sua língua materna. Em sua fala, sobre a compreensão do lugar e do local, afirmou:

A natureza nasceu do mundo e ninguém plantou. Ela mesmo, por ela, ela nasceu do mato, né? Porque a fruta cai no chão, e o passarinho come a fruta, cai de um lado e já plantou também, né? Aonde não tem, assim, o macaco comer, cai no chão, ela cai aí, o fruto já abre e nasce, né? Então, é... Buriti, assim, cai no canto só, né? Às vezes o jaboti leva, deixa lá no outro canto, e lá nasce. Quando enchente também, ela incha, a buriti desce, fica no canto, e lá vem aumentando, nascendo, a buriti natureza, a fruta, né? Aí a gente vê que a natureza era muito buritirana, no mato, né? Bacaba, né? Batawá, né? Dizem que a natureza era ela que criou mesmo, ninguém plantou com [...] que ela criou mesmo a natureza, certo (LPIM, 2024).

Nesta fala, a expressão “a natureza nasceu do mundo” registra a importância do território e a relação com a natureza. Nele se vivencia a cultura de seu povo, carregando memórias, significados e afetividades que moldam sua identidade e que é repassada para as futuras gerações Apurinã. “É pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece e se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço” (Bonnemaison, 2002, p.102).

Analisando o depoimento de Kukuasã, na tese defendida por Cândido Apurinã (2020), observa-se como o indígena relaciona o homem com a floresta, explicitando

que há uma hierarquia entre as espécies de plantas. Esta relação com a floresta também é de ensinamento, até como ser pajé.

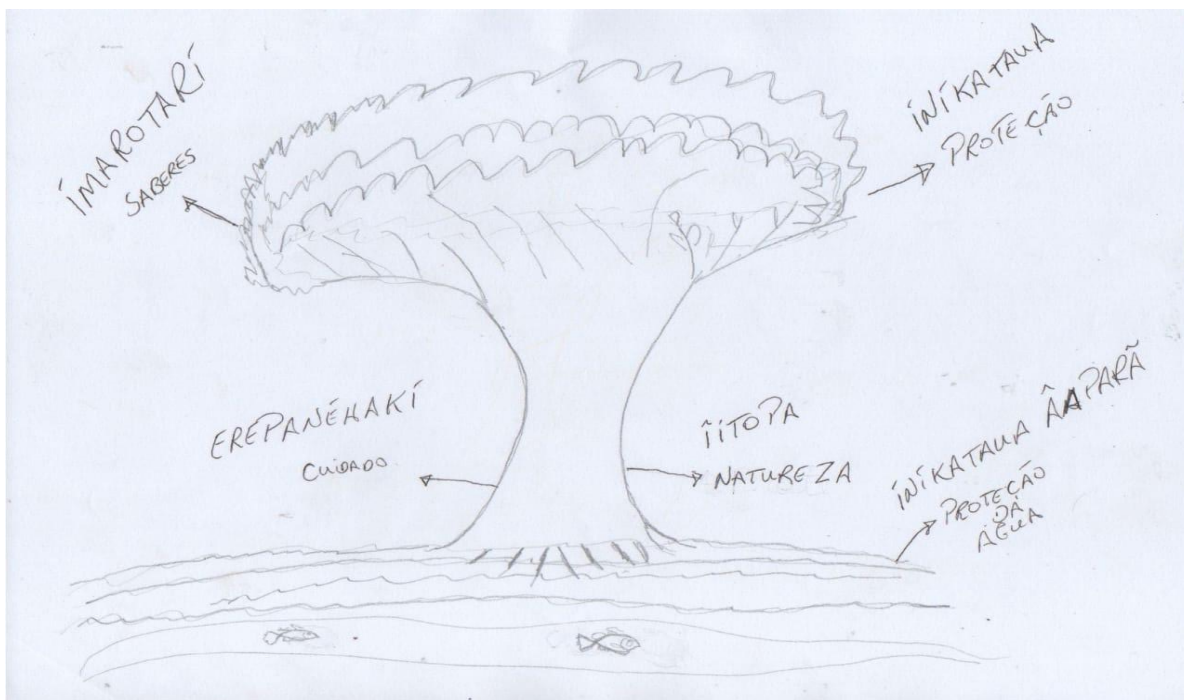
As árvores também têm os chefes deles, eles têm as pedras deles né. Tucumã tem o chefe deles também [...]. Murumuru, buritirana, taboca também, todos têm chefe. Tudo tem. Peixe também tem... quando eles querem, eles também ensinam a gente ser pajé. Quem pode conversar com eles, só o pajé. Qualquer que não é aprendido, não conversa com eles. Só o pajé conversa. Por acaso, hoje a pessoa vai num buritirana e fica enjoando ela. Buritirana é uma árvore, essa não gosta de ser enjoada. Se o cara continuar, a árvore flecha ele. O cara vem doente, falta morrer. O pajé vai lá e tira a doença e depois vai lá conversar com a árvore. Ele diz: “Por que que tu fez isso?”. Ela vai explicar qual que foi o motivo. O pajé volta para trás, conversa com aquele que tava doente, e diz para ele que não pode ficar enjoando as coisas que ele não conhece (Apurinã, 2020, p. 156).

Analisando a fala do cacique da aldeia Mucuim, chamou a atenção a forma como ele relaciona o lugar como natureza. Eles acreditam em uma cosmologia onde a natureza e os animais possuem espíritos e estão interconectados com os seres humanos. Onde não tem fronteiras e nem escala, é tudo natureza, é a natureza de pertencimento, é a natureza de seus antepassados, é a na natureza onde eles vivem e sustentam seu povo. É neste sentido, que explica Bonnemaïson (2002, p. 112).

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e, com ainda mais razão, precede o espaço econômico.

São esses valores, vivenciados no território, que são expressos no mapa mental do cacique, na Figura 06, onde a árvore representa natureza, proteção, saberes e cuidado.

Figura 06 – Mapa mental do Cacique da Comunidade Indígena Santa Rita



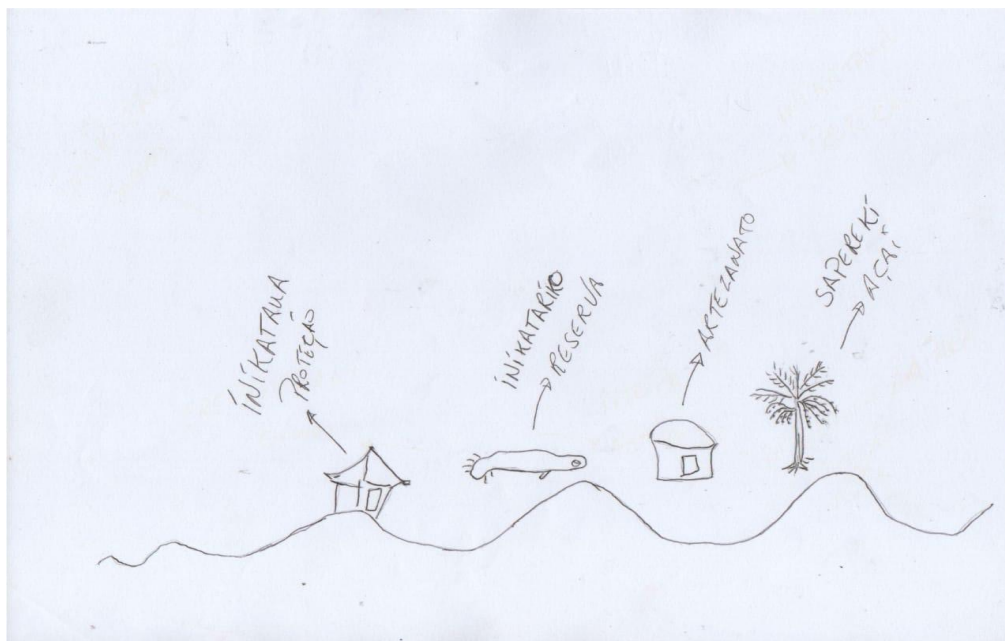
Fonte: Fotografia Silva, 2025.

A liderança masculina da Comunidade Indígena Santa Rita considera que viver na aldeia lhe traz paz. Foi muito esclarecedor durante a entrevista que a natureza lhe oferece não só alimento, mas também abrigo, silêncio, beleza e cura. Assim, a liderança evidencia que o ambiente natural é parte integrante da sua identidade e da sabedoria coletiva de seu povo.

Viver neste lugar significa paz. É saudável que a gente vive, né? É um lugar puro que a gente sente aqui [...]. Porque a gente tem tudo o que a gente quer. Para mim é uma maravilha morar aqui. Porque eu gosto daqui mesmo. A natureza traz uma série de coisas que vem para nós mesmos. A gente tem um espaço muito grande aqui. A natureza é boa para nós (LIM, 2024).

Nesta afirmação do líder indígena, em que “a natureza traz uma série de coisas que vem para nós mesmos”, faz lembrar as contribuições de Franz Boas, pai da antropologia cultural, que enfatizou o valor das culturas indígenas e o aprendizado por observação e participação. E, neste olhar de observação, participação e pertencimento que a educação socioambiental reconhece e valoriza os saberes de comunidades tradicionais, indígenas. No desenho a seguir a liderança masculina indígena expressa a riqueza de seu território e o modo de viver de seu povo.

Figura 07 – Mapa mental do líder masculino da Comunidade Indígena Santa Rita.



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Observa-se que a síntese do líder masculino indígena são as palavras “proteção”, “reserva”, “artesanato” e “açai”, as quais indicam como o lugar apresenta as condições necessárias para viver de forma satisfatória.

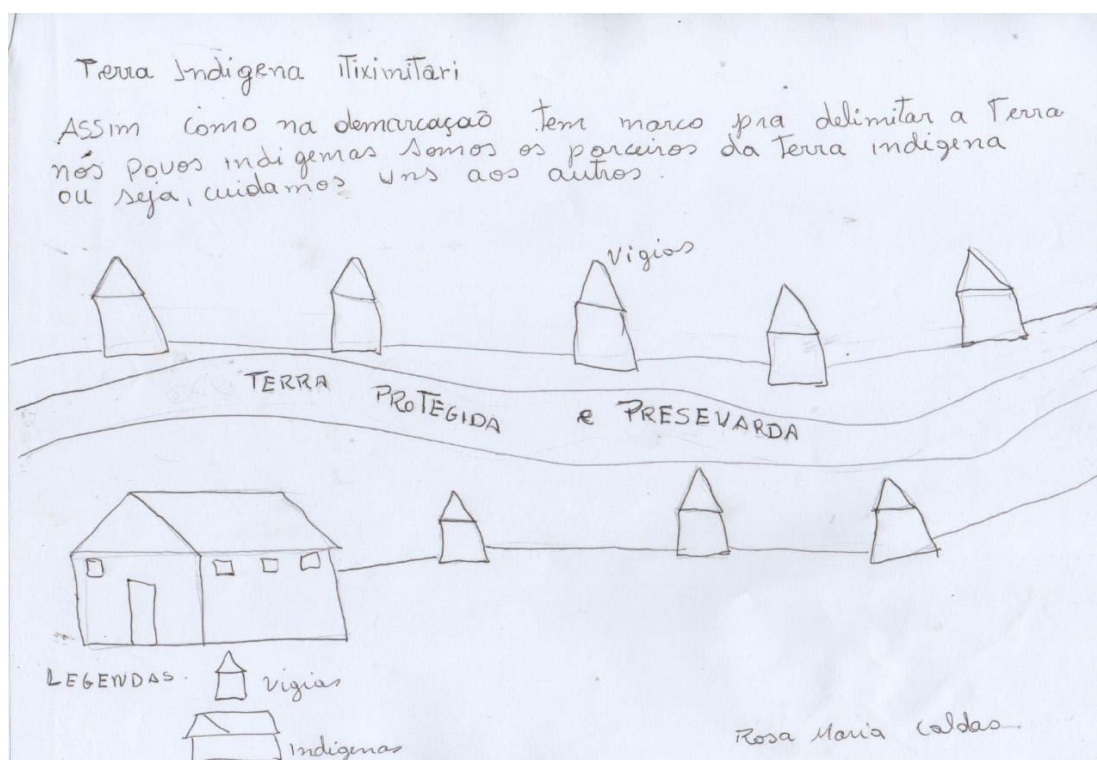
Por sua vez, a líder feminina da Comunidade Indígena Santa Rita também destaca sua relação profunda com a natureza e proteção mútua. A tranquilidade vem não apenas do ambiente em si, mas da segurança e do respeito compartilhados entre sua comunidade e a floresta. A entrevistada enfatiza também a valorização da natureza como um bem precioso, reforça a importância da preservação e da responsabilidade coletiva. Assim, a conexão com o território se mostra essencial para manter essa relação harmônica, fortalecendo o sentimento de pertencimento, como afirma a entrevistada

viver nesse lugar significa tranquilidade, né? Olha, eu como sou indígena, né? A natureza, ela é um bem muito importante e precioso, né? Que a gente devemos proteger. Então, por esse motivo, eu gosto de estar em um local onde a gente protege e nos sentimos protegidos também (LIF, 2024).

A relação com a natureza evidenciada pela líder feminina é que a floresta traz proteção e tranquilidade. Para Rousseau (1962) a relação homem-natureza é permeada por um ingrediente idílico, marcado por uma complementaridade absoluta

entre aqueles elementos. O equilíbrio dessa relação só vai romper-se quando ela começa a inserir-se num contexto dominado pela sociedade e pela civilização, com as consequências necessariamente negativas que elas trazem. Neste sentido, a líder indígena apresenta em seu desenho o cuidado e proteção com a natureza.

Figura 08 – Mapa mental da liderança feminina da Comunidade Indígena Santa Rita



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

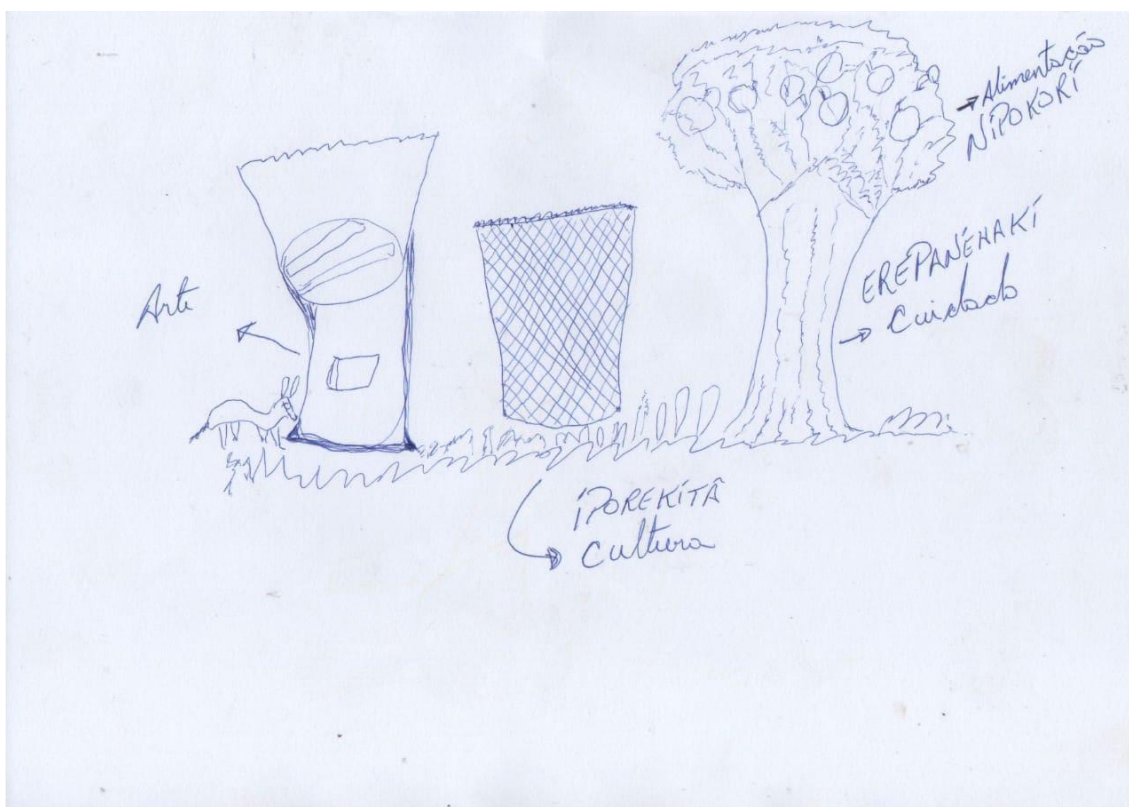
Ao analisar o desenho da líder indígena feminina fica nítida sua preocupação com a preservação das florestas e dos rios. Essa preocupação se evidencia com a apresentação dos “vigias” em seu desenho. Cerdotes e Bühring (2022) afirmam que a relação do homem com a natureza tem sido um tema extremamente importante e necessário, que leva à reflexão sobre a vida com qualidade para todas as espécies do planeta. O meio ambiente natural possui recursos indispensáveis para a manutenção da vida em condições saudáveis. A relação homem e natureza há que ser ética (ética do cuidado, por exemplo!), respeitando-se os limites da natureza no que tange a exploração dos recursos naturais, tendo em vista que eles não são inesgotáveis. Portanto, a preocupação com os recursos naturais da líder feminina é um alerta necessário.

Nesse mesmo sentido o professor indígena afirma que,

a natureza significa paz, conforto. É um ambiente saudável que a gente vive, né? É um lugar puro que a gente sente aqui. Confortado, porque a gente tem tudo. Para mim é uma maravilha morar aqui. Porque eu gosto daqui mesmo. Quem vive aqui sabe que a natureza tem ar puro. A gente tem um espaço muito grande aqui. E tem de tudo, né? O que a gente precisa caça, peixe. A gente faz até manejo⁸ (PI, 2024).

Para o professor, a natureza é uma fonte de pertencimento e identidade, ao afirmar: “eu gosto daqui mesmo”, reforçando o vínculo emocional com o território. E, usar a natureza como sala de aula é fundamental para manter a identidade e cultura de seu povo. Assim, fortalece através de seu relato a importância da comunidade tradicional para a preservação ambiental, como exemplo de uma relação harmônica com o meio.

Figura 09 – Mapa mental do professor da Comunidade Indígena Santa Rita



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

⁸ O manejo na comunidade indígena acontece em vários lagos, tendo como principal lago o Joari. Os pescados principais dessa comunidade é o pirarucu e o tambaqui tem como principal objetivo respeito do ciclo de reprodução e capacitação dos jovens indígenas em ser bons vigilantes e também contagem dos peixes. Como exemplo o pirarucu onde sobe à superfície a cada 15 a 30 minutos para respirar.

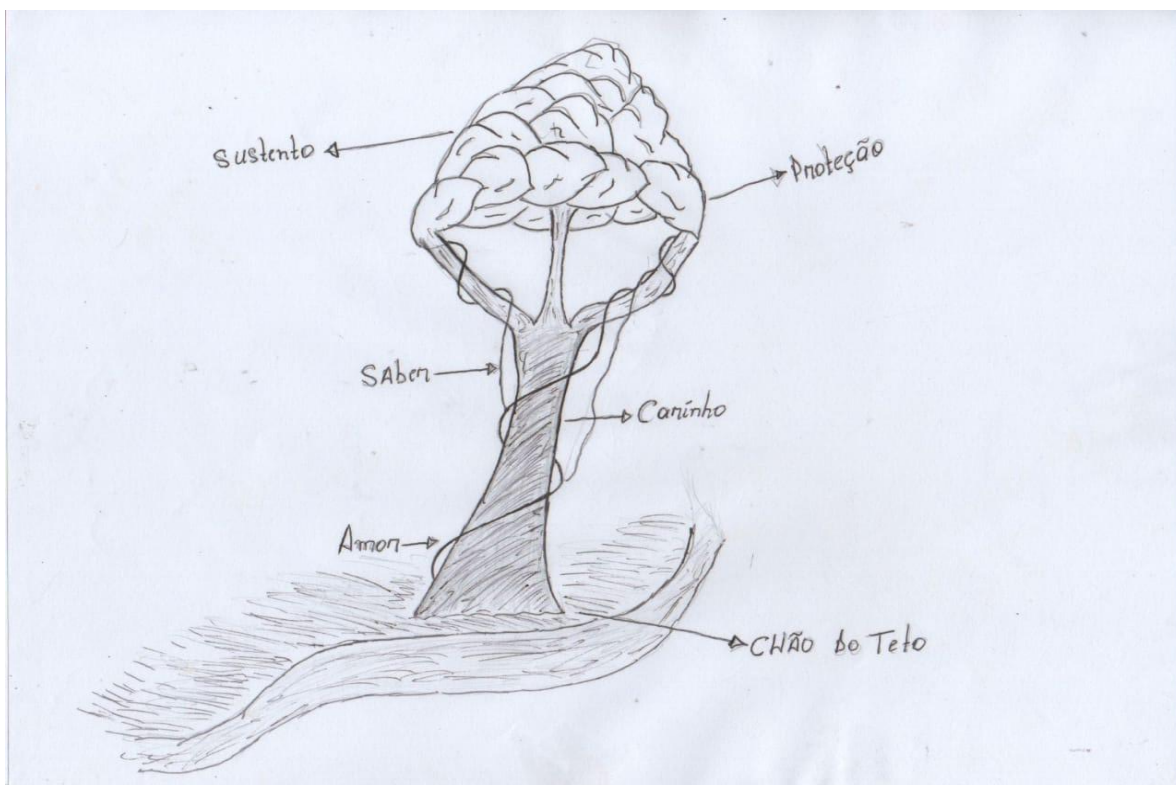
O professor indígena, em seu desenho, expressa que viver na floresta lhe proporciona troca de saberes com a natureza, onde o cuidado é recíproco, ou seja, quando a aldeia cuida da natureza ela cuida também através de proteção e alimentos. Esse é o equilíbrio importante entre homem e natureza.

Já o estudante indígena destaca a beleza da natureza e sua riqueza natural, fundamental para a preservação do meio ambiente e de sua própria identidade, como apresentado abaixo:

No meu ponto de vista a natureza tem riqueza, beleza, muita espécie de peixe. E ela cuida de nosso povo, né? Aqui a gente vê, é a floresta e as águas (E11, 2024).

Esse relato nos permite observar a partir da ótica desse jovem a importância da natureza para sua tribo, o que eles observam e aprendem com a natureza em seu cotidiano. Abaixo, em seu desenho, a árvore representa a existência de seu povo.

Figura 10 – Mapa mental do estudante Indígena da Comunidade Indígena Santa Rita



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

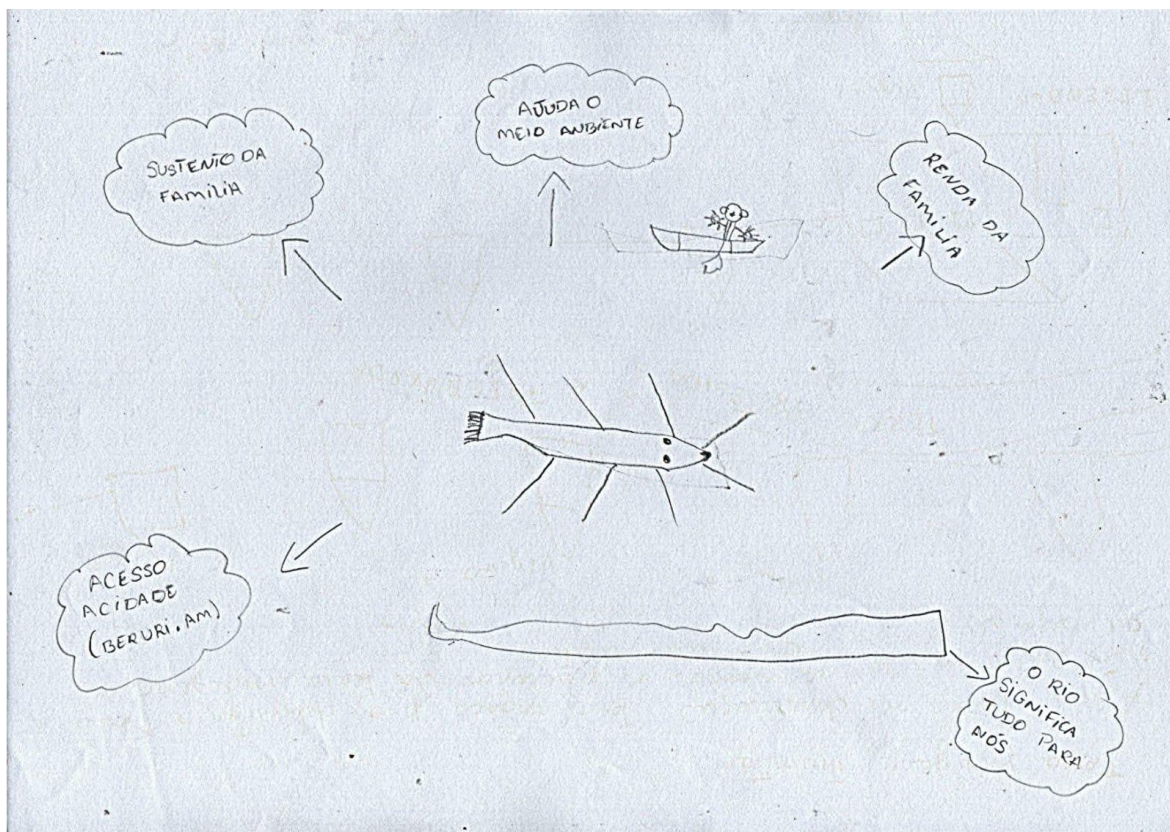
Portanto, o estudante indígena segue na mesma direção dos demais membros da comunidade que foram entrevistados. Chama a atenção para a riqueza natural e para a preservação do meio ambiente, o qual constitui a própria identidade do grupo.

No mesmo sentido, de compreender como aparece no cotidiano as percepções do lugar e do local, as comunidades ribeirinhas destacaram a relação com a natureza. A liderança principal da comunidade Tuiué, enfatizou que a natureza foi e continua sendo fundamental para a comunidade, tanto no passado quanto no presente. O líder explicou também que, devido às mudanças nas leis e regulamentações, a comunidade teve que adaptar a forma de utilizar os recursos naturais, principalmente no controle de desmatamento para fazerem os roçados. O componente fundamental da prática milenar, que remonta aos primórdios da agricultura, de corte e queima, foi reduzido. Além disso, como o pescado continua sendo a principal fonte de sustento de sua família, há a redução da atividade pesqueira durante o período do defeso. A restrição é justamente no momento em que os animais se reproduzem na natureza, possibilitando a preservação das espécies, gerando um uso sustentável dos recursos naturais. A fala do entrevistado sintetizou essa ideia ao afirmar que

a natureza para nós é tudo, né? É tudo porque nós nascemos nela. Já vendo ela, quando fomos crescendo, já fomos vendo ela ao nosso redor. Por isso que ela significa muita coisa para nós, por causa disso (LPT, 2024).

Assim, ficou evidenciado que a natureza faz parte de seu cotidiano e de sua existência. O pertencimento ao lugar transformou o espaço natural em um lugar social humanamente habitável e que sustenta toda a comunidade através de seus recursos naturais. A liderança da comunidade Tuiué elaborou o seguinte mapa mental:

Figura 11 – Mapa mental da liderança principal da Comunidade Ribeirinha Tuiué



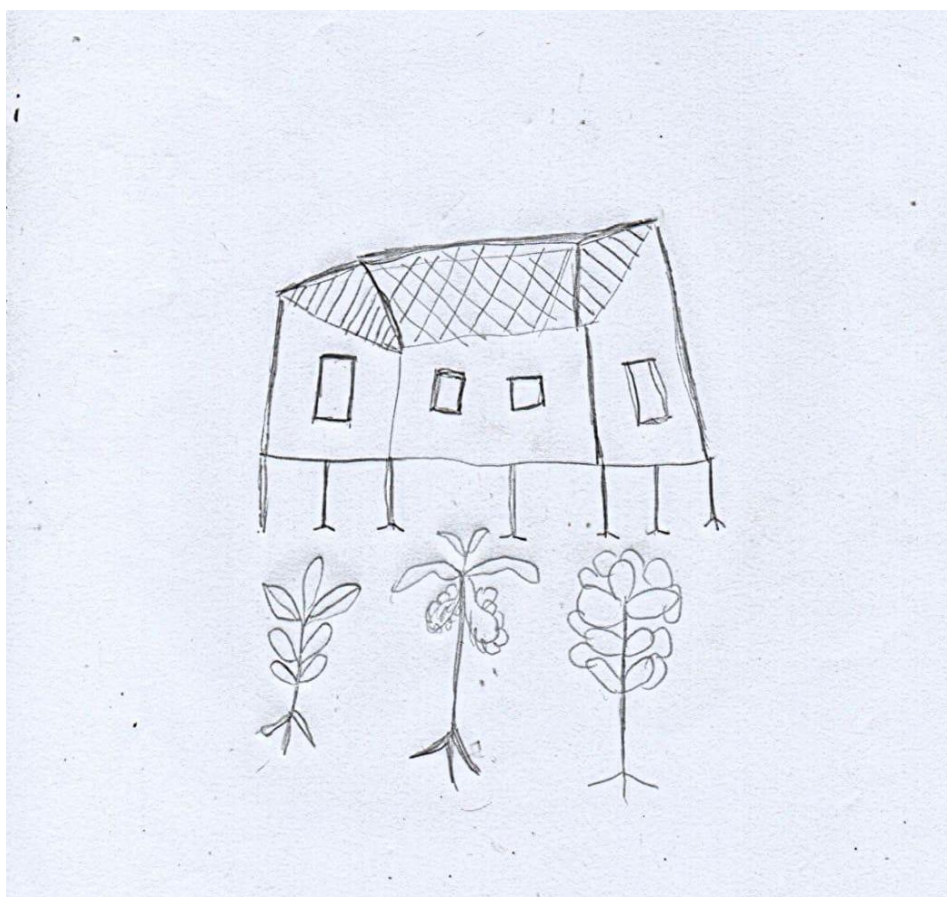
Fonte: Fotografia Silva, 2025.

As frases e os desenhos são bastante elucidativos da relação e visão que se tem da natureza. Conforme a Figura 11, o conjunto está relacionado ao rio, que pode ser sintetizado pela frase “o rio significa tudo para nós”, escrita ao lado de uma imagem que o representa. Do outro lado, a frase “acesso à cidade (Beruri-AM)” adiciona mais esclarecimentos sobre sua importância para a comunidade, porque é o principal caminho para chegar à cidade de Beruri, onde se acessa diversos serviços, como aposentadoria, prova de vida, Bolsa Família, atendimento à saúde, compra de alimentos, entre outros. Na mesma imagem, complementando essa interação com a natureza, ainda consta os desenhos de uma pessoa num barco de pesca, um peixe, além do rio já destacado acima e, balões com as frases “renda da família”, “sustento da família” e “ajuda o meio ambiente”.

No mesmo sentido, segue o desenho e a entrevista da liderança feminina da Comunidade Ribeirinha Tuiué. Ao expressar seu entendimento sobre o lugar, desenhou uma moradia entre árvores e afirmou que

A natureza pra mim é tudo, né? Porque tudo vem da natureza, né? Porque tudo que tem nela e no rio, a gente depende, né?... Porque a cidade tudo é comprado, né? Aqui no interior não... a gente plantar um milho, né? Uma melancia, um feijão. A gente vai colher, sim”. E a gente se sente muito bem aqui no interior, né? Melhor do que na cidade, né? Principalmente, assim, a convivência, né? Que a gente acha melhor aqui do que lá, né? Se lá a gente está mais, assim, assustado, né? Se vai morar na cidade mais assustada com outras coisas que acontecem, né? E aqui a gente acha, assim, que se torna melhor aqui, né? Aqui nessa localidade interior, né? Se sente mais melhor, né? (LTF, 2024).

Figura 12 – Desenho da liderança feminina da Comunidade Ribeirinha Tuiué



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Para a liderança feminina, a floresta tem um papel importante na manutenção da saúde da comunidade, pois, quando as árvores são derrubadas, há impactos diretos na qualidade da água, o que pode aumentar casos de doenças.

Se a gente derruba a floresta, aí vem as doenças, né? Como diarreia, né? Vômito, né? Dor na barriga. Já se torna mais pior, né? E a gente tendo isso aí, a gente preservando, a gente sabe que a água limpa é mais difícil de adoecer, né? (LTF, 2024).

Neste sentido, a garantia da água limpa é a certeza de uma vida saudável para a comunidade. A pesquisa intitulada “Consumo de Água nas Escolas das Comunidades Tradicionais da Reserva Piagaçu” (Silva, 2023) aponta o uso da água nas comunidades ribeirinhas da reserva Piagaçu, da qual Tuiúé faz parte. Dentre os resultados, se destaca:

O uso da água nas comunidades ribeirinhas da reserva Piagaçu tem sido utilizado principalmente na agricultura, usos domésticos e consumo pelos estudantes e moradores. Vale ressaltar que a reserva Piagaçu localiza-se geograficamente banhada por vários rios e lagos de água doce, dentre eles o rio Solimões, rio Purus entre outros rios e lagos. (Silva, 2023, p. 06).

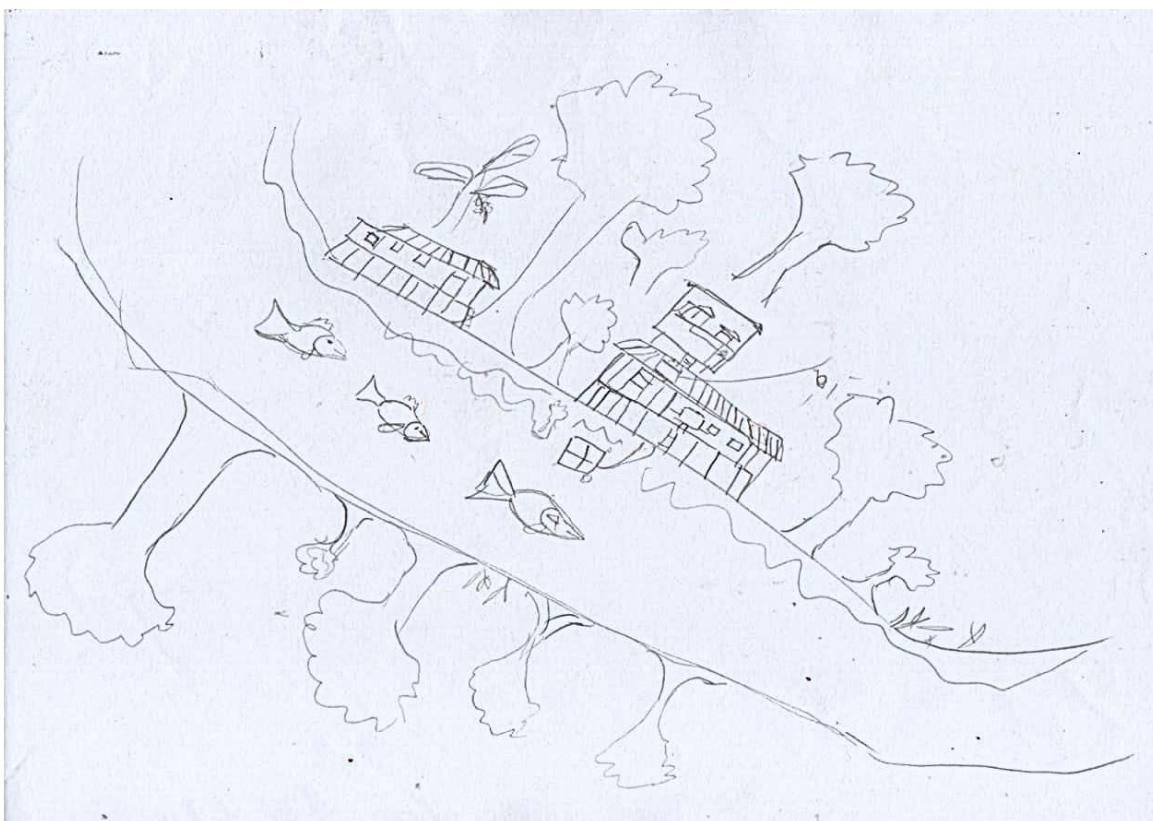
Por isso, a importância da floresta, como apontou acima a liderança feminina, para uma vida saudável da população. Inclusive, ao se pensar em relação aos recursos hídricos superficiais disponíveis, se verifica que o Brasil dispões de 11% do total mundial e, deste total, a bacia hidrográfica do rio Amazonas detém 71,1% da vazão nacional. Assim, como a base da água utilizada pela comunidade provém dos rios, é fundamental a sua manutenção em condições saudáveis.

Ainda, sobre a importância da floresta para os ribeirinhos, a liderança masculina de Tuiúé trouxe mais elementos em seu desenho, mostrando as casas em meio à floresta e às margens do rio, este com peixes, significando o provedor de alimentos.

Eu nasci, me criei e estou com 40 anos aqui [...]. A natureza para mim também é muito legal. Aqui nós cuidamos do lixo e das plantas também. Se a gente derrubar as árvores tudo, dá aquele calor horrível. Então a gente cuida das árvores também, cuida do lixo. E é muito bom aqui na comunidade (LTM, 2024).

Para essa liderança ribeirinha o cuidado com o ambiente é uma atitude consciente e um testemunho de quem não apenas habita no território, mas cuida como sua própria casa. Este cuidado harmônico entre homem e natureza é expressado também em seu desenho abaixo:

Figura 13 – Desenho da liderança masculina da Comunidade Ribeirinha Tuiué



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

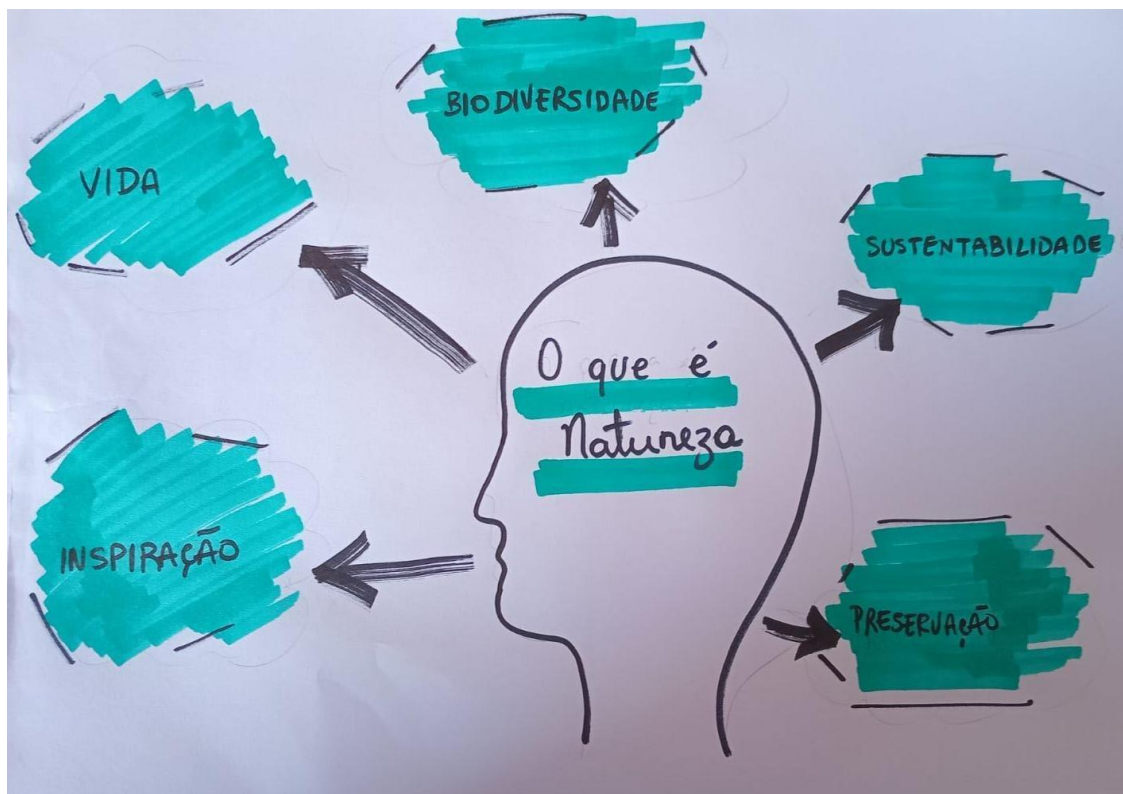
Portanto, o desenho reforça o que já foi apontado pelas lideranças anteriores sobre a relação entre a floresta, o rio e a sobrevivência da comunidade ribeirinha, porque representam a possibilidade de alimento para a população local. Por isso, a necessidade de se cuidar das árvores e das águas.

Já o professor da comunidade Tuiué acredita que a natureza traz esperança de um futuro melhor quando afirma:

A natureza para mim é uma paz, uma tranquilidade, ver um futuro no amanhã ali, observar aquela natureza, o ar puro que a gente respira, ver como é importante a preservação para a gente, como comunitário, para as pessoas ali naquelas comunidades (PRT, 2024).

O professor expressa a importância da preservação em sua afirmação. Seu olhar mostra consciência e pertencimento em que a comunidade tradicional deveria inspirar políticas públicas através de seu território e que esses comunitários pudessem ter voz nas tomadas de decisões que beneficiassem sua comunidade.

Figura 14 – Mapa mental do professor da Comunidade Ribeirinha Tuiué



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

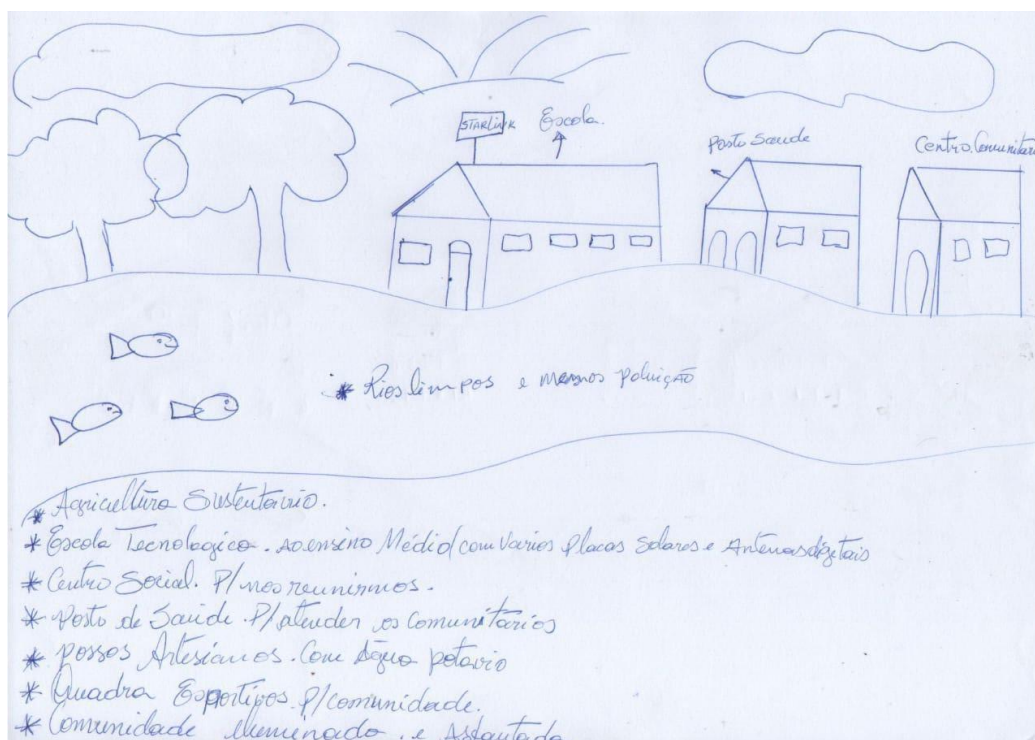
Dessa forma, foi possível perceber que o rio e a floresta significam para os ribeirinhos da comunidade estudada muito mais que caminhos ou fonte de recursos naturais (a dimensão funcional do território), são os meios pelo qual a vida desses sujeitos pode ser interpretada, ditando inclusive, o ritmo de suas atividades cotidianas e a sua territorialidade.

Esse significado do território, como pertencimento, é esclarecido por um dos estudantes, quando afirma que os ribeirinhos conhecem a força do rio e da floresta. Assim, o cultivo de viver na comunidade ribeirinha é a tranquilidade, educação e a esperança que floresce a cada ano. Como afirma o estudante, a comunidade

é um pedacinho de tudo o que a gente é. Como uma comunidade ribeirinha para a gente trazer tranquilidade, essa comunidade, essa localidade também, ela é para a gente, é um porto, um porto seguro, de tudo o que a gente tem, conquistou aqui. No caso, tanto da agricultura, quanto também da questão da educação, que tem só melhorado ao longo do tempo (ERT1, 2024).

No seu mapa mental o estudante expressa a importância tanto do rio, assim como o da floresta.

Figura 15 – Mapa mental do estudante da Comunidade Ribeirinha Tuiué



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Durante a entrevista ficou nítida a preocupação do estudante com a floresta e o cuidado em sua ação de preservá-la.

Para mim, e eu poderia dizer para a nossa comunidade também, ela é tudo. Porque é dela que nós extraímos o nosso sustento. É da natureza que a gente sobrevive aqui na comunidade, né? É dos nossos rios que a gente vive a maioria dos comunitários. A gente usa a natureza para sustentos, para sobrevivências também, mas também para preservar ela. A gente cuida, a gente zela por ela. A gente usa a natureza também para, no caso, se deslocar, a gente vai até a cidade usando todo esse percurso, porque aqui a gente não tem transporte terrestre, a gente usa o transporte fluvial (ERT1, 2024).

Outro ponto importante que ele destaca é o transporte que não é por estrada e sim pelo rio Purus, que conecta a comunidade ao resto do mundo. De uma forma geral, Loureiro (2001, p.121).

Os rios na Amazônia consistem em uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcional. O rio é o fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana, conferindo um ethos e um ritmo à vida regional. Dele dependem a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e a destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade.

Assim, viver nas comunidades tradicionais é a certeza que o rio lhes oferece o pescado e transportes e, a floresta oferece os frutos e os saberes ancestrais.

Ao se analisar as entrevistas, os desenhos e os mapas mentais dos integrantes da comunidade ribeirinha Lírío do Vale, também se percebe uma forte relação com a natureza e os benefícios que proporciona. A principal liderança da comunidade destacou que a natureza é a base da vida na comunidade ribeirinha, em que a terra propicia a agricultura diversificada e, o rio e lagos fornecem pescados variados, além de desempenhar um papel crucial no transporte para o deslocamento para outras comunidades e para a cidade de Beruri. O rio não é apenas uma característica geográfica, mas um elemento vital que define, sustenta e conecta as pessoas da comunidade ribeirinha. Dessa forma, a agricultura e o pescado são os principais meios de sustento para as famílias locais (LPL, 2024). Essa ligação não apenas sustenta a comunidade, mas também, define sua identidade como modo de vida. Consonante a isso, o rio é fundamental para essa dinâmica de pertencimento identitário, onde a interação entre rio e floresta é fundamental para o convívio entre homem e natureza, conforme pode ser observado no desenho da liderança:

Figura 16 – Desenho da líder principal da Comunidade Ribeirinha Lírío do Vale



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

O desenho expressa uma consciência do seu lugar, como parte de sua identidade e da sua história. Ao mesmo tempo, há o registro da interação com a natureza, com destaque para o fornecimento de alimentos para sua família, conforme, também destacou em sua fala:

É da natureza que a gente sobrevive aqui na comunidade, né. É dos nossos rios que a gente vive a maioria dos comunitários. Então, para a gente, isso é fundamental, é o ponto de tudo. É o que traz o ar puro para a gente (LPL, 2024).

Portanto, a relação com a floresta e o rio Purus é a principal identidade das comunidades tradicionais, porque dependem da floresta e dos rios limpos, sem poluição. Essa relação harmoniosa entre homem e natureza, é a certeza da longevidade de pertencimento e de se sentir grato por estar na maior floresta do mundo, com potencial incalculável para o desenvolvimento sustentável da geração presente e futura.

Esta narrativa sobre a relação próxima entre homem e natureza também é expressa pela liderança masculina no trecho da entrevista.

Ah, este lugar aqui, para mim, é uma bênção, porque é deste lugar que a gente tem aquele contato com a natureza. É é daqui que a gente tira o nosso sustento e que a gente se mantém, tanto da agricultura quanto do rio (LLM, 2024).

Outro ponto importante da entrevista desse líder, foi a atenção que deu às mudanças climáticas, ao referir que se estava passando por uma estiagem severa.

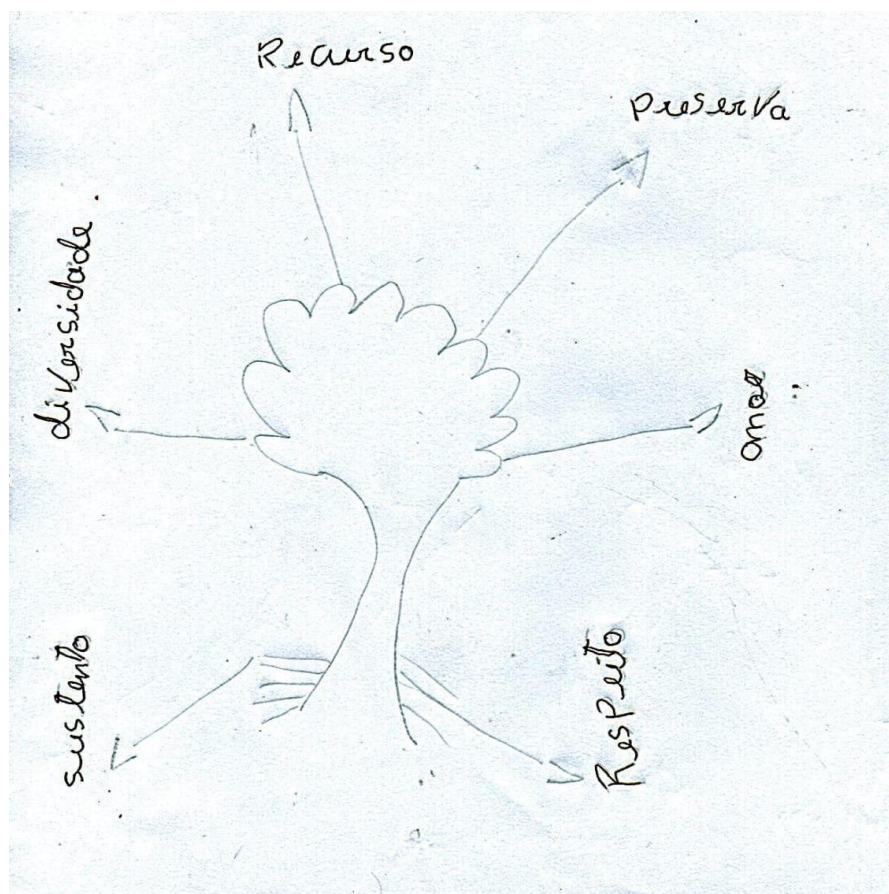
A natureza, na verdade, representa tudo em nossa vida hoje. Porque, apesar dos momentos que nós estamos vivendo climáticos, a natureza é essencial para nós hoje, principalmente em questão de preservar. É o que a gente também pretende e costuma fazer, incentivando também as pessoas a preservarem. Porque é da natureza que nós tiramos tudo, como alimentação, e várias coisas necessárias para a nossa vida. Muito bem. Nós estamos passando por uma estiagem severa, então essa questão de preservar é importante (LLM, 2024).

A afirmação do líder vai ao encontro de outra pesquisa realizada por nossa equipe em 2023, sobre o consumo da água do rio Purus pela comunidade ribeirinha. No estudo, se constatou que algumas comunidades ribeirinhas possuem dificuldades de abastecimento de água nas casas e escolas, devido ao período da vazante dos rios. Nesse período, as comunidades que não têm poços artesianos precisam captar a água a uma distância média de 150 metros de sua casa (Silva, 2023).

Dificuldades semelhantes foram apontadas na dissertação de Mataresi (2013), na qual estuda a comunidade de Nazaré, localizada no Norte do Estado de Rondônia. A partir de sua pesquisa, a autora relata algumas dificuldades observadas ao longo da história da comunidade, que advêm da falta de acesso a recursos e direitos básicos. A apropriação destes elementos poderia apoiar a vida comunitária segundo o entendimento dos próprios moradores, assimilando elementos que não descaracterizam a vida comunitária, pelo contrário, é a maneira pela qual o estado pode apoiá-la.

Portanto, a vida comunitária tem sentido quando está alinhada a projetos de políticas públicas, que proporcionam desenvolvimento no território. Só assim, podemos cuidar da floresta. No mapa mental o líder masculino apresenta caminhos de como podemos preservar a natureza.

Figura 17 – Mapa mental do líder masculino da Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

No mesmo sentido, de alinhamento do homem com a natureza, o professor da comunidade relata a conexão com a floresta e uma visão de mundo conectada com a espiritualidade, onde a natureza gera sustentabilidade, inovação e inspiração.

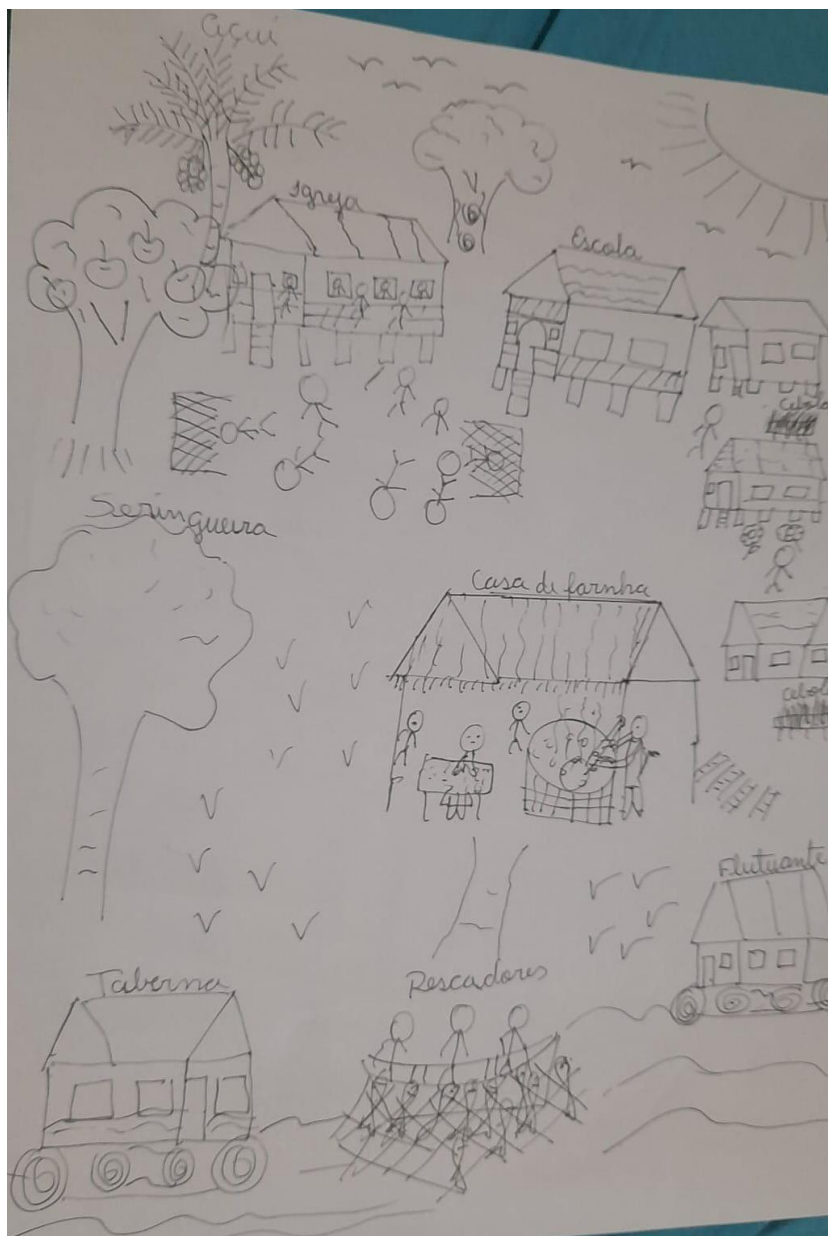
A natureza para mim é tudo. É Deus, né? Porque ele fez a natureza. E [...] através dela a gente tem inspiração, né? A gente tem espiritualidade, ar puro. É sustentabilidade. É Inovação [...]. Onde que a gente se inspira. A gente pode ver as árvores, as plantas e os pássaros (PRL, 2024).

Em suas palavras, o professor reforça que a natureza é mais que abrigo, contemplando também proteção, inspiração e aprendizado. Ou seja, é “um elemento a ser considerado no entendimento da diversidade da Amazônia, sobretudo no que se refere à compreensão das territorialidades e dos modos de vida [...] das populações ribeirinhas” (Cruz, 2011, p. 8). De uma forma geral, “têm uma intensa relação com os ecossistemas que se relacionam, mostrando uma relação de simbiose com a natureza, os seus ciclos e sua dinâmica” (Cruz, 2011, p. 8). Assim,

É na relação com os ecossistemas da várzea, o rio e a floresta (habitat) que as populações ribeirinhas constroem todo o seu modo de vida (habitus) ou, numa linguagem geográfica, seu gênero de vida. Essa intensa relação com a natureza pressupõe um conhecimento aprofundado da sua dinâmica, de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse imenso acervo de conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração, através do senso prático que compõe um ethos ribeirinho que, junto com um conjunto de simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas, compõe uma matriz de racionalidade ambiental muito particular de uso-significado da natureza (Cruz, 2011, p. 8).

Na mesma direção, Moreira (2023) afirma que o conhecimento dos ribeirinhos sobre as características dos rios, as técnicas de pesca, as épocas de plantio e colheita, e o manejo sustentável dos recursos naturais são elementos fundamentais para a sua identidade territorial. Esses saberes são transmitidos de forma oral, de geração em geração, contribuindo para a coesão social e para a preservação das práticas culturais ribeirinhas. Tal ideia é expressa pelo professora em seu mapa mental, conforme segue:

Figura 18 – Mapa mental da professora da Comunidade Ribeirinha Lório do Vale



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

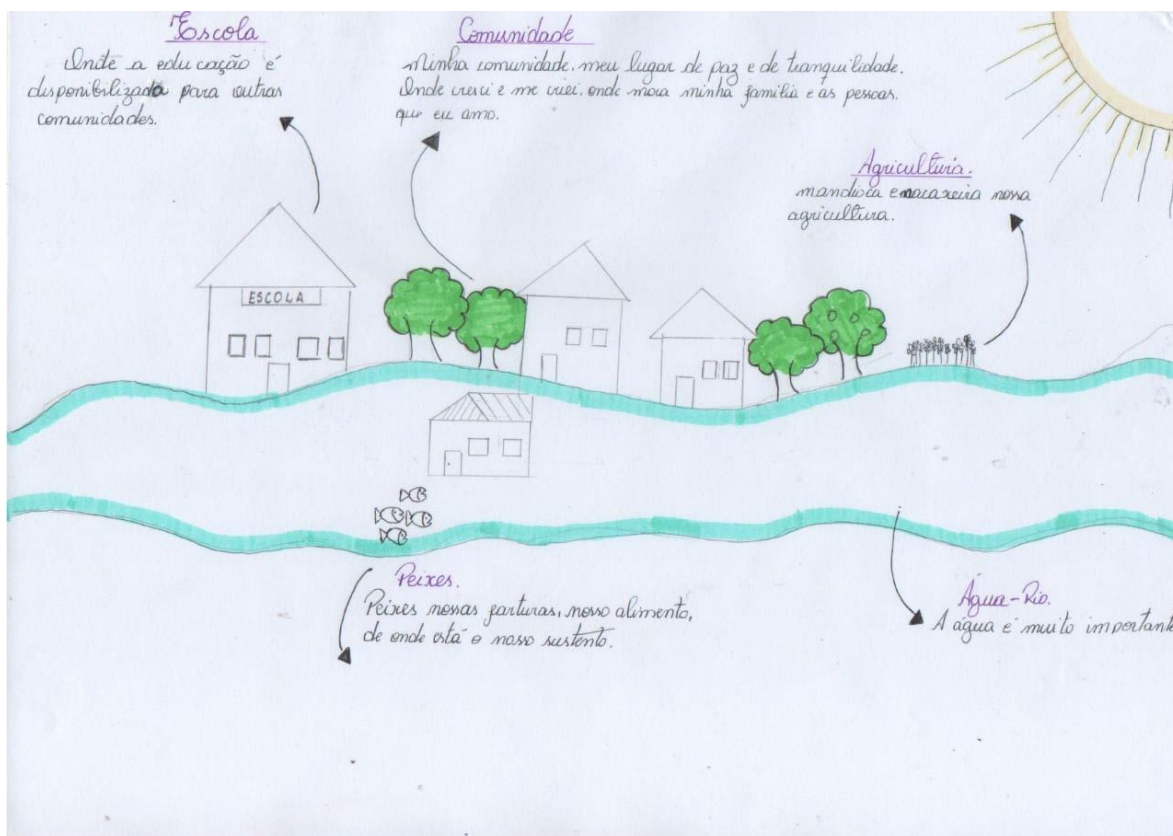
O mapa mental da professora apresenta uma constatação da pesquisa de Viana (2017), evidenciando que o fato do ribeirinho não mais realizar manualmente todo o processo de produção e utilizar utensílios de décadas passadas, não deve ser visto como uma descaracterização da sua identidade e do seu modo de vida. Pelo contrário, reforça a ideia da produção desse saber-fazer como um processo histórico, passível de reconstrução e redirecionamento.

A consciência de que a natureza não é apenas uma paisagem, mas o que sustenta as famílias ribeirinhas, foi igualmente expressada pela estudante ribeirinha da comunidade Lírio do Vale.

Significa uma coisa muito importante, porque eu amo estar aqui neste lugar, eu amo morar nessa comunidade, estar perto das pessoas que eu gosto, que eu amo, e é isso. A natureza para mim é uma coisa muito importante, porque nós respiramos através da natureza [...]. Então, isso é importante para mim, importante preservar, importante para cultivar também, para sobreviver através da natureza. Nós sobrevivemos (ERL, 2024).

A estudante relatou que usa a natureza para cultivar e colher seus frutos. Este vínculo com a floresta e com os ciclos naturais na comunidade, é carregado de sabedorias ancestrais onde esses saberes são resultado e frutos da relação entre homem e natureza. No mapa mental a estudante apresenta esta relação com a natureza.

Figura 19 – Mapa mental da estudante da Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Assim, “a diversidade da natureza é um elemento fundamental na construção das práticas e representações espaciais e na conformação das identidades territoriais dessas populações” (Cruz, 2011, p. 8). Com isso, o pertencimento à comunidade e a identidade ribeirinha, expressada pela estudante, é resultado de processos e relações sócio-espaciais e histórico-culturais, que constroem tal sentido. Tanto na entrevista da estudante, quanto no seu mapa mental, fica evidente que a população ribeirinha da Amazônia tem uma profunda ligação com o meio ambiente. Cruz sintetiza esta relação, ao afirmar

que os movimentos cíclicos da natureza (estações do ano, marés, etc.) orientam e, de muitas maneiras, determinam os fenômenos sociais; as ações concretas do cotidiano do ribeirinho se repetem ciclicamente no pulsar das águas – os movimentos das marés de algum modo regulam os horários e os comportamentos. É no vaivém das águas (enchentes e vazantes) que se dá a reprodução da vida social e da experiência cultural num cotidiano que se realiza de maneira plural (Cruz, 2011, p. 9).

Quando comparados os resultados das entrevistas da Escola Estadual Getúlio Vargas, entre professores e estudantes da cidade de Beruri, em relação aos professores e estudantes das comunidades tradicionais, observa-se uma outra perspectiva sobre a sua visão do lugar. Um dos professores enfatiza que viver na cidade é um desafio devido a violência e outras adversidades.

É um desafio, né? Viver hoje é um grande desafio, porque é uma cidade que a gente gostaria de ter algo a mais. Então, quando você deseja viver em uma cidade com tudo, uma cidade de qualidade e a gente não tem, fica muito complicado, a gente fica sempre a mercê, né? Ficamos mazelados e esperamos com muita dificuldade que as coisas se voltem para um olhar mais apurado na questão educacional, principalmente. É onde na área que eu trabalho, né? (PB1, 2024).

Porém, ao questionar o professor sobre o que é natureza, este definiu que a natureza faz parte de sua vida e não tem como viver longe dela porque depende diretamente dela, como relata:

A natureza, ela inspira, né? Ela faz parte, não tem como a gente viver fora da natureza. Tudo para mim é natureza, para mim, porque a gente depende da natureza. Querendo ou não, diretamente, indiretamente, a gente depende da natureza. O ar que a gente respira, né? os utensílios que a gente tem, a gente depende de tudo derivado de muitas coisas da natureza. Então, ela é de suma importância, porque nós dependemos dela. Dependemos para a gente viver uma vida melhor, de qualidade. Por isso que ela é importante, muito importante na vida da gente [...]. A gente olhar e agradecer, ver os rios, ver uma água que a gente corre ali, e ver que não tem tanto, tem poluição, tem, mas não é tanto que a gente tem aqui na cidade. Você poder respirar um ar mais puro, que não seja de fumaça de moto, de queimadas. Então, para mim, seria

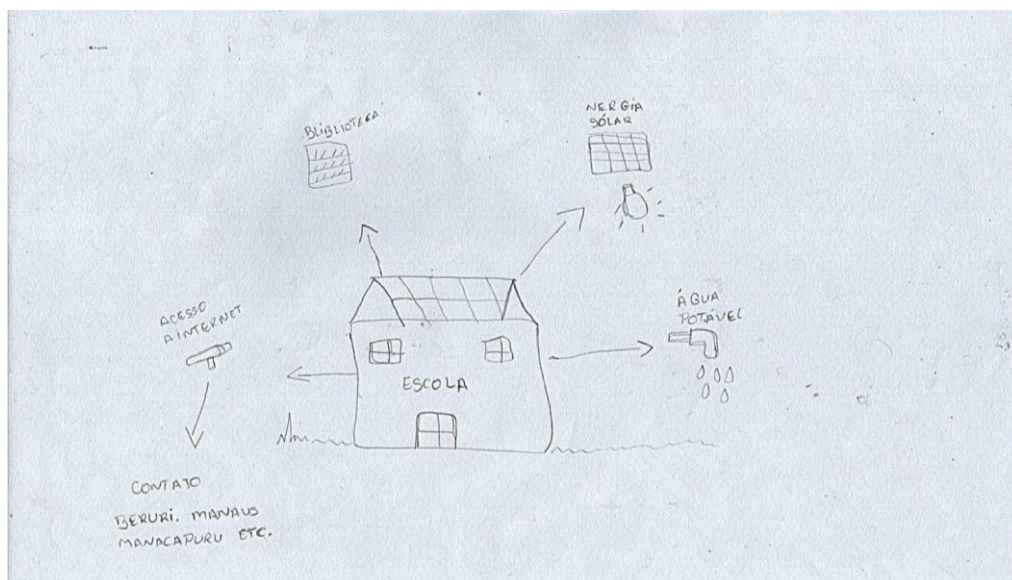
uma vida mais saudável, mais calma, mais tranquila, zoadá, menos perturbação, para mim seria isso (PB1, 2024).

Em suas palavras a natureza é essencial para ter uma vida de qualidade. Neste sentido, é necessário cuidá-la e respeitá-la mantendo-a em pé. A natureza é quem sustenta o planeta é o nosso abrigo de paz.

Pfeiffer, Murguía e Gandhi (2010) lembram que a natureza, a partir da modernidade, passa a ser instrumento para suprir as necessidades humanas. Nas concepções dos autores, a modernidade separou a ordem 'natural' da 'humana' como se o homem não pertencesse ao natural, criando o pensamento utópico de que a natureza é um mero recurso para suprir as necessidades humanas e que, portanto, deveria ser submetida às leis da razão. É importante ressaltar que, conforme alertam os autores, as florestas, rios e solos são geralmente tratados como fontes inesgotáveis. Porém, esta concepção leva à degradação ambiental e as comunidades tradicionais são as mais impactadas pela expropriação de seus territórios.

Em concordância com o alerta de Pfeiffer, Murguía e Gandhi (2010), os entrevistados da Escola Estadual Getúlio Vargas, residentes na cidade de Beruri, demonstram uma visão semelhante à dos entrevistados das comunidades tradicionais, os quais percebem a natureza como um espaço de abrigo, pertencimento, essencial para a vida da população local. A ideia é sintetizada no mapa mental do professor, conforme apresentado na Figura 20.

Figura 20 – Mapa mental do professor 1 da Escola Estadual Getúlio Vargas



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

O sentimento de pertencimento da importância de viver em Beruri é apresentado também pelo professor 2 que, durante a entrevista expressa seu sentimento de viver em Beruri. Em suas palavras a cidade pulsa história, cultura, raízes. Ao mesmo tempo, ele tem se preocupado com o fato de a história da sua cidade e de seu povo, ainda não ter sido registrada cientificamente ou através de documentos. Como afirma,

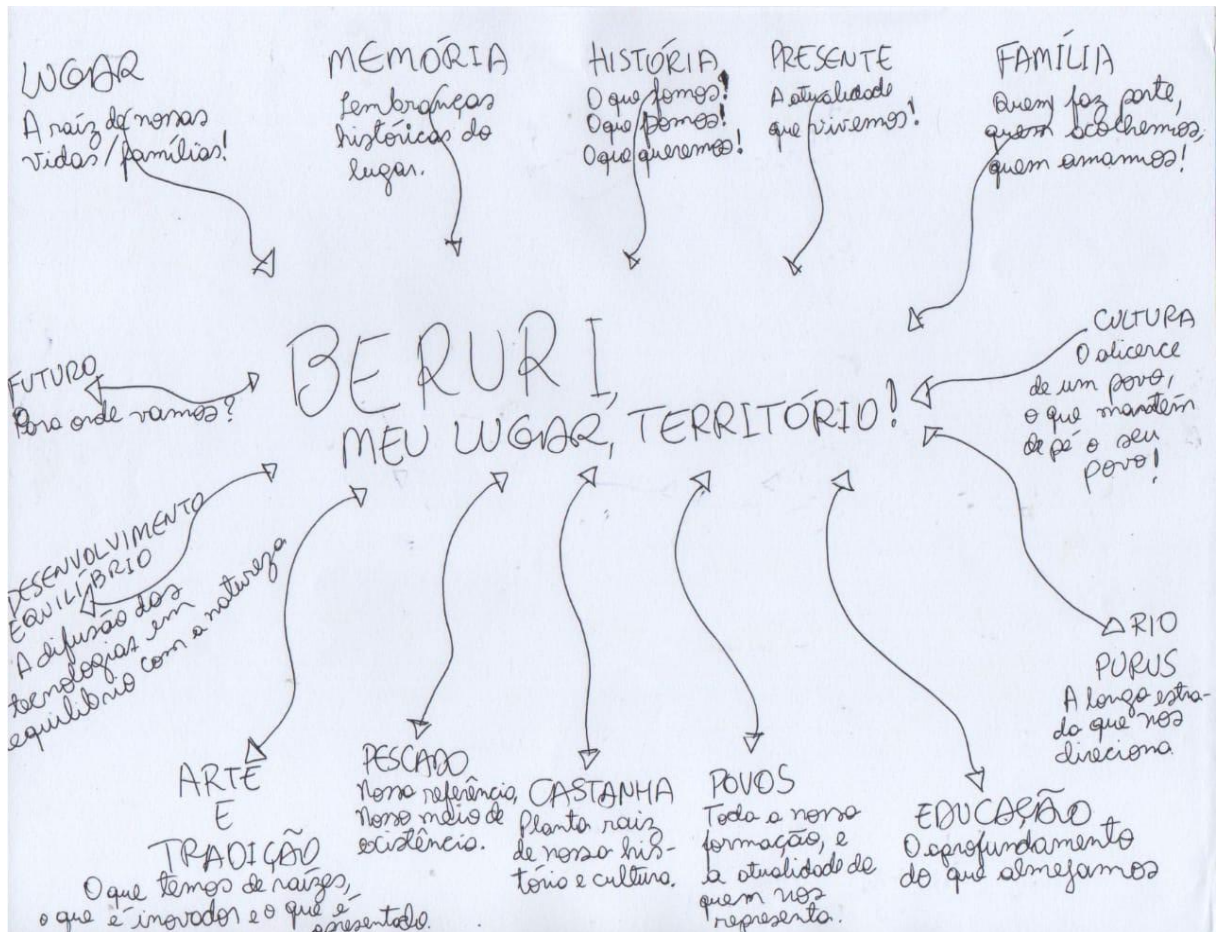
Para mim, viver aqui em Beruri é muito representativo. Eu gosto muito dessa cidade culturalmente. Eu busco ser Beruri aonde eu for, e para mim tem uma importância tanto pela sua história... Eu acredito que ainda temos muito o que fazer aqui pela questão documental, pela questão de documento, informações. Precisamos documentar nossa história. A gente tem lembranças, mas a gente não tem documentos disso. A gente tem memórias, mas não tem nada que represente, nada físico, nada que conte a nossa história. Então, para mim, viver aqui neste lugar é muito prazeroso. Eu, se eu pudesse nascer de novo, escolheria nascer beruriense, porque eu acredito que o nosso município tem muito para oferecer. É um município pequeno, mas ainda que tem muito a desenvolver, e a gente vai bem longe (PB2, 2024).

Em outro trecho da entrevista, o professor de Beruri 2 expressa o valor que a natureza e o rio representam para ele.

Para mim a natureza sempre teve essa representatividade da natureza muito grande. Sobre a questão do Rio Purus, sobre a questão das suas matas, florestas, suas lendas, tudo aquilo que a natureza pode inspirar a gente. E como amazoense, a gente fica longe da natureza, é complicado. Sinto falta dos botos lá no rio, no quintal de casa, que é o maior de frente para o rio. Sinto falta de algumas árvores, sinto falta de alguns frutos que nós não temos mais quase. Então, a natureza, para mim, é vida. A natureza é vida, e além de vida, é a nossa vida. É a gente, é uma parte da gente que está ali. A gente, pelo menos para mim, que eu não consigo diferenciar isso, o que sou eu e o que é a natureza, porque a gente precisa disso para inspirar, para acordar, para viver, para se inspirar (PB2, 2024).

A natureza sem dúvidas, de acordo com as contribuições do professor, é uma parte do homem que, para se completar necessita ter o contato de alguma forma, podendo ser pela alimentação, medicamentos ou espiritualidade.

Figura 21 – Mapa mental do professor 2 da Escola Estadual Getúlio Vargas



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

O mapa mental do professor de Beruri 2, apresenta vários elementos da cultura e identidade do município de Beruri. A compreensão do professor, expressada em seu mapa mental, sobre lugar, se aproxima da ideia de lócus de reprodução das relações do cotidiano (Etges, 2022), quando traz elementos da cultura como alicerce do povo, enfatiza a história e a memória e, destaca o alimento, via pescado e castanha como algumas das principais características da comunidade.

Tais entendimentos, seguem a base teórica do geógrafo brasileiro Milton Santos, quando discute o território como espaço vivido, apropriado e transformado pelas comunidades tradicionais. Segundo Santos (1996),

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 1999b, p.08)

Já o estudante 1 da Escola Getúlio Vargas afirma que Beruri é uma cidade calma, mas representa a falta de oportunidade de empregos e de universidade (EBM1). O Jornal Opção (2021) destaca que a falta de oportunidades econômicas em cidades pequenas é um dos principais fatores que levam os jovens a migrar para centros urbanos. O estudo destaca também que a juventude busca acesso à educação, emprego e qualidade de vida, o que muitas vezes só encontram nas capitais.

Assim, um dos maiores desafios dos estudantes do município de Beruri é deixar sua família e ir para grandes cidades, como a capital Manaus, onde há mais oportunidade de emprego e de estudo. Mesmo neste contraste e incerteza do estudante, prevalece a afirmação de que viver em Beruri é um privilégio, como afirma:

Do meu ponto de vista, é um lugar calmo, um lugar bom, onde não tem perigo algum. Não é um lugar que tem bastante oportunidade, mas é um lugar bom. É algo muito bom vir aqui e é um privilégio sim morar nessa cidade. Eu vejo, durante esses anos, o quanto essa cidade tem evoluído na questão de estudo, de oportunidade, de emprego também. Então, é muito bom morar aqui (EBM1, 2024).

Para o estudante, a natureza é uma representação da Amazônia e se sente privilegiado por sua paisagem.

A natureza, para mim, representa a Amazônia. Sem a natureza, a natureza, para mim, é o pulmão do mundo. Porque, sem a natureza, nós não teríamos oportunidades de ver essas paisagens que tem. É um privilégio ver essas paisagens com a natureza (EBM1, 2024).

O estudante relatou que está iniciando um estudo sobre a natureza e acredita que estar em contato com ela lhe ajuda muito no seu dia a dia. A pesquisa mostra que a exposição a florestas, parques, jardins ou litorais pode até mesmo atenuar o impacto psicológico das mudanças climáticas, apoiar a atividade física e oferecer oportunidades de interação social e lugares para relaxar e deixar o estresse diário de lado por um tempo (National Geographic Brasil, 2023). Neste sentido, analisando os resultados dessa pesquisa, pode-se afirmar que o estudante relata sua dedicação e interesse por querer estudar a natureza,

Utilizo a natureza na questão de estudo [...]. Eu estou iniciando agora um estudo na natureza. E eu vejo a natureza como algo maravilhoso para usar remédios. Tem como usar remédios através da natureza. Remédios naturais (EBM1, 2024).

Figura 22 – Mapa mental do estudante masculino 1 da Escola Estadual Getúlio Vargas



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

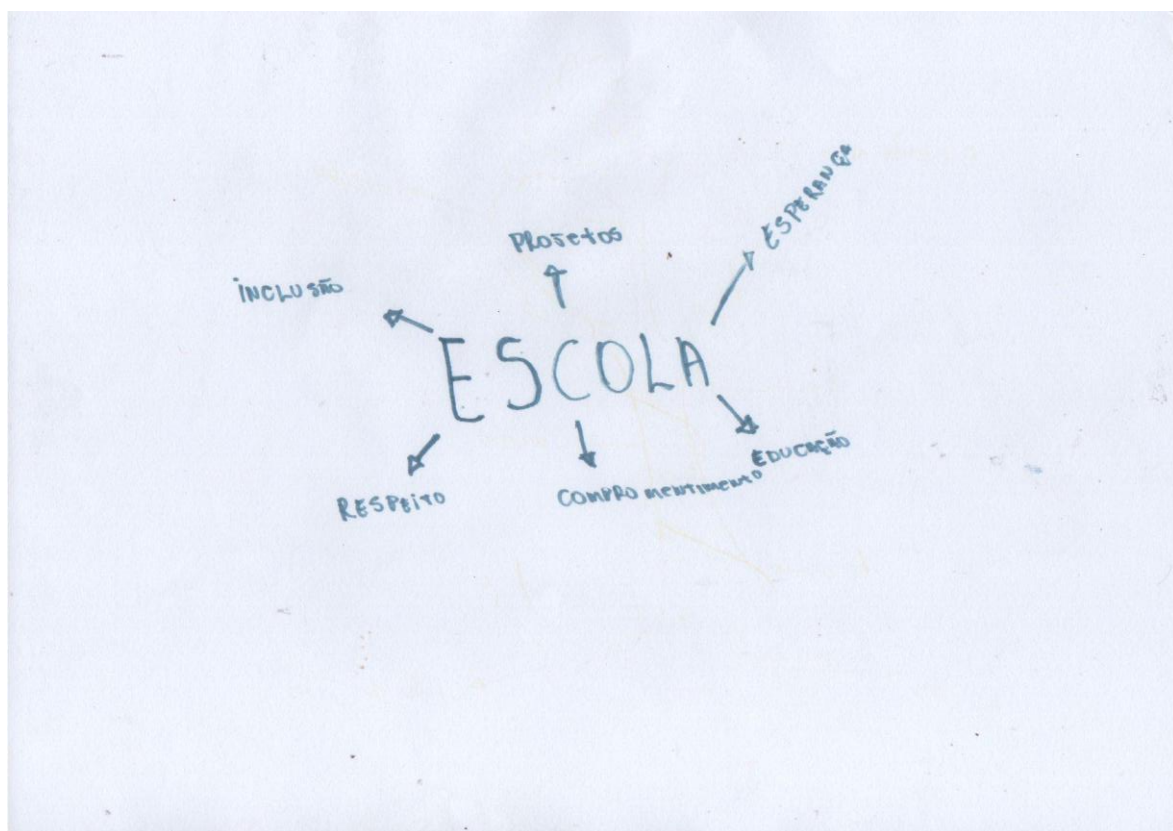
De acordo com a Revista Cidesp, (2025) a natureza opera em ciclos. Tudo tem um começo e um fim, assim como todos nós. Essa observação nos instiga a pensar sobre a nossa própria vida. A semente que germina, a árvore que cresce, floresce e, eventualmente, se torna adubo para novas plantas nos ensina sobre renascimento e transformação. Ser parte deste ciclo nos proporciona uma nova perspectiva sobre como lidamos com finais e recomeços em nossas vidas. É neste sentido que o segundo estudante masculino, enfatiza que a natureza para ele é algo essencial e gosta muito de seu contato.

Bom, eu acho muito incrível, pois eu gosto muito da natureza. E aqui a gente é, literalmente, cercado por verde, né? E é bem tranquilo também, é caldo... A natureza, para mim, é algo essencial, pois sem ela a gente não conseguiria sobreviver, né? E também eu gosto bastante da natureza. Sempre que eu tenho algum tempo, eu gosto de ir por aí, por esse lado, para apreciar (EBM2, 2024).

Em seu mapa mental na Figura 23, expressa que a escola é o lugar de esperança. Esta afirmação é importante ser destacada em um país com tanta desigualdade social. Segundo Bourdieu (2007, p. 304),

os educandos provenientes de famílias desprovidas de capital cultural apresentam uma relação com as obras veiculadas pela escola que tende a ser interessada, laboriosa, tensa, esforçada, enquanto para os indivíduos originários de meios culturalmente privilegiados, essa relação está marcada por diletantismo, desenvoltura, elegância, facilidade 'verbal' natural.

Figura 23 – Mapa mental do estudante masculino 2 da Escola Estadual Getúlio Vargas



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Já a estudante feminina 1 da Escola Estadual Getúlio, comenta que morar na cidade de Beruri significa costume. Mas, com o tempo, foi percebendo que esse costume virou carinho. Montoia e Costa (2019, p. 05) sugerem construir uma antropogeografia das pequenas cidades da Amazônia. Integrantes de grandes áreas municipais, são pequenas cidades e, ao mesmo tempo, espaços de vivência; situações de interações que existem de acordo com o lugar, com as atividades, os horários, as pessoas e suas combinações e compartilhamentos, em que o movimento entre o rural e o urbano e a hibridização desses ambientes no mesmo lugar, no cotidiano, nas redes sociais e nos laços de proximidade, configuram a produção social do espaço no plano vivido.

Significa costume, né? Porque eu sempre morei aqui, mas eu criei um carinho por essa cidade, criei um carinho pelo jeito como a gente vive aqui e é isso (EBF1, 2024).

Santos, (2014), em sua análise sobre as cidades ribeirinhas, apresenta que as cidades pequenas na Amazônia têm aspecto paisagístico significativo. As casas estão instaladas no sentido do rio, com intenção de chegada e saída, de obtenção de recursos, pois as águas são “uterinas” em sua topofilia. É um modo urbano/rio/floresta, em uma produção dialética entre sociedade e natureza, ambos elementos de produção espacial como um conjunto indissociável entre sistema de objetos e sistema de ações. Na descrição da estudante, a natureza é um refúgio de paz e reconexão consigo mesma.

Natureza para mim é paz. Paz e reconexão comigo mesma. Você utiliza a natureza de que forma no seu dia a dia? No meu dia a dia, eu acho que eu a utilizo como uma forma de me distrair, né? E saindo, essas coisas. E nos finais de semana também eu gosto bastante de me reconectar com a natureza, saindo para lugares que tenham mais natureza, mesmo saindo um pouco da cidade, essas coisas (EBF1, 2024).

É neste sentido, apresentado pela estudante que, mesmo morando na cidade, há necessidade de se conectar com a natureza. Para Montoia e Costa (2019), nessas cidades, a partir do espectro da paisagem construída, é possível elaborar as relações sociais que as originaram e que podem, no olhar mais profundo, comportar a observação das peças que realizaram sua composição e as mãos que lhe deram vida. Em seu mapa mental a estudante apresenta a literatura como proposta de inspiração e transformação na sua concepção de lugar.

Figura 24 – Mapa mental da estudante feminina 1 da Escola Estadual Getúlio Vargas



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Já a estudante feminina 2 da Escola Estadual Getúlio Vargas, em seu relato, apresenta que na cidade não tem a mesma paz que se encontra nas comunidades tradicionais. A diferença entre o ritmo da cidade e a tranquilidade do interior é realmente diferente. Vale ressaltar que essa estudante é de uma comunidade indígena que veio estudar na cidade, porque na sua comunidade não havia oferta de ensino médio.

Morar na cidade é totalmente diferente do que morar no interior. A gente não tem aquela paz que a gente tem no interior, aquela liberdade. Aqui na cidade, não. A gente já tem que se preocupar bastante, tanto com o perigo que a gente pode estar correndo também, e várias outras coisas (EBF2, 2024).

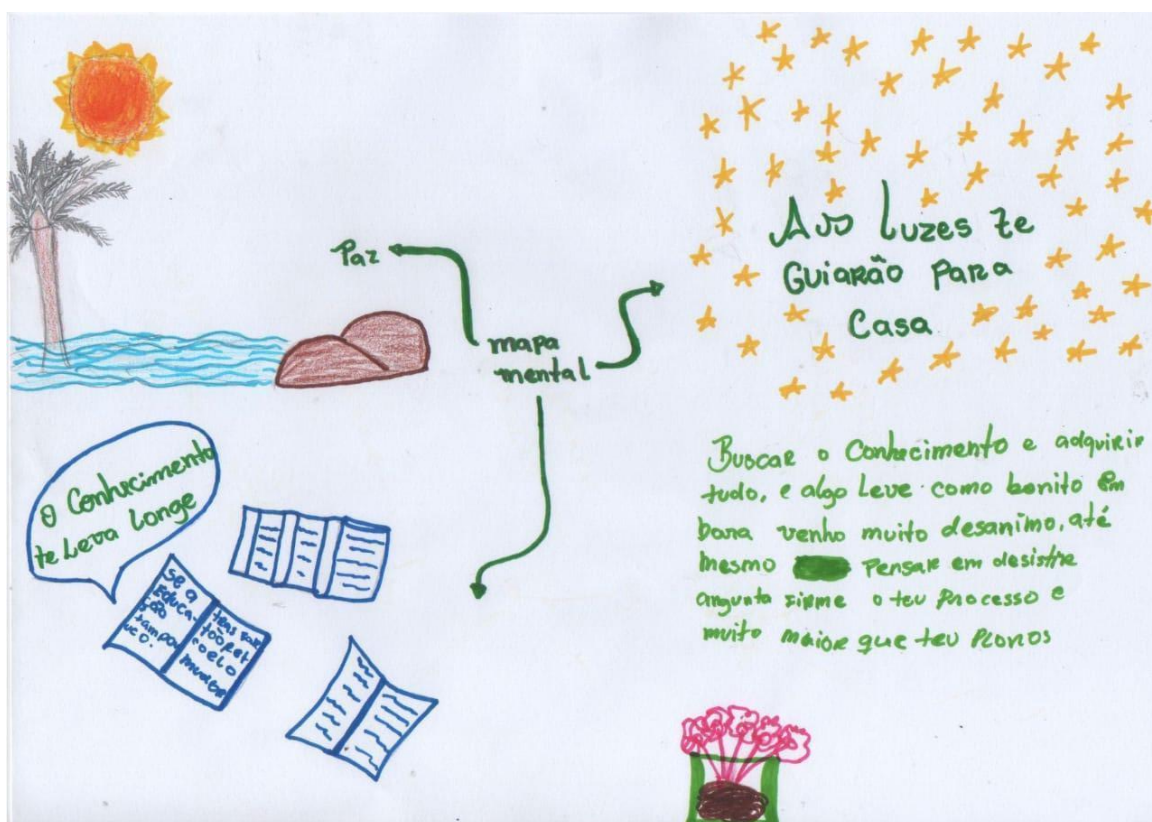
E, pelo fato da estudante ser de origem indígena enfrenta vários desafios, como apontado por Lima (2020) em uma matéria em que enfatiza que no contexto acadêmico, os estudantes indígenas enfrentam desafios diários: deslocamentos das comunidades de origem até a cidade, preconceitos dos não-indígenas, dificuldades financeiras para custear alimentação e o aluguel de um local para morar, entre outros.

Apesar das adversidades, a estudante indígena apresenta em seu relato que o contato com a natureza pode restaurar seu equilíbrio emocional, renovar sua esperança e traz sua alegria de pertencimento, ao ter contato com esses espaços de sua origem.

A natureza é algo muito incrível. É algo que transmite paz, esperança, alegria. É algo que faz bem para o ser humano. Muitas das vezes, a gente precisa estar bem com a nossa mente. Ai, às vezes, a gente vai para um sítio, a gente se sente reconectado com a natureza, mas é como se transmitisse a paz que nos faltava e desligasse do mundo anterior (EBF2, 2024).

Assim, com o esforço de obter conhecimento e levar para sua comunidade todos os saberes adquiridos, em seu mapa mental a estudante apresenta que há esperança através do conhecimento.

Figura 25 – Mapa mental da estudante feminina 2 da Escola Estadual Getúlio Vargas



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

O mapa mental criado pela estudante parece transcender a forma tradicional de apresentá-lo. Ao usar a metáfora da luz como guia, ela revela como elementos naturais como o sol, a lua, os reflexos da água ou até mesmo a luz das lamparinas,

fazem parte da sua orientação cotidiana e emocional. No lugar de fala da estudante o território é vivido intensamente, o espaço não é apenas físico, mas também espiritual e afetivo. Neste sentido, os mapas mentais podem ser ferramentas de expressão cultural, revelando visões de mundo, que muitas vezes são invisibilizadas pela cartografia oficial. Como afirma Harley (2016, p. 07), “os mapas podem conter imprecisões intencionais ou inconscientes, omitir informações — o silêncio dos mapas — e ainda definir hierarquias segundo um objetivo prévio”. Outros autores, como Fonsceca e Oliva (2013, p. 34), afirmam que o “mapa é uma construção social do mundo expressa por meio da Cartografia”. Ao analisar os mapas mentais dos professores, estudantes e líderes de cada comunidades tradicionais ribeirinhas, indígena ou da cidade de Beruri, é possível perceber particularidades e diferenças de cada comunidade tradicional, mesmo estando no mesmo município. Como apresentado por (Castellar, 2016, p. 219),

Ele inclui categorias abstratas de elementos que fazem parte da paisagem e do ambiente, como os trajetos e os pontos de referência, elementos que possuem uma relação hierárquica de inclusão de classes. Essas categorias estão relacionadas ao conhecimento do lugar, isto é, o reconhecimento do lugar dos objetos e fenômenos representados.

Por fim, os mapas desenhados pelos estudantes, professores, líderes comunitários, mostram como eles concebem as referências dos lugares onde vivem, revelam valores e representações simbólicas, reforçando a importância de sua cultura e identidade através dos desenhos e mapas mentais apresentados por cada entrevistado nesta pesquisa.

4.2 Abordagem Steam como ação intermediadora

Segundo Santos (2007), nas experiências socioespaciais, por meio das vivências em cada lugar, as construções geográficas vão se configurando como memória que se constrói coletivamente, dando expressão aos lugares. Na realidade, o aprendizado, relacionado ao reconhecimento dos lugares e de seus significados em nossas vidas, se inicia muito antes de entrarmos na escola e depende diretamente do contexto social em que estamos inseridos.

Quando se trata da relação ensino/aprendizagem e do conhecimento construído pelos estudantes, é preciso considerar que, em 2018, ocorreu a

homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento, de caráter normativo, definiu o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesse contexto, o grande desafio do processo ensino/aprendizagem consiste em desenvolver o ensino e as atividades pedagógicas com base em competências e habilidades, que proporcionem ao estudante a condição de protagonista na construção dos seus conhecimentos, abandonando assim, o foco exclusivo no acúmulo de conteúdos, na resolução de exames e nas práticas costumeiras.

É importante ressaltar, entretanto, que a BNCC não descreve as ações ou condutas esperadas do professor, nem induz à opção por abordagens ou metodologias. Essas escolhas estão no âmbito dos currículos e dos projetos pedagógicos, que devem ser adequados à realidade de cada instituição, considerando o contexto e as características dos seus alunos.

A abordagem Steam é uma possibilidade que pode ser utilizada entre estudantes e comunidades tradicionais, uma vez que possibilita aos estudantes tornarem-se protagonistas da produção do conhecimento, principalmente com a finalidade de solucionar impasses e promover o seu próprio desenvolvimento no processo de sua formação, transformando os desafios e os problemas locais em soluções sociais através das atividades Steam. O fato de transformar os conhecimentos teóricos em práticos nestes lugares onde a relação com a natureza é tão presente, é desafiador e inovador para as comunidades tradicionais, tanto para os estudantes quanto para os demais integrantes das comunidades.

A curiosidade pelo tema surgiu a partir de um projeto de extensão, realizado com estudantes do ensino médio em escolas de comunidades tradicionais ribeirinhas e indígenas. Tal projeto, enfatizava os moradores dessas comunidades como protagonistas.

A escolha pela temática desta pesquisa teve como fator principal o interesse de conhecer, de forma mais aprofundada, as comunidades tradicionais ao longo do Rio Purus, na região de Beruri no Amazonas e, também, por se tratar da realidade em que este autor cresceu e vive até os dias atuais. Durante o processo de conhecer sobre as comunidades tradicionais, seus costumes, práticas, valores, saberes,

linguagens, conhecimentos etc., buscou-se destacar o “saber do lugar” do sujeito dessas comunidades e sua relação com a natureza.

Outro fator importante na escolha do tema, foi o fato deste autor ter sido selecionado em 2019, como professor, para participar do programa STEMTechCampBRASIL, uma iniciativa da Embaixada dos EUA no Brasil, em parceria com o Laboratório de Sistema Integráveis Tecnológicos (LSI-TEC) e apoio da Universidade de São Paulo (Poli-USP) e do Grupo + Unidos.

Da mesma forma, o autor também foi selecionado para participar da Comunidade de Educadores da Liga Steam 2023, uma estratégia criada pela Fundação ArcelorMittal para conectar parceiros relevantes e somar forças para investir na educação no Brasil. Hoje, em conjunto com a Fundação Banco do Brasil, a AVSI Brasil e a Tríade Educacional, é um dos maiores programas de formação gratuita de educadores em abordagem Steam do país.

Assim, os saberes tradicionais podem ser compreendidos no sentido de experiências e conhecimentos acumulados por um grupo humano sobre seus recursos naturais e transmitidos de forma dinâmica, mutável e transgeracional, podendo passar por transformações e adaptações ao longo do tempo, de acordo com uma gama de conjecturas e interesses envolvidos (Albuquerque, 2005; Elisabetsky, 2003).

Nesse sentido, a abordagem Steam se apresenta como uma proposta inovadora no desenvolvimento do ensino/aprendizagem atual e, também, de inclusão social de estudantes e comunidades locais, pois permite a todos as mesmas oportunidades, de acordo com a legislação vigente no país. Dessa forma, o Steam baseado em projetos, tem como principal proposta formar pessoas com conhecimentos diversos, além de desenvolver valores a partir dos conteúdos abordados, visa preparar cidadãos aptos a enfrentarem os desafios do futuro.

Nessa perspectiva, Connor (2015) enfatiza que as metodologias ativas, por meio de projetos, são importantes como experiências de ensino/aprendizagem, porque criam a necessidade de aprender conceitos a partir da identificação de um problema o que leva, conseqüentemente, à busca e ao planejamento de soluções criativas no contexto em que vivem.

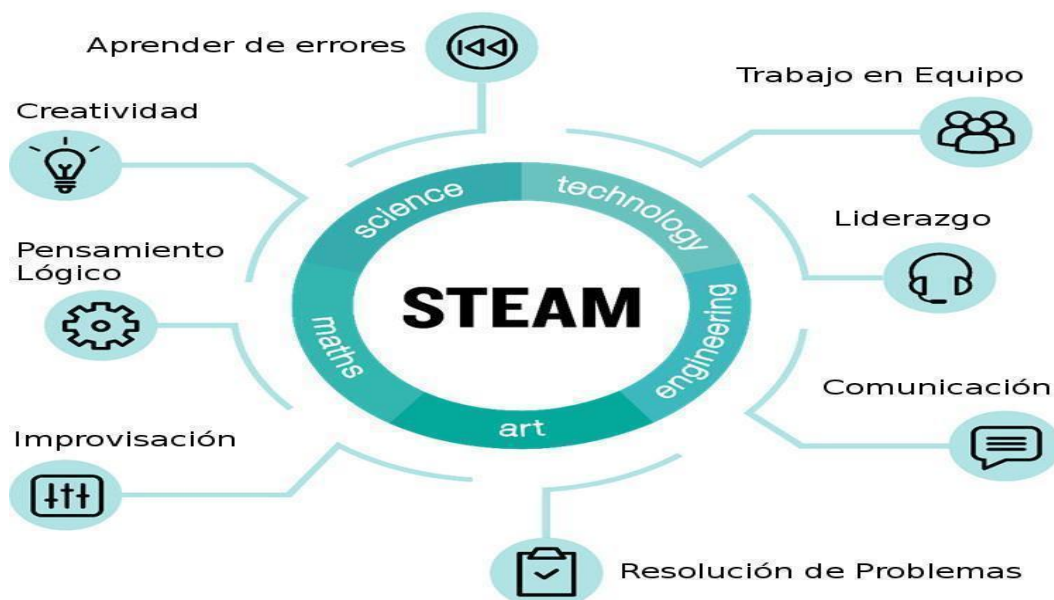
Outros autores, como Hernandez & Ventura (1998), compreendem que a aprendizagem se concretiza por meio da criação de novos significados, imbuída de sentidos que permitem a aplicação dos conceitos às situações sociais reais, por meio da realização de projetos. A abordagem Steam surgiu nos Estados Unidos nos anos 1990, onde era implementada pela National Science Foundation (NSF) para identificar qualquer evento, política, programa ou prática que envolvesse uma ou várias das áreas citadas (Steam - sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) (Bybee, 2010).

As artes, entretanto, só foram incorporadas anos depois, a partir da constatação da importância da aplicação do pensamento criativo e habilidades de design para a realização dos projetos Steam. Nesse sentido, essas práticas vêm sendo utilizadas no processo de ensino/aprendizagem, enfatizando a interdisciplinaridade nas disciplinas regulares ou disciplinas flexíveis do currículo escolar, que são trabalhadas de forma conjunta, permitindo ao estudante a mobilização de habilidades e saberes de forma integrada.

Como afirmam Mitri et al. (2008), as metodologias ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino/aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, busca conhecer a sua história e passa a ressignificar suas descobertas.

Assim, o estudante passa a ser protagonista da produção do conhecimento, participando ativamente do processo de sua formação, solucionando impasses e buscando respostas para questões relevantes do seu cotidiano no lugar em que vive.

Figura 26 – Caracterização da abordagem Steam



Fonte: Leiturinha, 2025.

Quanto aos saberes, herdados das populações tradicionais que habitam a região Amazônica, desenvolveu-se entre os moradores de Beruri o sentido de pertencimento e uma relação afetiva de saberes entre homem e natureza. Para estes a natureza é o “lugar” que possibilita a representatividade de sua identidade e cultura. A discussão dos saberes do “lugar” é a identificação e o início de um processo de aprendizado com as florestas e os rios. Como aponta Resende (2022), uma abordagem Steam bem elaborada deve refletir o contexto social do lugar em que os estudantes vivem.

É importante ressaltar que alguns autores identificaram dificuldades entre professores a respeito da abordagem Steam. Furtado (2023) aponta como exemplos: a limitação do entendimento do que é o Steam, apesar de a maioria ter treinamento ou conhecimento sobre o tema e, também, a falta de integração das disciplinas. Para Blackley e Howell (2015), os professores do ensino infantil enfrentam dificuldades para integrar os projetos Steam sem isolar cada área do conhecimento.

Já Henriksen (2017) aponta que a falta de capacitação dos professores dificulta não apenas a compreensão do significado da abordagem Steam, mas também dos mecanismos que podem ser desenvolvidos como propostas metodológicas inseridas neste contexto. Blackley e Howell (2015) assinala outras dificuldades como:

1. Os professores não estavam preparados para incluir conceitos de engenharia e tecnologia;
2. Ocorreram diferentes interpretações do que é “tecnologia”;
3. Os professores do ensino infantil têm a alfabetização como prioridade;
4. Há escassez de professores;
5. Profissionais substitutos não preparados em profundidade.

Outra dificuldade identificada é a da integração do ensino transdisciplinar e das artes nas atividades Steam, além do modo de avaliação com testes padronizados, uma vez que são mantidas as avaliações de referência federais e estaduais. Assim, os professores têm que adaptar a avaliação formativa para uma avaliação tradicional (Quigley; Herro, 2016).

Já Garofalo (2019), ao refletir em como trazer o Steam para sala de aula, lembra que é necessário pensar no espaço de aprendizagem, transformar conceitos em aulas práticas, criar oficinas, problematizar, pensar no planejamento, integrar os conhecimentos, trabalhar com habilidades socioemocionais e focar em problemas reais.

Apesar da abordagem Steam trabalhar com projetos que geralmente precisam de escolas com excelentes estruturas físicas, além de laboratórios de ciências, química, biologia, física, informática entre outros, ela também pode ser realizada em outros espaços como, por exemplo, nas comunidades tradicionais de Beruri, ou seja, não necessariamente, precisam ser realizados em escolas. O professor com os seus estudantes e pessoas da comunidade, podem realizar atividades ao ar livre, fazendo da natureza seu próprio laboratório.

Esta pesquisa, em que se buscou analisar o território na perspectiva do lugar e de local em Comunidades Tradicionais na Amazônia por meio da abordagem Steam, é fruto do trabalho desenvolvido pelo autor, juntamente com colegas professores da escola em que atua, com estudantes e pessoas das comunidades no município de Beruri, no estado do Amazonas.

Essas iniciativas já vêm sendo realizadas desde 2019, com o objetivo de analisar transformações culturais através das tecnologias, utilizando a abordagem Steam em comunidades ribeirinhas e indígenas no Município de Beruri, buscando desenvolver projetos com o intuito de estimular, através de oficinas, a curiosidade dos

estudantes e de pessoas das comunidades, na criação, construção e investigação no campo da Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática, com oficinas. A proposta tem como objetivo principal estimular a curiosidade dos estudantes do ensino fundamental e ensino médio por meio da criação, construção e investigação no campo da Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática com oficinas e democratizar o acesso à ciência e à tecnologia, especialmente em comunidades ribeirinhas e indígenas da região através da abordagem Steam. O quadro 02 apresenta projetos desenvolvidos com a abordagem Steam na região de Beruri.

Quadro 02– Apresentação dos projetos com a abordagem Steam no período 2018 a 2025

Projeto / apoio	Escola	quantidades de beneficiários diretos	Cidade ou comunidade
Utilização de oficinas fantoche e teatro como práticas sustentáveis educacionais nas escolas das comunidades ribeirinhas do município de Beruri-Am / apoio: SEDUC-Am e SEMED – Beruri	Escola Est. Getúlio Vargas	40 Estudantes	Cidade Beruri / Comunidade Lírio do Vale
	Escola Municipal São Geraldo	30 Estudantes	
Semente materna poética / apoio: SEDUC – Am e Programa Ciência na Escola PCE/FAPEAM	Escola Est. Getúlio Vargas	23 Estudantes	Cidade Beruri / Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale / Comunidade ribeirinha Tuiué / comunidade indígena Santa Luzia.
	Escola Municipal São Geraldo	40 Estudantes	
	Esc. Mun. Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	50 Estudantes	
	Escola Mun. Menino Deus (indígena)	38 Estudantes	
Proposta de produção de bloco estrutural para construção civil, utilizando o resíduo da castanha do Brasil / apoio: Programa Ciência na Escola PCE/FAPEAM	Escola Est. Getúlio Vargas	20 Estudantes	Cidade Beruri
As meninas da Robótica sustentável apoio: SEDUC – Am e Programa Ciência na Escola PCE/FAPEAM	Escola Est. Getúlio Vargas	30 Estudantes	Cidade Beruri / Comunidade Lírio do Vale
	Escola Municipal São Geraldo	40 Estudantes	
Robótica ambiental de Beruri-Am / apoio: SEDUC-Am e SEMED – Beruri	Escola Est. Getúlio Vargas	20 Estudantes	Cidade Beruri / Comunidade Lírio do Vale
	Escola Munic. São Geraldo	20 Estudantes	
Robótica: Construção de casqueta pelos estudantes	Escola Municipal São Geraldo	40 Estudantes	Comunidade Lírio do Vale

Conhecimento e consumo sustentável da água nas comunidades ribeirinhas da reserva Piagaçu / apoio: SEDUC – Am e Programa Ciência na Escola PCE/FAPEAM	Escola Est. Getúlio Vargas	20 Estudantes	Cidade Beruri / Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale / Comunidade ribeirinha Tuiué / comunidade indígena Santa Luzia.
	Escola Municipal São Geraldo	20 Estudantes	
	Esc. Mun. Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	20 Estudantes	
	Escola Mun. Menino Deus	20 Estudantes	
A arte na esqueletização de folhas / apoio: SEDUC-Am e SEMED – Beruri	Escola Est. Getúlio Vargas	10 Estudantes	Cidade Beruri
Inteligência artificial na música como propostas metodológicas - apoio: SEDUC-Am	Escola Est. Getúlio Vargas	10 Estudantes	Cidade Beruri
Inclusão da BNCC no contexto amazônico, utilizando a abordagem Steam	Escola Est. Getúlio Vargas	30 Estudantes	Cidade Beruri / Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale / comunidade indígena Santa Luzia.
	Escola Municipal São Geraldo	30 Estudantes	
	Escola Mun. Menino Deus (indígena)	30 Estudantes	
Com o solo também se pinta arte / apoio: SEDUC – Am e Programa Ciência na Escola PCE/FAPEAM	Escola Est. Getúlio Vargas	15 Estudantes	Cidade Beruri / Cidade Codajás
	CETI – José de Araújo Rodrigues	15 Estudantes	
Bioresíduo do caroço de açaí / apoio: SEDUC-AM	CETI – José de Araújo Rodrigues	20 Estudantes	Cidade Codajás
Produção de gaze hospitalar e fibra de absorção para remover esmalte em unha a partir da Pseudobomax Unguba Dungad /apoio: SEDUC-AM	Escola Est. Getúlio Vargas	20 Estudantes	Cidade Beruri / Cidade Codajás
	CETI – José de Araújo Rodrigues	20 Estudantes	
A floresta tem voz sim: através do projeto semente materna poética	Escola Est. Getúlio Vargas	23 Estudantes	Cidade Beruri / Cidade Codajás
	CETI – José de Araújo Rodrigues	22 Estudantes	
Proposta do uso do caule da (<i>urena lobata linn</i>) na produção de papel para escolas de comunidades tradicionais da região de Beruri-am	Escola Est. Getúlio Vargas	3 Estudantes	Cidade Beruri / Cidade Codajás
	CETI – José de Araújo Rodrigues	5 Estudantes	
Elaboração de planos de aula a partir da produção científica local / apoio: SEDUC-AM	Escola Est. Getúlio Vargas	10 Estudantes	Cidade Beruri / Cidade Codajás
	CETI – José de Araújo Rodrigues	10 Estudantes	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Estas atividades já realizadas nas comunidades tradicionais e na cidade de Beruri serviram de referência na coleta de dados e nas entrevistas realizadas, a partir das quais os envolvidos teceram suas considerações.

É importante ressaltar, que o protagonismo das comunidades tradicionais é desenvolvido, através da proteção da biodiversidade, do conhecimento e compartilhamento de saberes. Como exemplo destaca-se a experiência do projeto

“Troca Literária entre Minas e Amazonas” que nasceu da parceria entre a Escola Cooperativa Gralha Azul (MG) e a Escola Estadual Getúlio Vargas Beruri (AM), com o objetivo de fomentar o gosto pela leitura e pela escrita, valorizando as produções literárias dos estudantes de ambos os estados. Por meio da produção de livros artesanais e de poemas, os estudantes trocaram suas obras entre as instituições, promovendo o reconhecimento da literatura como prática cultural e instrumento de expressão. A troca de cartas entre os estudantes fortaleceu ainda mais essa ponte de comunicação e partilha, despertando o interesse pela leitura e pela cultura do outro (Santos, 2025).

As produções das oficinas Steam nas comunidades tradicionais ribeirinhas, indígenas e na cidade de Beruri resultaram em algumas obras literárias. Um exemplo foi com a comunidade indígena Santa Rita, onde o rio Purus serviu como estrada para chegar até à localidade e realizar as oficinas Steam. A equipe coordenadora das oficinas foi composta por dois professores e três estudantes do ensino médio. O percurso de barco foi de aproximadamente 23 horas para chegar no flutuante, conhecido como base que fica no início do lago chamado Joari, que dá acesso à comunidade indígena. Posteriormente, foram aproximadamente mais duas horas de rabeta⁹ para chegar na comunidade e realizar as oficinas Steam.

Figura 27 – Trajeto percorrido pela equipe da oficina Steam de Beruri até a comunidade indígena Santa Rita, no lago Joari



⁹ Pequeno motor de propulsão acoplado na parte traseira de embarcações leves, como canoas.



Fonte: Fotografia Vasconcelos, 2019.

Para realização das oficinas Steam foi realizado o planejamento com a equipe do projeto e os professores da comunidade indígena Santa Rita. Por se tratar de uma comunidade indígena, foram realizadas visitas de casa em casa para convidar crianças e adultos a participarem das atividades, juntamente com os professores locais, que conhecem todos os moradores. Para Silva (2022), na abordagem Steam o planejamento é fundamental, uma vez que é preciso que o professor abra espaço para inserir as mudanças que ele deseja implementar em sua prática, pois todas as ações devem ter uma intencionalidade planejada, alinhada com as habilidades que se deseja desenvolver.

Figura 28 – Planejamento das oficinas Steam com a equipe do projeto e professores da comunidade indígena Santa Rita



Fonte: Fotografia Vasconcelos, 2019.

Na realização das oficinas Steam, foram respeitados os rituais, os tempos e as formas de comunicação própria da cultura local. Os protagonistas foram os próprios indígenas Apurinã, com a participação dos mais velhos, que carregam memórias

vivas, e dos jovens, que puderam expressar em poesia e arte os sentimentos da nova geração.

Para o desenvolvimento das oficinas de poesia e arte, o papel dos líderes indígenas locais foi apoiar a iniciativa. Os quatro professores (dois professores da cidade de Beruri e dois de comunidade indígenas da etnia Apurinã) foram responsáveis pela execução das oficinas e também pela revisão, organização do livro e tradução para a língua indígena. Já os três estudantes do ensino médio da equipe (todos da cidade de Beruri), em conjunto com os professores locais, ficaram responsáveis pela mobilização, convidando e incentivando os estudantes e moradores da comunidade local a participarem das atividades.

Neste sentido, a equipe reuniu a comunidade e solicitou que expressassem seus sentimentos em relação ao lugar, bem como sua visão sobre o mundo além da sua comunidade indígena. Como resultado, ao todo foram apresentadas treze poesias e treze ilustrações pelos estudantes e moradores. A pedido dos professores e moradores, o livro foi publicado somente na língua Apurinã. Neste sentido, a proposta vai ao encontro do indigenista Luciano (1996), que afirma que “a escola foi o principal instrumento de destruição cultural dos povos, mas também pode ser o principal instrumento de reconstrução e afirmação de uma nova era. [...] O caminho da educação escolar indígena é a nossa grande esperança de conquista definitiva dos nossos direitos e da nossa terra.” (Luciano, 1996 *apud* Cavalcante, 2003, p. 15).

Figura 29 – Lançamento do livro poetas e indígenas na comunidade Santa Rita





Fonte: Fotografia Silva e Vasconcelos, 2025.

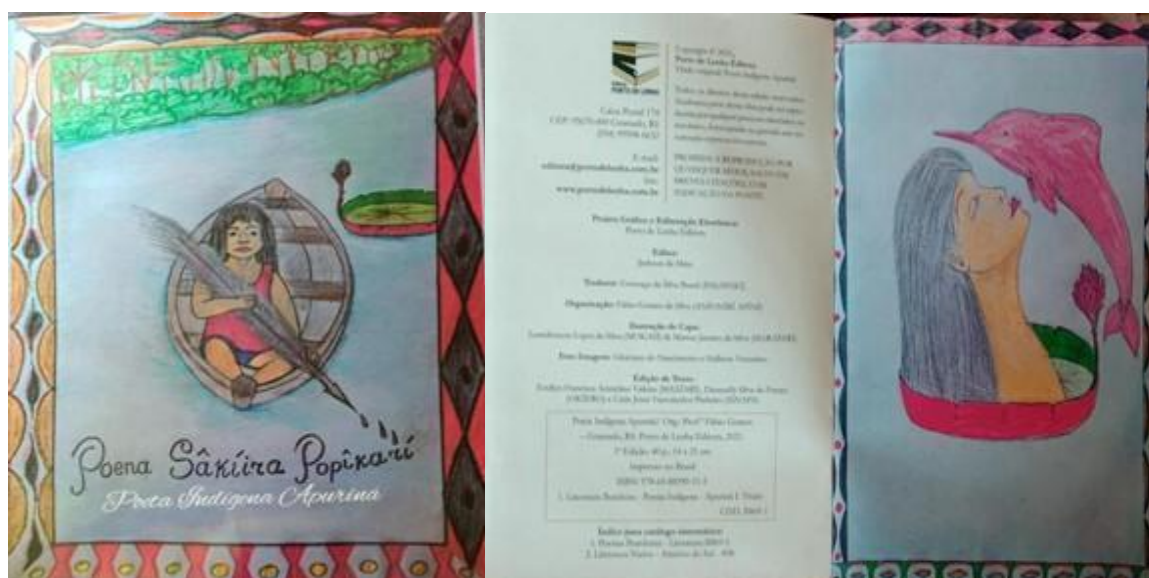
Ao analisar a produção da literatura indígena brasileira contemporânea, Julie Dorrico (2018, p. 227), afirma que esta

compõe-se de muitas vozes. Essas vozes são marcadas especificamente pela pertença étnica de seus escritores/autores [...]. Essas vozes, agora registradas em escrita alfabética e circulando de modo impresso, encontram na literatura indígena o lugar para a enunciação da expressão indígena e para reafirmação do caráter de resistência.

Ainda, enfatiza que “a autoria indígena revela uma potência narrativa que protagoniza o sujeito indígena [...]. Utilizando códigos culturais que lhes são próprios, os autores indígenas podem ressignificar a representação realizada por outrem” (Dorrico, 2018, p. 228). Assim, a literatura como autoria, possibilita a emancipação do indígena enquanto sujeito que expressa sua voz e sua cultura. Atua “para desconstruir uma representação equivocada sobre seus saberes e tradições, ao mesmo tempo em que se propõe dialogar, participar, construir uma nova relação com a sociedade não indígena” (Dorrico, 2018, p. 228).

No sentido de expressar suas vozes e culturas, a Figura 30 apresenta alguns aspectos da literatura (poesia) produzida pela comunidade.

Figura 30 – Capa, contracapa e poesia sítu popíkari e põesia one pítxaka do livro poetas e indígenas na comunidade Santa Rita



Fonte: Fotografia Vasconcelos e Silva, 2019.

Na elaboração do livro houve uma maior participação da comunidade indígena nas oficinas de arte e poesia. Os estudantes que tinham habilidade em escrita e interesse desenvolveram as poesias, os demais, que tinham facilidade em desenhar,

expressaram as poesias através das artes, como mostram as ilustrações da Figura 29.

O protagonismo desses estudantes e da comunidade foi importante por expressar sua história, sua identidade, sua cultura e ancestralidade, uma vez que são os verdadeiros autores e conhecem suas realidades.

Por ocasião da Conferência Estadual das organizações e dos povos indígenas do Amazonas, Susui (2023) afirmou que o sentimento de falar de sua própria história para o mundo (da escala local para o regional, nacional global) reforça seu sentimento de pertencimento. Em artigo, intitulado Jovens, continuem a remar: as jovens lideranças indígenas que têm lutado pela Amazônia, a autora apresenta o relato de Puré Juma, que expressa esse sentimento:

hoje, nós, jovens, temos a oportunidade que os mais velhos não tiveram. A gente consegue ter o conhecimento na parte da informática, das redes sociais, da câmera fotográfica, dos celulares, e através disso a gente consegue fazer os registros dos acontecimentos, tanto dos momentos bons como dos momentos ruins. Reuniões, assembleias, festas tradicionais do nosso povo e de outros povos. E através disso a gente consegue guardar as memórias. Essas são formas que depois, daqui a 50 anos, vamos pegar esses registros e mostrar para a futuras gerações. Mostrar de onde surgiram seus ancestrais, ter como contar a história, e também apresentar ele em um vídeo, foto, pra que todos possam conhecer a pintura, os lugares, as canções. Então é uma forma que a comunicação hoje vem ajudando muito nas lutas contra as ameaças, invasões e vários tipos de violências que vem ocorrendo ao longo desses anos. (Puré Juma, 2023).

O relato de Puré Juma aponta que o acesso à tecnologia é importante para preservar a história de seu povo. O líder da comunidade indígena pesquisada, acredita que escutar e apoiar as decisões da comunidade fortalece a união e o crescimento conjunto. O cacique comenta que as oficinas foram um espaço essencial para troca de ideias e fortalecimento do grupo e que as decisões geralmente são coletivas na aldeia.

como eu sou liderança, eu sempre assim busco um bem coletivo, né? Pra mim, desde que a maioria apoie, eu também apoio, né? Porque eu, como liderança, eu não posso ser contra a decisão do povo, né? Então, eu achei muito importante essa oficina. (LPI, 2024)

O cacique relatou que acredita na importância das oficinas. Apesar de não ter acompanhado seu início, por estar realizando o manejo de pescado durante a realização das oficinas Steam em sua comunidade, afirmou que

Olha, a importância desse trabalho, eu acho assim, apesar de eu não estar muito por dentro, como eu falei, eu não acompanhei desde o início, mas eu acho que é importante [...] eu falei o que é importante para mim e eu também acho importante esse trabalho que está sendo feito. (LPI, 2024).

Já o estudante indígena, ao participar das oficinas e escrever poesias e publicar coletivamente com outros estudantes e comunitários o livro 'Poetas indígenas Apurinã', contribui para o registro da história de seu povo e é voz ativa da sua própria ancestralidade. Como afirma,

Foi, assim, eu escrevi as poesias ajudei nas artes e ajudei no evento das oficinas (EI 1, 2024).

O livro citado pelo estudante indígena foi publicado em 2021, do qual participaram 22 autores, entre estudantes e comunidade indígena da aldeia Santa Rita, da etnia Apurinã.

Por sua vez, a Comunidade Ribeirinha Tuiué participou das oficinas da abordagem Steam, a partir da iniciativa dos professores locais e do presidente da comunidade, que convidaram a equipe. As estratégias das oficinas seguiram a metodologia apresentada na comunidade indígena Santa Rita, na qual também foram realizadas oficinas de artes e poesias, além daquelas que tiveram como principal objetivo refletir sobre a sustentabilidade, os resíduos sólidos, a qualidade da água e a poluição do solo. O líder da comunidade, ao falar sobre a oficinas, afirmou que

eu achei muito bom. Porque foi escrito um livro, né? Aqui na comunidade do Tuiué tem muito que tinha acontecido isso, né? Então, para mim foi ótimo [...]. E, agradeço mesmo, de coração (LPTM,2024)

Para Silva (2022, p. 41) a integração e a colaboração entre as disciplinas proposta pelo Steam não é uma ideia nova, visto que a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, onde estes são desafiados a resolver problemas reais, investigando, refletindo criticamente sobre as situações a partir de projetos problematizadores, já vem sendo proposta por várias outras estratégias para o desenvolvimento da aprendizagem ativa. Tal protagonismo, por parte do estudante, pretende mudar os papéis na educação, uma vez que o docente passa a promover e mediar as discussões em grupo, buscando orientar os estudantes a analisarem criticamente os problemas a serem resolvidos. Neste sentido, as escolas das comunidades ribeirinhas têm um papel importante no desenvolvimento da diversidade

da educação brasileira, como exemplo: Combate à desigualdade, valorização da cultura local, desenvolvimento sustentável e fortalecimento comunitário.

Figura 31 – Escola Municipal Ribeirinha da comunidade Tuiué no período da seca do rio Purus.



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Um dos principais desafios enfrentados por algumas comunidades ribeirinhas está relacionado aos períodos de cheia e seca do rio Purus. O rio apresenta cheia entre dezembro e abril, e seca entre maio e setembro, com transições nos meses de outubro e novembro. No período das cheias (conhecido como inverno amazônico), as chuvas intensas podem elevar os rios até 15 metros acima do nível normal. Uma das dificuldades enfrentadas por algumas famílias nesse período é conseguir realizar a pesca, pois os peixes ficam dispersos, exigindo mais tempo e esforço para capturá-los. Outro problema é o aumento de doenças relacionadas à água e dificuldades de locomoção, que passa a ser majoritariamente pelas águas, conforme se vê na Figura 32.

Figura 32 – Transporte no período da cheia do rio Purus



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Em compensação, na época da seca, o rio Purus baixa o seu nível, facilitando a pesca e o acesso a recursos naturais e, a agricultura se torna mais viável. Contudo, o transporte fluvial pode ser prejudicado, principalmente em áreas rasas do rio. A respeito da seca do rio Purus, Silva (2023) destaca que

Algumas comunidades ribeirinhas estudadas possuem dificuldades de abastecimento de água nas casas e escolas ribeirinhas, devido ao período da vazante dos rios. Nesse período, as comunidades que não tem poços artesianos precisam captar a água uma distância média de 150 metros. (2023, p.11).

Em relação às oficinas Steam, seguindo o exemplo dos outros grupos, na comunidade ribeirinha Tuiué foram realizados alguns encontros de explanação das atividades, seguido de explicação e orientação, com seus moradores. Como resultado e culminância, ocorreu o Primeiro Encontro de Poetas e Artistas na comunidade, como demonstram as imagens da figura 33.

Figura 33 – Reunião com os comunitários e o encontro de poetas e artistas locais



Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Ao longo do processo, foram realizadas inúmeras reuniões de apresentação dos projetos, além de oficinas Steam sobre meio ambiente, artes e poesias, conforme se pode ver nas fotografias da Figura 34.

Figura 34 – Oficinas Steam realizadas na comunidade ribeirinha Tuiué





Fonte: Fotografia Silva, 2025.

Um aspecto que emergiu, durante as oficinas com os integrantes da comunidade, foi a respeito das questões ambientais, particularmente sobre as águas. A pesquisa de Silva et al. (2023), intitulada Desenvolvimento Sustentável: Consumo de Água nas Escolas das Comunidades Tradicionais da Reserva Piagaçu, trouxe contribuições significativas que podem servir de base para futuros trabalhos na área da educação ambiental. O estudo evidenciou a importância da responsabilidade compartilhada entre professores, alunos e membros das comunidades ribeirinhas no cuidado com os recursos naturais, especialmente a água.

Essa conscientização foi expressa, não apenas por meio das ações desenvolvidas, mas também pelas falas dos próprios moradores, reforçando o papel transformador da educação ambiental e das práticas sustentáveis no cotidiano das comunidades tradicionais, promovendo uma relação de respeito e reciprocidade com a natureza. Em seu relato a moradora da comunidade ribeirinha Tuiué afirmou que: “realmente precisamos cuidar do meio ambiente, pois ele tem cuidado de nós através de nossa alimentação saudável.” (LTF, 2024)

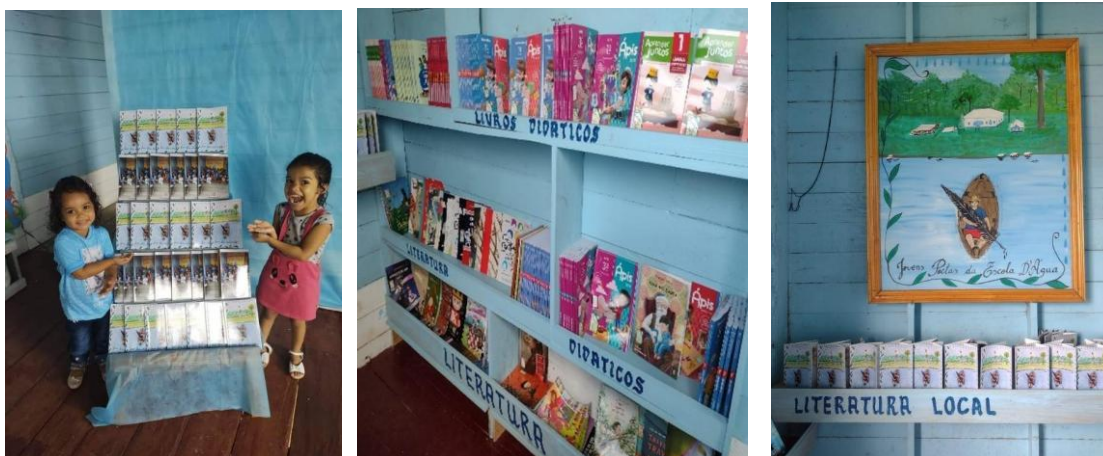
Complementarmente, o estudo de Silva, Santos e Bezerra (2020) buscou despertar a curiosidade dos alunos do ensino médio por meio de oficinas criativas e investigativas, utilizando a abordagem Steam. O foco principal foi transformar os estudantes em protagonistas do próprio aprendizado, incentivando-os a criar soluções para problemas locais, com impacto social.

Os resultados iniciais foram animadores: os alunos demonstraram maior interesse pelas disciplinas e pelos projetos, e a escola passou a atrair parcerias com instituições e fundações, fortalecendo ainda mais a iniciativa. Como destacam os autores: “É importante ressaltar que os objetivos só foram alcançados devido a união dos pais dos alunos, das comunidades ribeirinhas do município de Beruri e ao apoio das escolas, que contribuíram diretamente com os projetos.” (Silva; Santos; Bezerra, 2020, p. 6)

Portanto, a abordagem Steam tem possibilitado melhorar o processo de ensino/aprendizagem, bem como ampliado os espaços de reflexão. A partir disso, a união entre estudantes, pais e membros da comunidade foi fundamental para o desenvolvimento das oficinas de poesia e arte, culminando no lançamento do livro Jovens Poetas da Escola D’água, na comunidade ribeirinha de Tuiué, como ilustrado na figura 35. A obra apresenta a história de fundação da comunidade e da escola, além de reunir poesias e produções artísticas criadas por estudantes e demais integrantes da comunidade. Esses trabalhos retratam o cotidiano local, a identidade cultural, os impactos ambientais enfrentados e as práticas voltadas à sustentabilidade.

Figura 35 – Lançamento do Livro Jovens Poetas da Escola D’água na Comunidade Ribeirinha Tuiué





Fonte: Fotografia Silva e Vasconcelos, 2025.

Sobre as oficinas Steam, o líder da comunidade Tuiúé ressalta que as poesias e artes produzidas na comunidade não são apenas uma expressão artística, mas uma ferramenta de transformação social para a comunidade.

Para mim a importância dele é porque de lá para cá, depois desse projeto para cá, tudo vem evoluindo para a nossa comunidade, vem chegando algumas coisas que a gente não esperava que ia ter e tudo vai chegando. Depois desse projeto aí, tudo melhorou para nós (LTM, 2024).

Neste sentido, para o líder, as oficinas e o processo da produção do livro realizado na comunidade é uma reconexão com a própria história, no qual a população local assume o papel de protagonista no registro de suas vivências, memórias e identidade. Já o professor ribeirinho da comunidade Tuiúé, que esteve presente nas oficinas incentivando a criatividade de seus estudantes e fortalecendo os laços entre família e escola, afirmou:

sim participei das oficinas Steam na comunidade conseguimos publicar um livro de poesia, chamado Poetas da Escola da Água, onde os estudantes, moradores, professores, escreveram poesia, ilustraram, e assim publicamos os livros. Eu participei como ilustrador de capa, orientando os alunos na arte, mobilizando a comunidade em si para produzir essa obra (PRT, 2024).

As atividades das oficinas Steam foram muito positivas, uma vez que, em todos os momentos, os jovens foram motivados e foi garantido seu protagonismo junto à comunidade, conforme apontou o professor:

essa iniciativa do projeto, chegar até a comunidade, foi uma iniciativa boa, um ponto positivo. E mobilizar a comunidade, ver a comunidade toda unida ali, produzindo obras que a gente só via vindo de fora, então são pontos positivos (PRT, 2024).

Ainda, durante a entrevista, o professor comentou sobre a importância das oficinas, não somente para os jovens, mas para toda a comunidade.

Pra mim as oficinas são muito importantes, principalmente para o protagonismo dos estudantes, dos moradores, isso para mim foi uma importância muito grande, esses alunos, esses moradores, esses líderes de comunidade vejam o trabalho publicado nas comunidades realizado por eles, isso não tem preço, isso é uma parte muito importante do projeto dali, e o bom seria que tivéssemos mais comunidade, que tivéssemos o poder de ter esse projeto nas nossas comunidades, e assim mais jovens seriam protagonistas da sua própria história (PRT, 2024).

Por fim, o professor comentou sobre o uso das tecnologias na escola e na comunidade.

Eu sou a favor porque, apesar, a partir de alguns conteúdos, a gente aprende muita coisa na internet, são coisas boas, e dá para a gente usar em sala de aula, tanto na comunidade, mas o ponto negativo é que não se interessa para isso, então tem muito conteúdo ali que não é bom, mas que a gente está olhando e está usando, e outros pontos positivos que os conteúdos da internet trazem muitas coisas boas, mas também tem muitas coisas que as crianças usam ali que não é para usar, isso eu sou contra, uma opinião minha, eu sou contra esse tipo de jogos que tem para as crianças, alguns vídeos, então se fosse só as coisas boas, boas seria ótimo, sou muito a favor, mas com isso vem as coisas boas, mas também vem as outras coisas que não é bom para as crianças, para os adolescentes, para os jovens, para os adultos (PRT, 2024).

O professor expressou apoio ao uso das tecnologias na escola e na comunidade ribeirinha Tuiuí, destacando seus benefícios educacionais, mas também alertou para os riscos de conteúdos inadequados, especialmente para crianças e jovens.

A seguir, serão apresentadas as oficinas Steam realizadas na Comunidade Lírio do Vale, destacando as experiências com o uso das tecnologias e os impactos observados no cotidiano educacional e social. A exemplo da Comunidade Ribeirinha Tuiuí, apresentada acima, o Rio Purus também tem um papel fundamental, porque é o caminho de ida e volta de barco, canoas e rabetas. Para os moradores, professores e estudantes, conforme pode ser observado na Figura 36, a qual apresenta a equipe realizando o trajeto para chegar na comunidade Lírio do Vale. Da mesma forma, pode ser visualizada a expansão das águas do rio Purus até a escola da comunidade, no período da cheia, no ano de 2021.

Figura 36 – Trajeto dos professores para realizar as oficinas Steam na Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale e o período da cheia do Rio Purus no ano de 2021



Fonte: Fotografia Silva, 2021.

Na mesma direção, o artigo “O Rio Purus como Estrada de Acesso ao Ensino Médio para Estudantes de Comunidades Tradicionais de Beruri-AM” (Silva, Etges e Nascimento, 2025), apresenta a relação dos moradores locais, dos professores e estudantes com o rio Purus, desde sua saída de casa, no meio rural, até a chegada na escola. Neste sentido, para os autores, “Não é exagero para os estudantes definir o Rio Purus como sua ‘estrada’ para chegar à escola” (Silva, Etges e Nascimento, 2025, p. 169).

Em relação às oficinas Steam desenvolvidas na Comunidade Lírio do Vale, estas centraram-se na preservação ambiental, através dos projetos: utilização de oficinas fantoche e teatro como práticas sustentáveis educacionais nas escolas das comunidades ribeirinhas do município de Beruri-Am e o conhecimento e consumo sustentável da água nas comunidades ribeirinhas, conforme é apresentado na Figura 37:

**Figura 37 – Oficinas ambientais Steam com os estudantes na Comunidade Ribeirinha
Lírio do Vale**



Fonte: Fotografia Silva, 2023.

Nas oficinas ambientais Steam se utilizou os recursos locais da comunidade como: solo, água, galhos de árvores, folhas e garrafas pet. Os estudantes fizeram ensaios sobre os impactos ambientais das ações humanas na natureza. Já as oficinas de leitura, através dos projetos “Inclusão da BNCC no contexto amazônico”, e o projeto Semente Materna Poética, tinham o objetivo de incentivar a leitura e escrita de texto.

Figura 38 – Oficinas de leitura com os estudantes na Comunidade Ribeirinha Lírio do Vale



Fonte: Fotografia Silva, 2023.

A leitura é a base fundamental em todas as esferas da sociedade, incluindo as comunidades tradicionais, que desempenham um papel essencial no enfrentamento das desigualdades sociais. Já as oficinas de robótica “Construção de casquetas pelos estudantes” e “A floresta tem voz, sim”, apresentaram o uso de tecnologias que podem ser desenvolvidas e aplicadas na comunidade. A proposta tinha como principal objetivo promover o potencial dos estudantes em soluções reais para os desafios locais da comunidade.

Figura 39 – Oficinas de casqueta e o uso de tecnologia na Comunidade Ribeirinha Lório do Vale



Fonte: Fotografia Silva, 2023.

As oficinas de construções de casquetas e o uso das tecnologias possibilitou uma experiência significativa de ampliação ao pertencimento, pois por meio das produções, os estudantes puderam articular teorias e práticas a partir de suas vivências e do contexto local.

Essas experiências foram acompanhadas pela professora da comunidade que participou diretamente e, posteriormente, apresentou em suas aulas outras oficinas. Reconhece que, através das oficinas, suas ideias foram bem recebidas pelos estudantes, os quais demonstraram maior interesse e participação quando abordaram os produtos medicinais, artesanato e, produção de poesia e arte. Porém, a professora aponta que a falta de continuidade dos projetos é ponto negativo, o que pode gerar frustração e desmotivação. Em síntese, destacou que

o ponto positivo foi que eu pude ali expor minhas ideias que os alunos no momento lá abraçaram e assim, o ponto negativo é que essas ideias não foram pra frente, pelas informações que eu tenho. Eu não sei se esse ano que passou, teve feira de ciência [...] essas coisas aí que a gente envolveu, produtos medicinais [...] e até mesmo artesanato junto [...] eu não tive essa informação (PRL, 2024)

É importante ressaltar que a professora atuou como docente na comunidade Lírio do Vale no período de 2021 a 2022, visto que, em Beruri a transferência de professores para outras comunidades é muito comum, já que o último concurso realizado no município foi em 2002, portanto há mais de 20 anos.

E, por fim, as oficinas Steam realizadas na cidade de Beruri, foram desenvolvidas a partir de 2019, quando o autor da tese foi selecionado como professor do programa STEMTechCampBRASIL, uma iniciativa da Embaixada dos EUA no Brasil, em parceria com o Laboratório de Sistema Integráveis Tecnológicos (LSI-TEC) e apoio da Universidade de São Paulo (Poli-USP) e do Grupo + Unidos. Portanto, o desenvolvimento de projetos e oficinas com abordagens Steam já vêm sendo realizados há mais de seis anos, somando a participação de mais de dois mil estudantes, entre a cidade de Beruri e comunidades tradicionais. Na cidade de Beruri, atualmente, existem seis escolas, como apresentado no Quadro 02:

Quadro 02: As Escolas municipais e estaduais do Município de Beruri

Escolas municipais	Quantidade
Oferecem Ensino Fundamental I	2
Oferecem Ensino Fundamental II	1
Escolas Estaduais	Quantidade
Oferecem Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II	1
Oferecem Ensino Fundamental II e Ensino Médio	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Na dissertação de Costa (2025), intitulada "Educação ambiental e sustentabilidade em uma abordagem Steam no contexto do ensino médio", a autora destaca que a abordagem Steam permite que os estudantes desenvolvam projetos sustentáveis de forma criativa, integrando conhecimentos científicos e tecnológicos com consciência ambiental e expressão artística. Neste sentido, as oficinas de práticas sustentáveis educacionais foram apresentadas nas três escolas estaduais da cidade de Beruri, com o objetivo de conscientizar os estudantes sobre a importância da preservação ambiental e promover sua participação efetiva como sujeitos protagonistas no cuidado com o meio ambiente. As oficinas envolveram estudantes das etapas do ensino fundamental I e II e 1º, 2º e 3º ano do ensino médio.

Figura 40 – Oficinas de práticas sustentáveis na Cidade de Beruri-AM



Fonte: Fotografia Silva, 2019.

Através das oficinas Steam de práticas sustentáveis, foi possível arborizar alguns espaços escolares internos e externos. Já no projeto as meninas da Robótica sustentável e Robótica ambiental de Beruri-AM, realizado na Escola Estadual Gilberto Mestrinho, estudantes do Ensino Fundamental participaram ativamente da construção de protótipos robóticos, utilizando resíduos sólidos como matéria-prima para sua construção. Entre os materiais utilizados estavam papelão, tampas de garrafa PET, galhos de árvore, palitos de picolé, entre outros elementos recicláveis. A proposta pedagógica teve como objetivo alinhar teoria e prática de forma sustentável, promovendo a conscientização ambiental e o protagonismo estudantil.

Figura 41 – Oficinas de robóticas na Escola Estadual Gilberto Mestrinho





Fonte: Fotografia Silva, 2024.

Através das oficinas foi possível observar a participação ativa dos estudantes, o que também é validado pela pesquisa de Ikeshoji et al. (2025), cujo tema aborda uma revisão sistemática da literatura sobre a integração de projetos, abordagem Steam, robótica criativa e sustentável no ensino técnico, integrado ao ensino médio. As autoras reforçam que a robótica sustentável é apresentada como um meio de conectar teoria e prática, com impacto positivo na formação técnica e cidadã sobre o uso da Aprendizagem Baseada em Projetos. Neste sentido, os projetos de robóticas sustentáveis, desenvolvidos na cidade de Beruri através das oficinas Steam, proporcionam o desenvolvimento da criatividade, inovação e o uso consciente dos recursos naturais.

Da mesma forma, o projeto "A arte na esqueletização de folhas", teve como principal objetivo utilizar técnicas de esqueletização de folhas para a produção de artesanato, quadros e outro para confecção quadros, brincos entre outras formas de artes, com os estudantes da Escola Estadual Gilberto Mestrinho, promovendo alternativas sustentáveis por meio dessas práticas.

Figura 42 – Oficinas de esqueletização de folhas



Fonte: Fotografia Silva, 2024.

Para Alencar (2025, p.46), a esqueletização consiste em “remover o tecido mole de uma folha, deixando apenas as nervuras visíveis, criando um efeito de esqueleto ou renda”, sendo utilizada em projetos de artesanato e decoração. Como apresentado na pesquisa de Silva, Dos Santos e Dos Santos (2020), notou-se a participação do estudante em buscar alternativas sustentáveis com o uso de esqueletização de folhas e sua motivação para o empreendedorismo sustentável local.

Outro projeto realizado, utilizando a abordagem Steam, foi “Com o solo também se pinta arte”, que tinha como objetivo principal avaliar o uso do solo como tinta natural pelos estudantes do ensino médio. Para isso foram realizadas oficinas Steam teóricas sobre o tema e em seguida, foram realizadas atividades práticas, em que os estudantes produziram tintas com o uso de solo de diferentes cores. Posteriormente, com os resultados satisfatórios da produção das tintas foram convidados os estudantes do ensino fundamental I do 1º ano da Escola Estadual Gilberto Mestrinho e seus professores para acompanhá-los na atividade prática, como se observa na Figura 43.

Figura 43 – Oficina de produção de tintas a partir do solo



Fonte: Fotografia Silva, 2024.

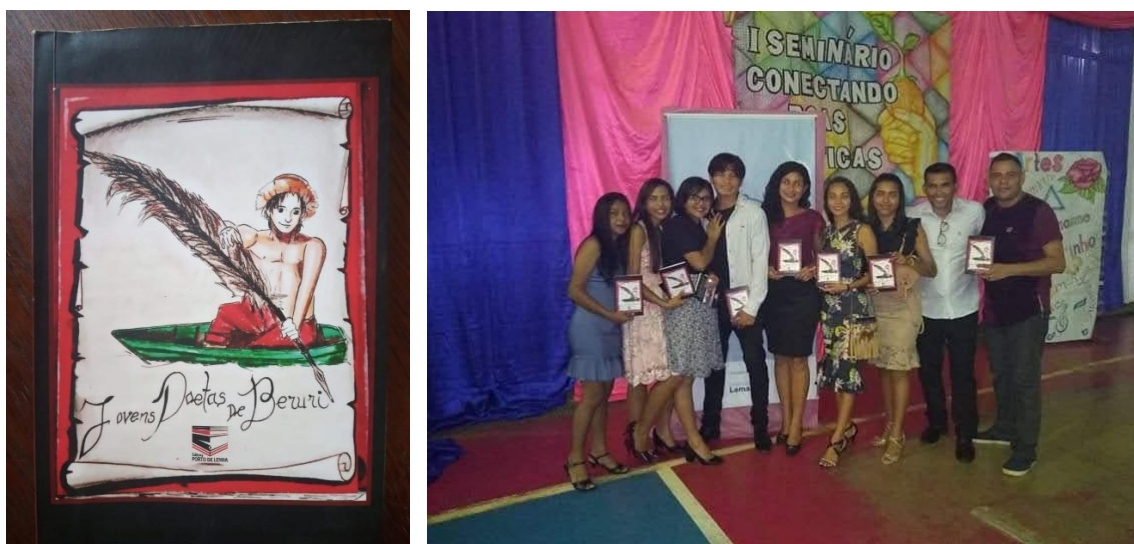
Os estudantes envolvidos na oficina demonstraram interesse significativo para que a oficina tivesse êxito a partir das pinturas realizadas. Entende-se que o assunto “solo” deve ser abordado de maneira interdisciplinar, tendo em vista a necessidade que se tem de evidenciar com mais urgência os conhecimentos nas práticas cotidianas dos docentes e discentes do ensino básico. Para Silva (2016), a apropriação dos conhecimentos sobre o solo onde se vive é extremamente significativa para os habitantes da região, preocupados com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, as oficinas Steam, utilizando o solo, promoveram, nos

estudantes o despertar para a construção do conhecimento interdisciplinar, permitindo maior interesse e participação nas aulas, conforme relatado por alguns professores das turmas de estudantes em que foram aplicadas as oficinas.

Já o projeto “Semente Materna Poética” surgiu através de oficinas de leitura e escrita Steam, a partir da organização do clube de poetas e artistas, onde formou-se uma equipe de cinco estudantes do ensino médio e o professor idealizador. Essa equipe de voluntários era responsável por recolher poesias e artes e digitar para organização do texto livro. O projeto, em seu primeiro livro lançado em 2019, teve como tema: Jovens Poetas de Beruri, com a participação de 23 estudantes, entre poetas e artistas, nesta edição realizada na cidade.

Figura 44 – Lançamento do livro Jovens Poetas de Beruri





Fonte: Fotografia Silva e Dantas, 2019.

Para Silva, Gomes e Silva (2025), no livro, os jovens poetas e artistas (estudantes do ensino médio, em 2019), procuram expressar o “lugar” - o rio Purus como “sujeito de saber”, por meio da troca de experiências com moradores locais. A poesia Princesa do Purus demonstra essa particularidade do local, como evidencia o trecho a seguir:

*Eis que singrando o Purus
O rio que nasce nos Andes
Bem lá, do Acre, bem antes
Sugiram os muros, muito arredios
Fugindo, vivendo, perseguidos, sangrando
Eis que singrando o Purus
O rio da Piagaçu
Dos tantos lagos
Da cidade que seduz. (Pacheco, 2019, p. 35)*

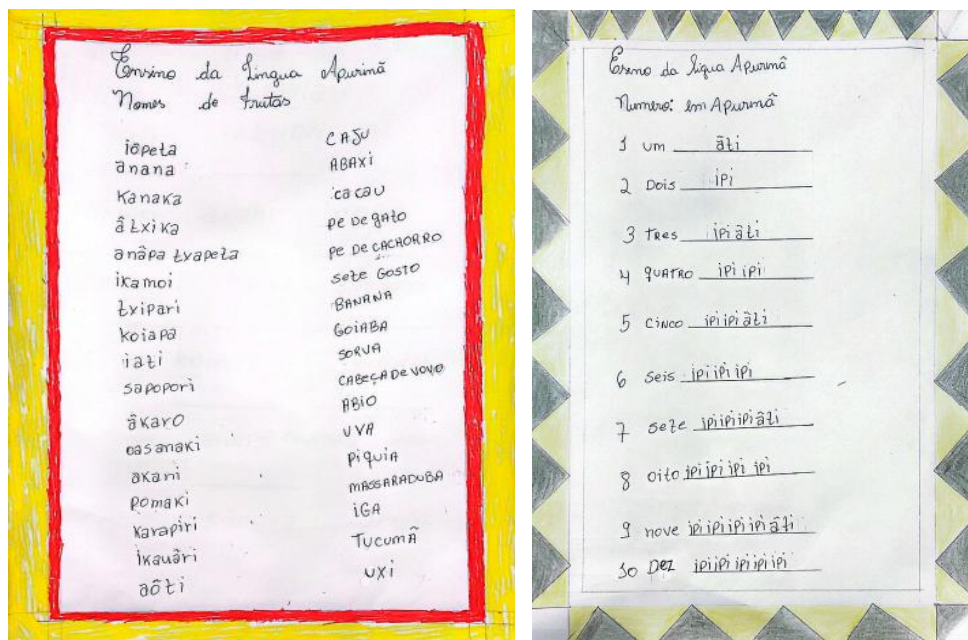
Desde o seu início, em 2019, já participaram mais de 100 poetas e artistas nas oficinas e os resultados são perceptíveis, inclusive com alguns estudantes lançando seus próprios livros, e expandindo a experiência para outros municípios. O projeto de publicação de livros ajudou a suprir uma necessidade local, principalmente nas comunidades do meio rural. Na comunidade indígena Apurinã, os professores

relataram falta de material didático da língua materna. Para suprir essas necessidades estão sendo feitas oficinas Steam de produção de material didático e elaboração de planos de aula a partir da produção local. A equipe é composta por cinco professores de comunidades indígenas (tradutor da língua materna Apurinã), três professores de comunidades ribeirinhas e quatro professores da cidade, sendo dois de Beruri e dois de Codajás.

As oficinas de produção de material didático da língua Apurinã têm como principal objetivo ouvir os professores, lideranças e a comunidade Apurinã. O esforço e a dedicação da equipe já têm apresentado os primeiros resultados, conforme apresentado na Figura 45.

Figura 45 – Oficinas de elaboração de material de apoio didático e planos de aula a partir da produção local da etnia Apurinã





Fonte: Fotografia Silva, 2025.

A produção científica regional, muitas vezes negligenciada nos currículos escolares, representa uma fonte potente de saberes que pode enriquecer o planejamento pedagógico e promover uma educação mais conectada com o território, principalmente da etnia Apurinã. Neste sentido, as oficinas de produção de material de apoio didático com os professores da língua materna e a liderança da comunidade indígena Apurinã, apresentam uma proposta importante para a continuação da história e cultura dessa etnia.

Esse e outros projetos apresentados acima fortalecem o desenvolvimento da comunidade local e sua identidade e cultura. Essas iniciativas, utilizando as oficinas Steam, acabam sendo selecionadas para representar comunidades tradicionais e a cidade de Beruri em outras escolas, partindo das experiências vivenciadas no lugar.

5. O CONHECIMENTO CONSTRUÍDO A PARTIR DO LOCAL PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS POR MEIO DA ABORDAGEM STEAM

A construção do conhecimento, a partir da perspectiva do local, das comunidades tradicionais analisadas ao longo da pesquisa, teve peculiaridades em função das oficinas realizadas com a utilização da abordagem Steam.

Portanto, neste último capítulo, a apresenta-se uma abordagem sobre o conhecimento construído a partir do local pelas comunidades tradicionais por meio do uso das metodologias ativas propostas pela abordagem Steam.

Toledo e Barrera-Bassols (2009, p.91) afirmam que o conhecimento local “não pode ser limitado apenas aos aspectos que estruturam a natureza, objetos, componentes e sua classificação (etnotaxonomia), mas também, deve referir-se às dimensões dinâmicas (processos), relacionais (relações elementos e eventos naturais) ou utilitários desses recursos”.

Na concepção de Toledo (2001), a conservação da biodiversidade está intimamente ligada à conservação dos recursos naturais e a partir dos conhecimentos locais dessas comunidades, seja ela baseada em observações ou práticas seculares, promove detalhes sobre a fauna e a flora que são utilizadas e manejadas de maneira estratégica para manterem o seu desenvolvimento.

É neste sentido, que o estudante indígena I, ao ser questionado sobre o uso da tecnologia em sua comunidade, destacou que é um ponto positivo para a sua comunidade, afirmando que

O uso da tecnologia é muito bom. A gente liga para parente que mora lá em Beruri e Manaus. A gente se fala por whatsapp as vezes quando a internet tá boa é feito ligação de vídeo chamada e mostramos nossa pescaria e caça para nossos parentes e amigos que moram distante. (EI I, 2024)

A tecnologia na comunidade trouxe alguns benefícios como contato com outras comunidades tradicionais vizinhas ou de outra cidade, estado e país. Assim, se percebe que o avanço e utilização de novas tecnologias possibilita o acesso a outras escalas, do regional ao global e, às redes de apoio.

Já Baggio, em sua pesquisa sobre os Kaingang no Rio Grande do Sul, aponta que eles não foram afetados pelo uso da tecnologia.

Para os entrevistados dois, três e sete não há interferência entre as tecnologias e a língua materna dos Kaingang. O entrevistado dois aborda que existe um cuidado para que não se perca essa realidade na Aldeia, sendo a língua kaingang falada por todos os nativos da comunidade (Baggio, 2023, p 03.).

Neste sentido, a pesquisa revela que a tecnologia, quando usada de forma consciente na comunidade tradicional, não precisa ser vista como inimiga da tradição, mas pode coexistir com ela, desde que haja cuidado coletivo e valorização da identidade cultural.

É importante enfatizar que a criança indígena adquire os conhecimentos necessários para a vida, aprendendo pelo exemplo e pela experimentação:

A tradição cultural dos antepassados é valor fundamental e base do fazer pedagógico; preserva-se a tradição da oralidade; valoriza-se o trabalho como meio educativo e como inserção na vida do grupo; o valor fundamental da terra é afirmado constantemente; aprende-se a conhecer e respeitar a natureza (CIMI- ANE, 2002, p. 24).

Por isso, o contato com novas tecnologias não vai alterar sua tradição cultural. Da mesma forma, como o estudante indígena ressaltou ser a favor do uso das tecnologias na comunidade indígena, o professor também acredita que seu uso na aldeia facilitou o acesso de dialogar com outras escalas, como por exemplo, comunidades, cidades, capitais, etc.

Eu sou a favor da tecnologia para os alunos estudar [...]. Porque a tecnologia, ela é boa, né? É um aprendizado, é muito bom também, um aprendizado. Porque depois que a gente seja qualificado, fica mais fácil, né? Ter o contato com a gente, mais pelo município, pela outra cidade, capitais. Eu acho que a gente tem que aprender. Certo. Porque se a gente ficar por aqui, fica difícil. Eu acho que é só isso que eu acho. (PI, 2024)

O relato do professor indígena vem afirmar a constatação de Renesse (2010), de que a tecnologia vem conquistando o interesse das comunidades indígenas em razão dos recursos trazidos pelo ambiente da Web. O resultado da pesquisa de Baggio et al (2023) apresenta que um dos entrevistados da Aldeia Kaingang, enfatiza que as tecnologias podem ser utilizadas para que seja possível rever memórias e acessar relatos de seus antepassados. Já o outro entrevistado da mesma aldeia, comenta que além da questão da oralidade da língua materna, as Tecnologias de

Informação e Comunicação (TICs) facilitam a comunicação entre os povos indígenas, visto sua base ser a coletividade, podendo ser utilizadas como instrumento importante na revitalização e preservação da cultura indígena.

Neste sentido, muitas comunidades já utilizam equipamentos tecnológicos no seu cotidiano e aproveitam essas novas formas de interação na difusão de seus costumes e conhecimentos, além de comunicação entre os povos.

O professor, ao relatar sobre as oficinas, trouxe esperança em sua fala para a comunidade através do que foi realizado. Como, por exemplo, o protagonismo dos participantes indígenas que dão voz a sua própria história e criam pontes que vão além da sala de aula.

As oficinas que favorecem todos nós que estão por aqui, né? E que vai dar certo daqui adiante, ou ao longo da jornada, a gente tem a esperança, a gente sabe que vai acontecer um dia que vai melhorar o futuro dessas crianças que estão nascendo e para os jovens. Porque eu penso assim, né? Dias melhores virão pelo uso das tecnologias. (PI, 2024)

O professor, ao mencionar que “dias melhores virão pelo uso da tecnologia” reafirma os resultados paralelos, sobre o uso da tecnologia em sua comunidade Santa Rita, com a pesquisa de Baggio na comunidade Kaingang.

Os entrevistados oito e nove concordam que a tecnologia auxilia na educação, como forma de pesquisa, preparação de aulas, jogos educativos, além de auxiliar também o professor para que seja transmitido o conteúdo mais adequado para os estudantes. Para o entrevistado um, sempre é pensado em um modelo de planejamento conjunto com os professores, estimulando o uso das tecnologias da melhor maneira. Além disso, há disponibilização por parte do governo de *chromebooks*, de uso individual para cada professor, assim permitindo que os docentes se utilizem de tecnologias para auxiliar na didática da sala de aula (Baggio, 2023, p. 13).

Portanto, seria fundamental o acesso à tecnologia pelos professores em sala de aula na comunidade Santa Rita, contudo, de forma diferente do apontado na pesquisa acima citada, a realidade não confirma essa expectativa: a escola não tem sala de informática e nem acesso à internet. Só alguns moradores, como é o caso da liderança feminina, tem acesso à internet e tem contribuído com a informação entre a comunidade e a cidade. Como afirma,

Então hoje é possível utilizar a internet aqui na comunidade para se comunicar com alguns parentes da cidade (LI, 2024).

No livro Povos e Comunidades Tradicionais: metodologias de autoidentificação e reconhecimento, Oliveira (2021) relata uma iniciativa em que foi

criado um aplicativo chamado “tô no mapa”, com o objetivo de mapear comunidades invisibilizadas. Por meio do aplicativo, informações como coordenadas geográficas eram inseridas, utilizando o GPS do celular da pessoa cadastrada, ou clicando nos limites do território, sem a necessidade de percorrê-lo por inteiro. A tecnologia permite também a inserção de documentos, vídeos, fotos, links e demais informações relevantes sobre o território, além da inserção de dados e relatos de eventuais conflitos que as comunidades enfrentam.

Nesse sentido, tais iniciativas tecnológicas são importantes até mesmo para preservação da identidade e da cultura local, como afirma a liderança feminina da comunidade indígena Santa Rita, quando foi questionada se era a favor ou contra o uso das tecnologias em sua comunidade.

Sou a favor e apoio, desde que a gente tenha acesso às tecnologias. A gente, como pai, a gente tem que limitar o acesso aos filhos menor de idade, [...] eu apoio que os alunos tenham esse acesso, a liderança também. Quem quiser ter acesso, eu apoio que tem. Mas a responsabilidade é nossa dos pais quando se trata de crianças (LIF, 2024).

Assim, as tecnologias são instrumentos que favorecem a construção do conhecimento e permitem manifestar e levar conhecimentos locais para outras escalas, a fim de que diferentes regiões saibam como vivem as populações das diferentes comunidades do município de Beruri.

Nessa mesma direção, de expressar o conhecimento construído a partir da perspectiva do local, com a utilização da abordagem Steam durante as oficinas, a comunidade Ribeirinha Tuiué apresentou preocupações sobre o impacto ambiental decorrente da ação humana. Como por exemplo: ao jogar o lixo no rio Purus contamina a água e retorna para o próprio homem sua ação, porém de forma que pode prejudicar a saúde da comunidade ribeirinha.

Estas observações foram constatadas também na pesquisa de Silva (2023), em que evidencia que o consumo de água está diretamente ligado à realidade geográfica e social de cada comunidade. A valorização dos saberes locais, aliada a projetos de educação ambiental e infraestrutura sustentável, é essencial para garantir o acesso à água de qualidade para os que vivem nas comunidades ribeirinhas.

Neste sentido, a ação do sujeito nas comunidades passa ser fundamental, como é o caso da iniciativa do professor da comunidade Tuiué, que esteve presente

nas oficinas incentivando a criatividade de seus estudantes e fortalecendo os laços entre família e escola, afirmando que

sim participei das oficinas STEAM na comunidade conseguimos publicar um livro de poesia, chamado Poetas da Escola da Água, onde os estudantes, moradores, professores, escreveram poesia, ilustraram, e assim publicamos os livros. Eu participei como ilustrador de capa, orientando os alunos na arte, mobilizando a comunidade em si para produzir essa obra (PRT, 2024).

Para o professor um dos pontos positivos é que nunca tinham acontecido esses eventos que motivassem os jovens ao protagonismo na comunidade.

essa iniciativa do projeto, chegar até a comunidade, foi uma iniciativa boa, um ponto positivo. E mobilizar a comunidade, ver a comunidade toda unida ali, produzindo obras que a gente só via vindo de fora, então são pontos positivos (PRT, 2024).

O professor falou durante sua entrevista sobre a importância da oficina na comunidade, afirmando que,

Pra mim as oficinas são muito importantes, principalmente para o protagonismo dos estudantes, dos moradores, isso para mim foi uma importância muito grande, esses alunos, esses moradores, esses líderes de comunidade vejam o trabalho publicado nas comunidades realizado por eles, isso não tem preço, isso é uma parte muito importante do projeto dali, e o bom seria que tivéssemos mais comunidade, que tivéssemos o poder de ter esse projeto nas nossas comunidades, e assim mais jovens seriam protagonistas da sua própria história (PRT, 2024).

Por fim, o professor foi questionado se ele é a favor ou contra o uso das tecnologias na escola e na comunidade.

Eu sou a favor porque, apesar, a partir de alguns conteúdos, a gente aprende muita coisa na internet, são coisas boas, e dá para a gente usar em sala de aula, tanto na comunidade, mas o ponto negativo é que não se interessa para isso, então tem muito conteúdo ali que não é bom, mas que a gente está olhando e está usando, e outros pontos positivos que os conteúdos da internet trazem muitas coisas boas, mas também tem muitas coisas que as crianças usam ali que não é para usar, isso eu sou contra, uma opinião minha, eu sou contra esse tipo de jogos que tem para as crianças, alguns vídeos, então se fosse só as coisas boas, boas seria ótimo, sou muito a favor, mas com isso vem as coisas boas, mas também vem as outras coisas que não é bom para as crianças, para os adolescentes, para os jovens, para os adultos (PRT, 2024).

De acordo com a afirmação do professor “a gente aprende muita coisa na internet”, tem o sentido de escala, em que a internet rompe o isolamento geográfico e insere os moradores da comunidade Tuiúé em redes globais de informação. Assim, o “lugar” é a expressão da identidade de seus moradores, é onde a experiência

acontece. E com a chegada da internet na comunidade, surgem novos espaços de convivência digital que podem fortalecer a comunidade no diálogo com outras comunidades, cidades, estados e países, ou seja a interação multiescalar, do local com o restante do mundo.

Esses espaços de acesso a informações e conhecimentos produzidos na comunidade, têm papel fundamental no protagonismo dos estudantes na comunidade. Neste sentido, as falas do professor ribeirinho vão ao encontro da pedagogia progressista de Dewey, (1970), que defendia uma educação baseada na experiência real dos estudantes, promovendo a investigação e a resolução de problemas por meio da interação entre o indivíduo e o ambiente em diferentes escalas.

As ações das oficinas fortaleceram, através da publicação do livro, a narrativa de estudantes e moradores sobre sua própria história e viabilizando sua apresentação a outras comunidades e cidades. Como afirma a estudante,

Foi muito legal. A participação livro, né? Pra mim foi uma alegria muito grande. Porque daí nós realizamos um sonho. Que a metade das pessoas não acreditava, né? E daí saiu o livro. E pra mim foi uma alegria muito grande. E nós descobrimos muita coisa sobre o livro, né?. (ERT1, 2024)

No caso da estudante da comunidade Tuiuí, as descobertas do novo, como é o caso do livro, contribuiu para compartilhar as práticas do lugar com a produção de outros locais, em outras escalas. Já na comunidade Lírio do Vale, quando a presidente foi questionada sobre o uso da tecnologia em sua comunidade, enfatizou que o acesso à tecnologia permite que as comunidades ribeirinhas mantenham contato com o mundo exterior. Como afirma,

Para nós, fisicamente, não. Mas com a tecnologia, praticamente, a gente vive em contato com o mundo lá fora, né? Com as informações que a gente tem por meio de telefone, rádio e televisão. O contato físico com essas cidades, no meu caso, com o presidente, não (LPL, 2024).

Neste sentido, a conexão digital substitui, em parte, a presença física, ampliando o acesso à informação. Colaço (2010) apresenta a caracterização de iniciativas em nível local-global, por meio de grupos sociais que lutam incansavelmente pela igualdade social e a dignidade da pessoa humana. Essas iniciativas partem do local, da realidade e das dificuldades. Para o autor é através de luta por reconhecimento que o acesso à inclusão digital será possível.

A presidente da comunidade, que é favorável ao uso das tecnologias em sua comunidade, ressalta também que os encontros presenciais promovem conhecimento e mantêm o contato entre as comunidades.

Além de usufruir dessa tecnologia, a gente usa também as parcerias entre as comunidades. Os eventos culturais que a gente tem nas comunidades, a gente forma aquele grupo e a gente mantém aquele contato uma com as outras. Assim quanto com a nossa capital e o nosso município também (LPL, 2024).

Ao analisar o uso da tecnologia pelos jovens da comunidade, a líder reconhece os limites e os riscos. Quando a tecnologia é usada fora do contexto educativo, especialmente por jovens, ela pode desviar o foco dos estudos e enfraquecer o interesse pelo conhecimento e comprometer o desenvolvimento intelectual e cultural dos estudantes. Como afirma,

Sou a favor, dependendo da ocasião. Na escola, sou a favor quando ela é para pesquisas, nos momentos e horários certos. Na comunidade, ela é essencial, porque é como a gente se comunica, com a cidade e com a capital. Mas também sou contra quando essa tecnologia, a nossa juventude, ou quem exerce ela, usa ela, usa fora desse contexto de aprender. Mas sim em coisas que não vão ajudar eles a conhecerem nada. Então, sou a favor quando traz esse conhecimento para eles dessa realidade e faz com que eles possam ter acesso a outras realidades. Mas quando eles usam essa tecnologia para simplesmente esquecer os estudos e também deixar essa paixão de estudar, eu acho que a tecnologia em si já prejudica um pouco, tirando o foco do aluno, do comunitário (LPL, 2024).

Ao ser questionada sobre as oficinas, a líder da comunidade ressalta que as “oficinas é que fizeram com que os nossos comunitários, estudantes da escola local, pudessem contar suas histórias, pudessem se desenvolver e até sonhar em ampliar sua visão de mundo e conhecer outros locais.” (LPL, 2024). A líder acrescenta que as oficinas realizadas mostraram aos estudantes que é possível ir além das fronteiras da região. Como afirma,

Que para muitos alunos daqui da comunidade era impossível sair daqui da nossa região e ir para outro lugar. Então, através das oficinas, eles entenderam que há possibilidade sim, dependendo de eles quererem, de se esforçarem. Então, ajudou muito, principalmente os jovens da comunidade, a sonhar e a buscarem esses sonhos em outras regiões (LPL, 2024).

Quando a estudante foi questionada sobre o uso da tecnologia na comunidade e em sua escola, afirmou

Bom, eu sou a favor, mas ao mesmo tempo não, porque através dessas tecnologias, algumas pessoas que realmente se interessam, elas aprendem, mas outras usam essa tecnologia para outras coisas. Então, ela é ao mesmo tempo boa e ao mesmo tempo ruim, dependendo da pessoa. No caso, você está falando também dependendo do tipo de uso, correto? Isso, o tipo de uso da pessoa ERL1.

Ou seja, a estudante 1 reconhece os benefícios e os riscos da tecnologia. Assim, a relevância da tecnologia depende do uso que os estudantes fazem dela. Autores como Juana Sancho e Fernando Hernández (2006), em sua obra *Tecnologias para Transformar a Educação*, apontam desafios enfrentados pelos educadores diante da introdução das TICs no ambiente escolar. Para os autores, alguns professores têm o desejo de inovar. Porém, esbarram em modelos organizacionais engessados e em uma cultura escolar ainda centrada na figura do professor, como detentor exclusivo do conhecimento.

de um lado, diferentes organismos internacionais (Unesco, OCDE, Comissão Europeia, etc.) advertem sobre a importância de educar os alunos para a Sociedade do Conhecimento, para que possam pensar de forma crítica e autônoma, saibam resolver problemas, comunicar-se com facilidade, reconhecer e respeitar os demais, trabalhar em colaboração e utilizar, intensiva e extensivamente, as TIC. Uma educação orientada a formar este tipo de indivíduos requereria professores, convenientemente formados, com grande autonomia e critério profissional. Mas também escolas com bons equipamentos, currículos atualizados, flexíveis e capazes de se ligar às necessidades dos alunos. (Sancho; Hernández, 2006, p.9- 10)

A professora da Comunidade Ribeirinha Tuiúé, ao ser questionada sobre o uso da tecnologia em sala de aula, afirmou que o uso da tecnologia em sala de aula precisa ser equilibrado. Neste sentido, os celulares podem ser ferramentas úteis, mas também aponta os riscos de distração, especialmente em sua comunidade Tuiúé, onde o uso ainda é novidade. Para Souza e Menegon, (2015) a internet é a principal, e em muitos casos a única opção, que os ribeirinhos têm para se conectar com o mundo e com quem possa se interessar pelos seus produtos.

A professora da Comunidade Ribeirinha Tuiúé deixa claro durante sua entrevista a preocupação de que o celular em sala de aula possa tirar o foco dos estudantes durante a aula, ao mesmo tempo em que visualiza a possibilidade do uso consciente e direcionado da tecnologia, quando os livros não oferecem as informações necessárias.

Eu não sou contra o uso das tecnologias, mas depende do uso. Porque se os alunos tiverem com o celular dentro de sala de aula, eu estou falando um

pouco por aqui. E como isso é novidade na comunidade, no momento da aula, eu creio que não é muito legal. Mas se tivesse o tema que o professor pede e eles não encontrem em livros e que eles têm essa necessidade de pegar o celular e pesquisar, eu sou a favor (PRL, 2024).

Além das preocupações da professora sobre o bom uso do celular em sala de aula, também aponta outros desafios enfrentados pela educação na “zona rural¹⁰” ou “espaço rural. E expressa uma preocupação legítima com questões estruturais que vão muito além da sala de aula, como transporte escolar, merenda, infraestrutura e acesso a materiais didáticos. Durante a entrevista destaca a lentidão das mudanças na educação ao longo dos anos.

Eu creio que ainda na comunidade tem muito a melhorar na educação na zona rural, né? Tanto pelo meio de transporte escolar como mesmo a estrutura da escola, da merenda até os livros didáticos. Eu vejo assim, no geral, tem muito que melhorar ainda na zona rural, tem muito que fazer que passa anos e anos e as coisas não andam. Isso é o meu ver, assim, de uma cidade, daqui da cidade e lá pro interior (PRL, 2024).

As dificuldades apresentadas pela professora vão totalmente ao encontro do disposto nas Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas de Campo (Resolução CNE/CEB nº1/2002), em que se lê:

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

Foi possível perceber durante a entrevista com a professora que ela tem conhecimento sobre os direitos dos estudantes ribeirinhos. Ao mesmo tempo que sua fala carrega um apelo por compromisso verdadeiro com projetos que enfatizem a leitura e realização de boas políticas públicas através dos gestores locais.

Gostaria de mais projetos de leitura, pessoas que sejam compromissadas, principalmente pra alunos que estão precisando de leitura, alunos que estão lá, que ainda não conseguiram ter êxito na leitura. Então, tem que ter projetos voltados pra esses alunos. E melhorar todo o docente com capacitações que pudesse ver esse lado da defasagem. (PRL, 2024).

¹⁰ Zona rural, também chamada de espaço rural, é um recorte do espaço geográfico em que há o predomínio de elementos naturais, com menor concentração da intervenção humana.

Para Araújo (2021), as peculiaridades do contexto rural necessitam de um desenho pedagógico e didático aplicados ao meio social vivido pelo estudante, contribuindo, assim, para o conhecimento sobre sua comunidade local. Como afirma,

Conhecer a realidade do local é algo primordial para poder estabelecer uma educação adequada a todos, uma vez que, historicamente, a educação rural passou por diversas negações até que a luta dos movimentos sociais do campo e da intelectualidade brasileira construísse uma nova concepção. (Araújo, 2021 p. 15)

Esta reflexão reforça a importância das políticas públicas, principalmente nas comunidades tradicionais. Nas comunidades ribeirinhas há vários desafios, é necessário que os governantes construam escolas do campo, respeitando a identidade, autonomia e compromisso social e que tenham empatia com a preservação cultural. E, ao mesmo tempo que existem os desafios locais, a professora da comunidade Lirio do Vale viu esperança naquele lugar, onde a comunidade carrega memória, lugar para a professora se inspirar e escrever um livro que expresse a cultura local.

Essa comunidade foi uma das que mais, assim, marcou a minha vida, né? Como profissional. Foi nessa comunidade que escrevi o livro vida ribeirinha, foi lá. Até mesmo o cenário da frente da comunidade. Eu me inspirei, né? Aquela água que, na verdade, vinha subindo da cheia do rio. Então, foi uma comunidade boa. Foi onde expôs as minhas ideias. Os alunos já abraçaram. Toda a comunidade. E, para mim, assim, foi uma das melhores comunidade que eu trabalhei na zona rural foi lá (PRL, 2024).

Ao analisar os desafios enfrentados pelos professores no chão das escolas ribeirinhas e relacionar com a reflexão da professora da comunidade Lirio do Vale, Lima (2024) entende que ‘as comunidades ribeirinhas enfrentam diversos desafios, mas têm o potencial de ser agentes transformadores’. Neste sentido, é no lugar que o professor é o mediador do protagonismo dos estudantes ribeirinhos onde eles se reconhecem, expressam sua identidade, onde os comunitários se tornam parceiros do processo educativo, semeiam esperança para o futuro de sua cultura.

Nas relações entre comunidades tradicionais e a cidade de Beruri, para o estudante I da Escola Estadual Getúlio Vargas, os jogos esportivos acabam atraindo pessoas do interior para Beruri, mostrando como o local (cidade) acaba se tornando um lugar de encontro. Esses eventos esportivos funcionam como pontos de

convergência, onde diferentes comunidades se conectam, trocam experiências e fortalecem laços. Como afirma,

Uma dessas relações é a questão de jogos que está tendo, pois o pessoal lá do interior está vindo para cá jogar. No tempo desse, teve também os jogos dos indígenas aqui. E muitas vezes, enquanto tem jogos aqui em Beruri, vêm pessoas lá do interior. (EBM1, 2024).

O estudante I realiza uma reflexão durante a entrevista sobre as dificuldades que os estudantes das comunidades tradicionais, especialmente os estudantes indígenas, enfrentam dificuldades e ainda assim buscam a educação com seus próprios recursos. Isso demonstra a força de vontade dos estudantes que muitas vezes supera a ausência de políticas públicas.

E relações também nas escolas, que eu vejo também muita dificuldade, porque tem muitos alunos que vêm sem ajuda do governo ou algo do tipo, vêm com vontade própria, com seu próprio dinheiro. Isso é uma das relações, dentro da cidade e do interior (EBM1, 2024).

A análise da reflexão do estudante I fortalece a narrativa em que o espaço escolar funciona como um espelho da sociedade, onde desigualdades econômicas, culturais e sociais se manifestam em interações cotidianas no território. Nesse sentido, o território passa a ser um espaço de construção de identidade e convivência, o que pode tanto reproduzir quanto transformar essas dinâmicas de pertencimento. Demonstra que o combate à desigualdade é um desafio na educação brasileira, como aponta Reis (2012).

Portanto, as atividades de apropriação dos saberes escolares relacionam-se com esse processo. Identificam-se algumas atividades mais pertinentes do que outras quando se trata de enfrentar questões de preconceito, de dificuldade de relacionamento, de dificuldade para aceitar o diferente. Os modos de trabalho que privilegiam o diálogo entre os saberes escolares e os saberes desses jovens podem contribuir, por exemplo, para o estabelecimento de relações menos conflituosas no espaço escolar, ou ainda para problematizar e analisar essas dificuldades de sociabilidade por outros enfoques, a partir do trabalho mediado pelos saberes (Reis, 2012, p. 42).

Ao mesmo tempo em que o estudante avalia a ida de jovens das comunidades tradicionais para a cidade de Beruri com o objetivo de cursar o ensino médio, ele próprio afirma que provavelmente se mudará de Beruri para a cidade de Manacapuru, onde, segundo ele, há maiores oportunidades. Como afirma,

Futuramente, eu pretendo não ficar aqui. Manacapuru é uma cidade que eu gostei muito, que eu acho bem interessante para começar a morar. Ou seja,

futuramente, eu pretendo ir para Manacapuru. E eu sinto muita falta de lá. Porque lá tem mais oportunidade. E o emprego que eu quero, futuramente, estará lá. E é uma cidade que eu sinto muita falta, é Manacapuru. Então, nesse caso, isso é falta de oportunidade aqui em Beruri? Porque aqui em Beruri está faltando muita oportunidade. (EBM1, 2024).

Por meio da entrevista com o jovem estudante I, é possível perceber seu sentimento de pertencimento e o desejo de morar na cidade de Manacapuru, como ele próprio expressa. Entende-se que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são mescladas no processo de apropriação e territorialização do espaço.

A estudante feminina I, em sua entrevista, também manifesta o desejo de deixar seu lugar de origem. Para ela, essa decisão não representa apenas a busca por novas oportunidades, mas também uma jornada de autoconhecimento.

Sinto. Tipo, quanto mais a gente busca o mundo lá fora, mais vontade a gente tem de querer saber mais sobre ele, sobre os conhecimentos que a gente pode explorar, sobre qualquer outro lugar, porque nenhum é igual ao outro. Então, quanto mais a gente explorar mais os lugares, a gente vai se aprofundando mais e vai tendo mais vontade de querer viver aquilo. E é uma experiência muito incrível (EBF1, 2024).

Neste sentido, ao analisar a entrevista da estudante I, observa-se que ela reconhece o lugar como portador de uma singularidade que merece ser vivida. Essa valorização da diversidade espacial reforça a ideia de que o conhecimento não se limita aos livros ou à escola, mas também se manifesta nas ruas, nas culturas, nas pessoas e nas experiências que cada território oferece. Aqui cabe destacar Bausch (2000), quando trata das coisas mais belas da vida:

As coisas mais belas estão quase sempre bem escondidas. É preciso apanhá-las e cultivá-las e deixá-las crescer bem devagar. O que exige uma grande confiança mútua. Pois, afinal, sempre há limites internos a superar. Das muitas perguntas, restam no fim só bem poucas coisas que compõem uma peça. Tudo é virado pelo avesso e repensado a fundo. Cada detalhe sofre um cem número de metamorfoses, até por fim que encontre seu lugar correto (BAUSCH 2000, p.12).

A estudante feminina I comentou também sobre o uso da tecnologia no seu dia a dia, afirmando que “assusta um pouco” expressando uma consciência crítica sobre o tempo presente marcado por avanços tecnológicos, mudanças culturais e novas formas de convivência.

Bom, a sociedade está mudando bastante, então isso me assusta um pouco, mas também ajudaria bastante em relação à sociedade e essas novas coisas que estão acontecendo com o decorrer do tempo (EBF1, 2024).

As mudanças tecnológicas podem contribuir com a preservação da história dos lugares. Para a estudante feminina I as mudanças tecnológicas ‘assustam’, os desafios são grandes através de seu uso, principalmente pelas aceleradas transformações tecnológicas no tempo presente. Já a estudante feminina II, enfatiza que o uso frequente da tecnologia, pode alterar a cultura local, como afirma,

tecnologia pode alterar a nossa cultura aqui local? Creio eu que sim. Se a tecnologia for usada muito, acredito que sim pode dar uma modificada na nossa cultura, no nosso modo de viver e, enfim, nossos costumes (EBF1, 2024).

A tecnologia traz muitos benefícios, mas também influencia diretamente nossa identidade cultural. Como afirma

A era digital transformou profundamente a maneira como nos conectamos, interagimos e formamos nossas identidades culturais. As novas tecnologias e plataformas digitais proporcionaram um espaço sem precedentes para a expressão individual e coletiva, redefinindo os contornos das identidades culturais. Antes vinculadas a espaços geográficos delimitados, hoje elas são moldadas por interações que atravessam fronteiras e culturas (Figueiredo, 2024, p. 02).

Para Athirson (2011), a preservação de identidades culturais locais nesse contexto digital depende da capacidade de adaptação a essas novas ferramentas. Neste sentido, o importante é usar as ferramentas tecnológicas com consciência, valorizando a identidade e a cultura da comunidade local. Neste sentido, o professor 1 de Beruri acredita que a expansão tecnológica tem alcançado áreas mais remotas, e pode promover inclusão digital, além de novas oportunidades tanto na cidade Beruri, como também nas comunidades tradicionais.

Hoje nós temos o acesso à tecnologia, essa tecnologia está presente também nesse contato entre cidades e entorno? Sim, porque o primeiro contato é através das redes, as redes sociais, e as redes sociais facilitam muito isso, assim como também tem essa expansão para outros lugares do Amazonas ou de outros locais [...] O acesso à tecnologia facilita muito, tanto pela questão de energia, eletricamente, tanto pelo acesso à internet, mas como o desenvolvimento de outras tecnologias que possam ser sustentáveis. Porque, na maioria das vezes, a comunidade tem um plano, tem uma ideia, mas ela não sabe como executar. E, quando ela vê uma proposta, ela consegue adaptar e transformar a realidade local. Então, acho que a tecnologia é muito disso. Não tem como fugir da tecnologia (PB1, 2024).

O professor 1 de Beruri, acredita que com o acesso às ferramentas digitais, as comunidades têm ganhado uma nova dinâmica no seu território, dando mais visibilidade às relações entre comunidades tradicionais e a cidade de Beruri, fortalecendo a identidade e cultura local. Cita como exemplo a copa indígena que

ocorreu no município, que foi registrada usando a tecnologia e guardada como memória para futuras gerações da comunidade. Como afirma,

Recentemente tivemos uma Copa Indígena aqui no município de Beruri, então é algo que está tendo muita participação das comunidades. E agora, com o avanço da internet, está facilitando muito esse contato, esse e-mail, e as comunidades estão ganhando uma vida diferenciada. Estão permanecendo em seus locais, seus lugares, mas estão conectadas ao mundo (PB1, 2024).

O relato do professor 1 Beruri remete às hipóteses do trabalho de tese de Pereira (2013), em que realiza um estudo do papel desenvolvido pelas arquiteturas informativas digitais nas suas dimensões culturais e territoriais.

1. O modelo comunicativo digital, conectivo e reticular, favorecendo um tipo peculiar de ação comunicativa desses grupos. Tal ação comunicativa permite a ressignificação das suas localidades para além de seus limites geográficos, apontando para um habitar tecno, informativo e ecossistêmico, formado por posições informativas, articulados pelas interações ecológicas e transorgânicas entre sujeitos, interfaces, informações e territórios. São ensaios, interações, experiências locais, com elementos, identificações e práticas culturais locais com repercussões globais e vice-versa, que ampliam as fronteiras e as noções de lugar;

2. Uma experiência midiática dessas coletividades, ocasionada pela digitalização, possibilita novas formas de expressão de suas identificações étnicas e, por sua vez, reflete a transformação cultural de seus contextos locais e de suas estratégias de representação e de suas diferenças. Isto é, o “local digital” se expressa como a forma dinâmica de uma interação interculturais, mídias digitais e territórios. Essas interações midiáticas habitativas realizadas por esses grupos parecem evidentes para transformações significativas nos mecanismos tradicionais de performatização de suas identificações: há a tomada da palavra por esses grupos, traduzindo-se, por exemplo, no registro escrito e audiovisual (digital) de suas narrativas e memórias.

3. Essa dimensão indica a relação menos instrumental da mídia e das tecnologias digitais, dos suportes de informação e das interfaces comunicativas (Pereira, 2013, p. 20).

Neste sentido, a autora em sua tese, propôs uma abordagem ecológica da comunicação, analisando como os povos indígenas, especialmente os Ikpeng e Tembê, se apropriam das tecnologias digitais para expressar suas identidades, narrativas e territorialidades. Assim, sua hipótese foi confirmada ao demonstrar que as disposições informativas digitais promovem transformações culturais e territoriais nas práticas comunicativas dessas coletividades.

Sobre o sentimento de pertencimento ao lugar o professor 1 de Beruri, em seu relato expressa sentimento de identidade e vínculo com o município de Beruri. Para o

professor, embora Manaus seja reconhecida como uma cidade desenvolvida e funcional, é Beruri que desperta o sentimento de pertencimento. Como afirma,

Gosto de Manaus, acho Manaus legal, acho Manaus bem desenvolvido logicamente, mas não é algo que eu sinta saudade como eu sinto daqui. Eu sinto falta de ter contato em alguns momentos ou outros, tipo, eu vou lá, passeio, vou a trabalho e volto, mas o contato assim por muito tempo, como eu vivo aqui em Beruri, não tanto, eu sinto mais falta de Beruri mesmo. [...] Eu acredito que, como a gente fala, a perspectiva do local e do lugar, tem muito disso, da importância da pessoa estar no local que ela vive, estar no lugar que ela pertence e ir de lá manifestando o seu conhecimento, o seu entendimento sobre isso (PB1, 2024).

Já a professora 2 de Beruri destaca os laços de amizade entre amigos da cidade de Beruri. Porém, mesmo morando na cidade de Beruri sua preferência e relação afetiva está nas comunidades tradicionais (zona rural), onde a natureza representa pertencimento e vínculo com uma vida mais saudável no lugar.

a gente sempre vai ter vontade de ter contato, de conhecer, né? De conhecer, de ter aquela amizade. Mas para a questão de morar, de fixar, eu não tenho vontade. Eu gosto muito da natureza, eu gosto de municípios pequenos, de cidades pequenas, onde a gente possa ter ainda o contato, o tato com as pessoas que hoje muito não tem. Se perdeu essa questão do contato, né? Hoje tudo está virtualmente. E para mim, eu gosto muito do interior, da zona rural, eu gosto de estar na zona rural. Até por causa da questão da qualidade também, qualidade de vida. Eu acredito que seja bem mais saudável. (PB2, 2024).

A professora 2 da escola de Beruri também comentou sobre o espaço escolar onde trabalha, destacando a importância de relacionar o conhecimento local com as trocas de saberes vindos de outras cidades e Estados.

Hoje, a escola está mais aberta à visitação, onde temos alunos que fazem essa visita em outras cidades, com participações em feiras nacionais. Então, a gente está dando um pulo, um salto muito importante em abraçar os conhecimentos de fora e também a gente mostrar um pouco daqui. É uma troca de conhecimento, né? Então, hoje, a escola está caminhando para isso (PB2, 2024).

Sobre o uso da tecnologia a professora 2 de Beruri destacou também que ela tem um papel fundamental na escola, desde que seja utilizada corretamente. No livro *Letramento Digital: O futuro da Educação*, organizado por Silva, Souza e Cordeiro (2021), os autores Santos e Silva destacam que,

Os professores tornam-se capazes de decodificar a linguagem, de certo modo, rústica do aluno que vem do meio rural do Amazonas. E com auxílio dos computadores, da internet podem integrar a linguagem digital globalizada com a linguagem da atualidade regional, sem discriminar a local. Promovendo cenários dialógicos, e por seguinte a transformação da sociedade local, tornando a escola amazonense do meio florestal mais construtiva e criativa. Pois as tecnologias digitais podem abrir perspectivas, até então inéditas, nas

regiões ou territórios onde a geografia se constitui em obstáculo à comunicação. Assim, podemos perspectivar que o letramento digital pode alterar a organização do território Amazônico promovendo o desenvolvimento educacional e na floresta amazônica. (Silva; Souza e Cordeiro, 2021, p.03)

Neste sentido, para a professora 2 de Beruri, não é possível ignorá-la, pois todos estamos inseridos nesse contexto. Como afirma,

a tecnologia em uma escola, ela contribui muito. Claro, sabendo usar de forma correta. A tecnologia, a gente não pode fugir da tecnologia, professor. A gente não pode estar fora do mundo. Tecnologia é informação. E como nós estamos inseridos dentro desse mundo, a gente não pode ficar fora da tecnologia. Ela também traz malefícios para quem não sabe usar, mas ela também tem benefícios para ajudar na sociedade em vários aspectos. E ela contribui muito, muito no andamento da sociedade. Então, eu sou muito a favor, né? Porque ela tem, sim, benefícios. (PB2, 2024)

O uso inadequado da tecnologia pelos estudantes, pode trazer prejuízos. Mas seus benefícios são inúmeros: ela facilita o acesso ao conhecimento, amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem, como apresentado nos resultados da pesquisa de Tenorio *et al*, (2025), em que afirmam,

Além do mais, os principais resultados revelaram que, embora as tecnologias digitais ofereçam grande potencial para a inovação didático-pedagógica, sua efetividade depende diretamente da infraestrutura disponível nas escolas, da formação continuada dos professores e do engajamento institucional em promover práticas integradas ao contexto tecnológico. Observou-se também que, quando bem empregadas, as TDIC favorecem metodologias ativas, aprendizagem colaborativa e desenvolvimento de competências digitais, especialmente quando há suporte técnico e pedagógico Tenorio et al, (2025, p. 15).

Outros estudos, como por exemplo a pesquisa TIC Educação (CETIC.BR, 2020) apontam que, apesar dos avanços, o uso pedagógico das tecnologias ainda é incipiente em muitas escolas e reforçam a necessidade de consolidar essas práticas. Outros autores, como (Colaço, 2010, p. 06) avaliam que,

A disponibilidade da rede, acessível a todos em qualquer lugar, favorece a universalização do conhecimento e a democratização da tecnologia, deixando de ser um monopólio dos países ricos ou mesmo da elite econômica dos países pobres. Apesar de termos consciência de que a internet não resolverá todos os problemas da humanidade, podemos afirmar que a expansão da tecnologia da informação servirá como mecanismo de libertação e independência de comunidades.

Nas comunidades tradicionais e na cidade de Beruri, por meio das entrevistas e observações realizadas nesta pesquisa, observou-se que a relação dessas comunidades com a tecnologia tem desempenhado um papel fundamental. A tecnologia é utilizada tanto entre moradores e familiares das comunidades quanto em

outras cidades e passa a ser instrumento de aproximação e de valorização das expressões culturais e da identidade local.

Esse conhecimento construído a partir do local, pelas comunidades tradicionais, por meio da abordagem Steam, a partir das oficinas, possibilitou compreender que tais conhecimentos podem interagir com os de outras partes do mundo, com a utilização das novas tecnologias, principalmente com a internet.

Por fim, a tese apresenta como principais resultados a resistência das comunidades tradicionais diariamente, reafirmando no território a identidade, cultura memória, efetividade e pertencimento. Onde o lugar é entendido como espaço de saberes ancestrais e experiências de vida e o local como dimensão multiescalar que conecta o comunitário ao regional, nacional e global. Neste sentido, o desenvolvimento das oficinas Steam contribuíram com inovação nas comunidades tradicionais sem romper com a ancestralidade local.

E a relação do homem com a floresta e com o rio Purus se apresenta como fonte de vida, de sustento e abrigo. Além de ser espaço educativo para desenvolver conhecimentos, tanto dos comunitários tradicionais como também dos que vivem na cidade de Beruri. Assim, o processo de interação entre o homem e a natureza, ou seja, o rio e a floresta, apresentam-se como sujeitos de saber para seus moradores.

5. CONCLUSÃO

Ao chegar nas considerações finais desta pesquisa, entende-se que não se trata de apresentar uma conclusão definitiva ou encerrar a tese, mas refletir sobre as contínuas lutas diárias dos povos das comunidades tradicionais que resistem para existir. É, também, a certeza de abrir espaço para novas discussões e reflexões sobre a compreensão de território, na perspectiva do lugar e do local, no contexto da produção de conhecimento em comunidades tradicionais. É falar de identidade, pertencimento, e retornar como pesquisador e filho de comunidade tradicional, sendo voz da comunidade, da floresta e do rio.

É viver e sentir o poder da natureza, reconhecer sua importância para a humanidade. Ao mesmo tempo, é presenciar os impactos e as ações de agressão praticadas por empresários de vários ramos que utilizam o rio e a floresta como mercadoria. Essas práticas atingem de forma mais intensa as comunidades tradicionais, que tanto reafirmam sua relação de proteção e cuidado com esse território.

Durante a pesquisa de campo, observou-se, por exemplo, quando uma criança de quatro anos da etnia Apurinã relatou aos seus pais que gostaria de ganhar de presente de aniversário uma canoa para navegar no rio Joari, um dos afluentes do rio Purus, localizado na região de Beruri. Provavelmente, uma criança da cidade de Beruri ou de outra cidade desejaria ser presenteada com algum equipamento eletrônico.

É neste sentido que a relação com a natureza, nas comunidades tradicionais se revela importante. Como afirmam os próprios comunitários: “os primeiros passos têm que ser no chão da comunidade e o primeiro banho tem que ser no rio Purus”. Essa vivência proporciona conhecimento sobre a floresta e o rio, no sentido de abrigo para cada habitante do lugar.

Já no início a pesquisa revelou que a relação do homem com a natureza expressa outros saberes, nos quais o território, para essa população tradicional, é considerado um agente educativo. E o cuidado e respeito com a natureza constroem saberes que se perpetuam entre gerações e que se revelam fundamentais para a conservação da biodiversidade e para a sustentabilidade.

Assim, as comunidades tradicionais da região de Beruri, não representam somente um espaço geográfico, mas um patrimônio vivo, cuja preservação depende do reconhecimento e da valorização dos saberes locais, da interculturalidade e da participação ativa dessas comunidades.

No capítulo dois analisou-se o conceito de “lugar” e “local” na perspectiva territorial, evidenciando que ambos se constituem como expressões vividas e construídas socialmente, carregadas de significados, afetividades e identidades nessas comunidades pesquisadas, assim como entre os habitantes da cidade de Beruri.

Neste sentido, o território é mais que uma delimitação física: é um processo social em constante construção nessas comunidades. É no território que o lugar e o local se encontram, como expressão da identidade de um povo. O lugar é onde se desenvolvem os saberes ancestrais e as experiências de vida, que é marcado pela memória e pela relação simbólica entre humanos e natureza, tornando-se território de pertencimento e identidade. Já o local, por sua vez, quando analisado no contexto das múltiplas escalas de análise (local, regional, nacional, global, entre outras), permite compreender os fenômenos de identidade sociocultural e política própria das populações tradicionais e habitantes da cidade de Beruri.

Sendo assim, a floresta e o rio na região de Beruri, sustentam e se tornam abrigo para essas comunidades tradicionais. Além disso, assumem papel educativo, espaço de resistência, pertencimento, memória, espiritualidade e identidade coletiva, reforçando a relação de cuidado entre o homem e a natureza.

No capítulo três, por sua vez, discutiu-se o processo de formação da região de Beruri, evidenciando a compreensão dos fatores históricos, como é o caso da vivência cultural de seu povo com o território, carregando memórias, significados e afetividades, que moldam sua identidade e que é repassada para as futuras gerações.

Ao refletir sobre as comunidades tradicionais da região, a pesquisa aponta que a ocupação humana sempre esteve ligada aos recursos naturais, em especial à floresta e o rio Purus, que serviram como vias de comunicação, subsistência e desenvolvimento econômico para as comunidades pesquisadas. Os conhecimentos ancestrais de preservação cultural e ambiental são repassados para as próximas gerações e sustentam práticas de manejo e uso dos recursos.

A pesquisa revela ainda que a interação entre a sociedade e natureza é que garante a continuidade da cultura e da identidade local. O estudo reforça que a valorização do conhecimento tradicional e a busca por modelos sustentáveis de desenvolvimento são fundamentais para assegurar o futuro da região, mantendo o equilíbrio entre conservação ambiental e qualidade de vida da população local.

O capítulo quatro apresentou a interação entre homem e natureza por meio dos relatos, mapas mentais e desenhos coletados. O território tem sentido de pertencimento, memória, espiritualidade e proteção dessas comunidades. Como apresentado nas observações, relatos, desenhos e mapas mentais elaborados pelos membros das comunidades indígenas e ribeirinhas, o território foi destacado como fonte de vida, sustento e equilíbrio para a população local. Como exemplo destaca-se, a prática do manejo do pirarucu, tambaqui, castanha, açaí etc. que reforçam a importância da sustentabilidade e da preservação ambiental.

A pesquisa apontou desafio, principalmente na comunidade indígena Apurinã, onde as entrevistas dos professores indígenas, do cacique e da liderança relataram a perda gradual da língua materna Apurinã entre os jovens. Por outro lado, ao analisar os relatos dos entrevistados e das observações realizadas durante a pesquisa, fica evidente que os saberes tradicionais são fundamentais para fortalecer a identidade cultural, garantindo através da relação do homem com a natureza a preservação dos recursos naturais e o equilíbrio sustentável nessas comunidades.

E o capítulo cinco apresentou o conhecimento construído a partir do local pelas comunidades tradicionais, por meio da abordagem Steam. A pesquisa evidenciou que o conhecimento construído a partir do local é resultado da interação entre memória, práticas cotidianas e saberes tradicionais, que se articulam com o ambiente natural e social.

Neste sentido, os resultados dos relatos e representações dos mapas mentais, desenhos e entrevistas nas comunidades tradicionais e na cidade de Beruri, evidenciaram que o conhecimento construído a partir do local demonstra que a natureza apresenta proteção e equilíbrio, reforçando a necessidade de preservação ambiental e respeito às práticas tradicionais.

Além disso, a pesquisa reforça que a valorização dos saberes locais e a integração com as oficinas de abordagem Steam são importantes para continuação

do desenvolvimento dessas populações e de seus saberes, fortalecendo a identidade e a cultura nestas comunidades.

Por fim, o conhecimento construído a partir do lugar e local no território das comunidades tradicionais e na cidade de Beruri fortalece o reconhecimento dos saberes tradicionais e a inovação, através das oficinas que são desenvolvidas com a abordagem Steam, garantido a continuidade da identidade e cultura indígenas e ribeirinhas, bem como a preservação dos recursos naturais nestas comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural**: agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Brasília: IPEA, 1998. 25p.
- ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à Etnobotânica**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.
- ALBAGALI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.
- ACUÑA, Cristóbal de. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- ALENCAR, M. Esqueletização de folhas: técnica artesanal e aplicações decorativas. **Revista Casa e Jardim**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 45–49, 2025.
- ALMEIDA, Rosângela; RIGOLLIN, Tânia. **Geografia: espaço e vivência**. São Paulo: FTD, 2001.
- AMATUZZI, Mauro Martins. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, Vol. 13, n. 1, 5-10, 1996.
- ANA. **Plano estratégico de recursos hídricos da bacia Amazônica**: afluentes da margem direita. Agência Nacional de Águas: Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br>. Acesso em: 20 out. 2022.
- ARANGO, Raúl; SÁNCHEZ, Enrique. **Los pueblos indígenas de Colombia en el umbral del nuevo milenio**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2004.
- ARAUJO, Claudiana Rafaela de Lima; AGUIAR, Eliene da Silva. **Educação na zona rural: dificuldades no processo de ensino e aprendizagem**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, UFRPE. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3861/1/tcc_art_elieneaguiareclaudianaaraujo.pdf. Acesso em: 08 set. 2025.
- ARAÚJO, Eduardo Fernandes; Bonfim, Eduardo Soares Bonfim. **Comunidades tradicionais, extensão universitária, advocacia popular e as relações processuais no acesso à justiça**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/3ccjdcjprobex2013645.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.
- ARAÚJO, Ana Cláudia de Souza; CANTO, Luís Otávio do; CARVALHO, André Cutrim; AIRES, Alana Paula de Araujo; BASTOS, Rodolpho Zahluth. **O Polo Industrial de Barcarena, no Pará, como Principal Gerador de Externalidades (Negativas), sob**

a ótica de Compreensão das Lideranças Locais: uma pesquisa in loco. In: SILVA, C. N da S.; PAULA, C. Q. de; SILVA, J. M. P. da. (Orgs.). *Produção Espacial e Dinâmicas Socioambientais no Brasil Setentrional*. Belém-PA: GAPTA/UFPA, V. 1, p. 237-254, 2019.

AMAYO, Z. Enrique. **Por qué estudiar la formación histórica y la problemática actual de la Amazonia? Espiral:** Estudios sobre Estado y Sociedad. Universidad de Guadalajara. Mayo/agosto de 1999, volumen V. p. 73-105.

APURINÃ, Francisco; CÂNDIDO, Francisco de Moura. **Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas.** 2020.

ATHIRSON, Felipe. **Relações sociais na sociedade contemporânea.** São Paulo, 2011.

BACELAR, Tania. **Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: os desafios da multidimensionalidade – uma visão a partir do Brasil.** In: Bacelar, Tânia et al. **Gestão social dos territórios.** Brasília: IICA, 2009 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10) p. 35 a 52. Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-10.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2023.

BAGGIO, Claudia Carmem et al. **Uso da Tecnologia Digital pelos povos indígenas no Brasil: um estudo na Aldeia Kaingang. Investigación bibliotecológica,** v. 37, n. 97, p. 175-194, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BACICH, Lilian; MORAN, José. (Org.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BAUSCH, Pina. **Dance senão estamos perdidos.** In: Folha São Paulo, Caderno Mais, Domingo, 27 de agosto de 2000, p.11-13.

BECKER, B. K. COSTA, R. H. SILVEIRA, C. D. B. (orgs.). **Abordagens Políticas da Espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1974.

BESSA FREIRE, José Ribamar. **Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia.** 2005. 239f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BYBEE, R. W. (2010). **Technology and Engineering Teacher Advancing STEM Education:** A 2020 Vision. Virginia – EUA, V.70, pp. 30-35. Acesso em: 10 mai. de 2025.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Trad. de Ávila, M; Reis, E. L. e Gonçalves, R. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLACKLEY, S.; HOWELL, J. A. Stem narrative: 15 years in the making. **Australian Journal of Teacher Education**, v. 40, n. 7, p. 102-112, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14221/ajte.2015v40n7.8>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação** Petrópolis: Vozes, 2007.

BONNEIMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural**: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p.83-132.

BRASIL. **Ministério da educação**. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/secretarias-e-escolas/30000-uncategorised/61911-base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Petição 3.388 – RR. Relator Ministro Carlos Ayres Britto. Brasília. 3 de abr. 2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2288693>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL, **Ministério do Meio Ambiente**. Programa Nacional de Áreas Protegidas, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRANDÃO, Ana Paula; FACUNDES, Sidney da Silva. **Estudos comparativos do léxico da fauna e flora Aruák**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 2, p. 109-131, mai-ago. 2007.

BROT, Felipe Carnevalli de. **Os mundos entre nós: Políticas do espaço no cinema documentário**. 2019, 171 f. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2019.

CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Cartografia escolar e o pensamento espacial fortalecendo o conhecimento geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 7, n. 13, p. 207-232, 2017.

CASTRO, A. et al. Agricultura Familiar: Principal Fonte de Desenvolvimento Socioeconômico e Cultural das Comunidades da Área Focal do Projeto Piatam In: **Comunidades Ribeirinhas Amazônicas-Modos de Vida e Uso dos Recursos Naturais**: cap. III – Manaus: EDUA, 2000.

CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso; ACUNÃ, Cristóbal de. **Descobrimiento do Rio das Amazonas**. Trad. C. de Melo Leitão. Companhia Editora Nacional. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, 1942. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br>. Acesso: 02 out. de 2023.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa. *Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia*. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, jan./abr. 2003. Disponível em: SciELO – <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qBnLKnFDVcxngyZPqBP6CHS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2025.

CERDOTES, Angélica; BÜHRING, Marcia Andrea. Um repensar ecológico para a efetiva proteção dos recursos naturais: por uma relação de cuidado e respeito com a natureza. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 1-22, 2022.

CETIC.BR – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. TIC Educação 2019: **pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

CHAVES, G. P.; FURTADO, L. G. Entre rios, furos e igarapés: o ambiente aquático no imaginário social dos ribeirinhos de uma sociedade Amazônica. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Universidad de Málaga, p. 1-13, jun. 2017. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2017/02/index.htm>. Acesso em: 04 abril. 2023.

CHAVES, Patrícia; FURTADO, Fabrício. **Povos das águas: identidade ribeirinha e políticas públicas**. Belém: UFPA, 2017.

CHAVES, M. do P. S. R. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências. UNICAMP/CIRED, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287073>. Acesso em: 04 abril. 2023.

CESCO, Andréa; BEZERRA, Mara Gonzalez. Percurso tradutório em textos históricos sobre A viagem de descobrimento do rio Amazonas. **Cadernos de Tradução**, v. 41, n. spe1, p. 213-230, 2021.

CIDESP. **Texto a Natureza: Reflexões e Inspirações Verdejantes**. *Cidesp*, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://cidesp.com.br/artigo/texto-a-natureza/>. Acesso em: 06 jul. 2025.

COLINO, Stacey. A natureza é um bom remédio para o corpo e a mente: a ciência explica o porquê. **National Geographic Brasil**, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2023/07/a-natureza-e-um-bom-remedio-para-o-corpo-e-a-mente-a-ciencia-explica-o-porque>. Acesso em: 06 jul. 2025.

COELHO, Mapu Huni Kuin. **Cosmometria indígena: geometria sagrada dos povos originários**. São Paulo: Instituto Maracá, 2021.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a**

proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 225-257, 2000.

COLAÇO, Thais Luzia; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 1, n. 1, p. 207-230, 2010.

COHN, Clarice. Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa. **Perspectiva**, v. 23, n. 02, p. 485-515, 2005.

Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução n. 1, de 3 de abril de 2002, Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

CONNOR, A.M.; KARMOKAR, S.; WHITTINGTON, C. From STEM to STEAM: Strategies for enhancing engineering & technology education. **International Journal of Engineering Pedagogies**, no.5, v.2, p. 37-47, 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.3991/ijep.v5i2.4458>. Acesso em: 20 mai. de 2022.

CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA-CIMI -Textos e pretextos sobre educação indígena. **Revista da Articulação Nacional de Educação – ANE – ano 2, n. 2**, abril de 2002.

CORRÊA, S. & SILVA, M. Trabalho, saberes, identidades e tradições nas comunidades rurais-ribeirinhas. In: OLIVEIRA, I. (Org.). **Cartografias ribeirinhas: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizados amazônidas**. Belém: CCSE-UEPA, 2008.

CORREA, François. Los Kuwaiwa: **Creadores del universo, la sociedad y la cultura**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1997.

COUTINHO, Maria Silva. A etnolinguística dos povos Tikuna: tradição e identidade. 2018. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

COSTA, Carla Xavier da et al. **Educação ambiental e sustentabilidade em uma abordagem STEAM no contexto do ensino médio**. 2025.

CUNHA, E. da. **À margem da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. **Revista de Geografia da Universidade do Amazonas**, Manaus, v. 1, n.1, p. 105-122, jan./dez.1999.

CRUZ, V. O Rio como espaço de referência identitária na Amazônia: considerações sobre a identidade ribeirinha. **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

CRUZ, Tereza Almeida. Jaminawa Arara - A união de dois povos. In. Povos do Acre: **História Indígena da Amazônia Ocidental**. Rio Branco (AC): Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM), 2002.

DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. Companhia das Letras, 2020.

DE AZEVEDO, Mariângela Oliveira; OLANDA, Elson Rodrigues. O ensino do lugar: reflexões sobre o conceito de lugar na Geografia. **Ateliê Geográfico**, v. 12, n. 3, p. 136-156, 2018.

DE SOUZA, Manoel Nascimento; BARBOSA, Erivaldo Moreira. Direitos indígenas fundamentais e sua tutela na ordem jurídica brasileira. **Revista Âmbito Jurídico**. Disponível em: https://www.academia.edu/download/33063263/Direitos_indigenas_fundamentais_e_sua_tutela_na_ordem_juridica_brasileira_-_Constitucional_-_Ambito_Juridico.pdf. v. 14, 2011. Acesso em: 26 mar. 2024.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

DIAS, Carlos Alberto. Povos indígenas do Noroeste Amazônico: **história, território e resistência**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2019.

DIAS, Mônica Nazaré Pincanço. **A proteção jurídica transnacional dos conhecimentos tradicionais dos povos amazônicos**. Tese de Doutorado - Univali, Itajaí, 2013. Disponível em: http://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/42/TESE_REAJUSTAD A%20Monica%202013.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo, Hucitec. 2001. 169 p.

DINIZ, Francisco Perpetuo Santos. **Territórios e territorialidades de comunidades extrativistas na dinâmica de apropriação e uso do patrimônio natural no interior e entorno do Parque Ambiental de Mosqueiro-PA**. 2022 182 f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal do Pará, Belém. 2022.

DORRICO, Julie. **Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária**. DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.) *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção [recurso eletrônico] / Julie Dorrico; Leno Francisco Danner; Heloisa Helena Siqueira Correia; Fernando Danner (Orgs.)* -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 227-254, 2018.

EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion. **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil**. Brasília, DF: editoras técnicas Embrapa, 2019.

ERTHAL, R. M. **O suicídio Ticuna na Região do Alto Solimões - AM**. 2001 303 f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em saúde pública) Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

ELISABETSKY, E. Etnofarmacologia. **Ciência e Cultura**, v. 55, n. 3, pp. 35-6, 2003.

ETGES, Virgínia Elisabeta; DA SILVA, Fabio Gomes; DO NASCIMENTO, José Antonio Moraes. O Rio Purus como Estrada de Acesso ao Ensino Médio para Estudantes de Comunidades Tradicionais de Beruri-AM. **Ágora**, v. 27, n. 1, p. 156-170, 2025.

ETGES, Virginia E. O “Lugar” e o “Local” no contexto de Desenvolvimento Territorial. **Anais** do III Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional – SLAEDER, Unijuí, 2022.

ETGES, Virginia E. A Região como arranjo territorial particular. **Redes**, 29(1). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024. <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.19916>.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FACUNDES, Sidney da Silva. Historical linguistics and its contribution to improving the knowledge of Arawak. In: HILL, Jonathan D.; Santos-Granero, Fernando (Orgs.) **Comparative arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazônia**. Illinois: University of Illinois, 2002. p. 74-96.

FACUNDES, Sidney da Silva. **The language of the Apurinã People of Brazil (Maipure/Arawak)**. Buffalo: University of New York, 2000.

FAULHABER, Priscila. Etnia Miranha. **Povos Indígenas no Brasil**. Instituto Socioambiental PIB/ISA. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Miranha>. Acesso em: 22 out. 2023.

FERREIRA, Damile de Jesus; PROFICE, Christiana Cabicieri. Os (entre) laços com a terra, o lar e o lugar: topofilia e percepção ambiental de uma comunidade rural da Bahia. **Interações (Campo Grande)**, v. 22, n. 1, p. 37-49, 2021.

FERNANDES, D. A. **Avaliação de quatro métodos de extração e quatro formas de conservação do amido de mandioca (Manihot esculenta Crantz)**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM. Manaus, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FIGUEIREDO, AS de et al. A Construção da Identidade Cultural na Era Digital. **Revista ft**, p. 45-46, 2024.

FONSECA, F.; OLIVA, J. **Cartografia: princípios e aplicações**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

FRAXE, T. de J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D’INCÃO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. (org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém, PA: ICSA-UFPA, 2009. p. 65-72.

FURTADO, Mariana Kosiba. **O estado da arte da educação steam por meio do bibliometrix**. 2023 116 f. Mestrado. (Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino) Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí. 2023.

GAROFALO, D. Como levar o STEAM para a sala de aula. **Nova Escola**. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/18021/como-levar-o-steam-para-a-sala-de-aula>. Acesso em: 05 set. 2020.

GARNELO, L. Poder, Taxonomias das Doenças entre os Índios Baniwa (Arawak) e Desana (Tukano Oriental) do Alto Rio Negro (Brasil). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 231-260, jul./dez. 2006.

GENTIL, Janete. A noção do Urbano em Áreas de Fronteira: uma revisão teórica. In: **Seminário sobre Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1988.

GENTIL, Gabriel. Bahsariwii: **a Casa de Danças**. Hist. cienc. Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, supl. p. 323-327, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 13 jun. 2024.

GLIELMO, Gustavo Ferreira. O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759): **reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América equinocial**. 2011.

GUITARRARA, Paloma. **"Floresta Amazônica"; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/floresta-amazonica.htm>. Acesso em: 05 mai. 2024.

GURGEL DO AMARAL, Gustavo. **Geografia da Re-Existência: Conhecimentos, Saberes e Representações Geográficas na Educação Escolar Indígena do Povo Oro Wari – RO**. 2016 260 f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

HADJI, Charles. **Avaliação Desmistificada**. 1ª ed. Brasil: Artmed, 2004. 136 p.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, p. 33-56, 2007.

HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. In: COSGROVE, D.; DANIELS, S. **The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments**. New York: Cambridge University Press, 1988. Traduzido e publicado em português em *Confins*, n. 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724> – Mapas, saber e poder. Acesso em: 19 set. 2025.

HARRIS, Santos, **Encantados e Panema numa Comunidade Amazônica** (mimeo). 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2000.

HECKENBERGER, Michael J Rethinking the Arawakan Diaspora: hierarchy, regionality, and the Amazonian formative. In: HILL, Jonathan D.; SANTOS-GRANERO, Fernando (Orgs.). **Comparative arawakan histories: rethinking language family and culture area in Amazônia**. Illinois: University of Illinois, 2002. p. 99-122.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: Artmed, 1998. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Inpe). Monitoramento da Floresta, São José dos Campos 2004.

HENRIKSEN, D. Creating STEAM with Design Thinking: Beyond STEM and Arts Integration. **The STEAM Journal**. v. 3, n. 1, p.1-15, Article 11, nov. 2017.

HERRO, D.; QUIGLEY, C. Exploring teachers' perceptions of STEAM teaching through professional development: implications for teacher educators. **Professional Development in Education**, v. 43, n. 3, p. 416-438, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19415257.2016.1205507>. Acesso em: 03 set. 2023.

HEMMING, John. **Fronteiras Amazônicas: a derrota dos índios brasileiros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1978].

Husserl, E. **The Crisis of European Science and transcendental phenomenology**: Northwestern University Press, New York, 1970.

HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas: Introdução à Fenomenologia**. Porto, Portugal: Edições Rés, 2000.

ICMBio. Ministério do Meio Ambiente. **Répteis- Podocnemis unifilis– Tracajá**. Disponível em: < <https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/estado-de-conservacao/7426-repteis-podocnemis-unifilis-tracaja>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Beruri – Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/beruri/panorama>. Acesso em: 05 set. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “Produto Interno Bruto”. **Portal Eletrônico do IBGE** [2019]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/beruri/panorama>. Acesso em: 13 mar. 2023.

IKESHOJI, Elisângela Aparecida Bulla et al. UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE A INTEGRAÇÃO DE PROJETOS, ABORDAGEM STEAM, ROBÓTICA CRIATIVA E SUSTENTÁVEL NO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO. **REI-Revista de Educação do UNIDEAU**, v. 5, n. 1, p. e258-e258, 2025.

INSTITUTO ECO BRASIL. **Comunidades ou Populações tradicionais**. Disponível em: <http://www.ecobrasil.eco.br/noticias-rodape/1272-comunidades-ou-populacoes-tradicionais>. Acesso em: 07 jul. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos Indígenas no Brasil 2001/2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terra indígena Itixi Mitari**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4133>. Acesso em: 07 set. 2023.

JORNAL OPÇÃO. **Estudo do IBGE revela fuga dos jovens do interior para os centros urbanos**. Goiânia, 3 out. 2021. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/estudo-do-ibge-revela-fuga-dos-jovens-do-interior-para-os-centros-urbanos-355417>. Acesso em: 06 jul. 2025.

JUZINSKAS, Leonardo Gonçalves. Breves apontamentos acerca de causas e consequências na adoção do marco temporal em matéria de terra indígena. **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União**, n. 53, p. 13-40, 2019.

KARIB, A. Línguas indígenas do Brasil. Manaus: Editora Amazônica, 1994.

KOPENAWA, D., & ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami** (B. Perrone-Moisés, Trad., & E. Viveiros de Castro, Pref.). São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

KOCHE-GRÜNBERG, Theodor. Dois anos entre os indígenas: viagem ao noroeste do Brasil (1903-1905). Manaus: **EDUA/FSDB**, 2005.

KROEMER, G. 1985. **Cuxiuara o Purus dos indígenas**: Ensaio etnohistórico e etnográfico sobre os índios do médio Purus. São Paulo: Loyola. 172 pp.

LARRAIN, Jorge. **El concepto de identidad**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 21, p. 30-42, ago. 2003.

LEITE, Yonne. **As várias faces da pesquisa com línguas indígenas brasileiras**. In: Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, 19. Actas [...]. Lisboa, out. 1943.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 66-76, 2016.

LIMA-AYRES, Déborah. A construção histórica da categoria caboclo. Sobre estruturas e representações sociais no meio rural. In: **Novos Cadernos NAEA**, vol 2, nº NAEA 2, UFPA. 1999.

LIMA, Adriano Guimarães; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Desafios e perspectivas: a educação básica nas comunidades ribeirinhas como agente transformador. **Revista Ft, Rio de Janeiro, jan, 2024**.

LIMA, Jackeline. Educação indígena: o desafio de sair da comunidade para estudar na universidade. **Amazônia Real**, 26 jan. 2020. Disponível em:

<https://amazoniareal.com.br/educacao-indigena-o-desafio-de-sair-da-comunidade-para-estudar-na-universidade>. Acesso em: 06 jul. 2025.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras, 2001.

LOPES, Ronnielle de Azevedo. **Temējakrekatê: gnosecídio, resistência e transcolonialidade dos saberes tradicionais no Vale do Tocantins-Araguaia**. 2021. 350 f. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação escolar indígena: um caminho para a nossa grande esperança**. Brasília: MEC, 1996.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação para o manejo sustentável do mundo: educação escolar indígena e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. Entre os rios da memória: história e resistência dos Cambeba na Amazônia brasileira. In: SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina Carvalho. (Orgs.). **Rastros da memória: história e trajetória das populações indígenas na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2006.

MACEDO, Magiles de Souza. **Movimento, Educação escola indígena e os processos de (re)afirmação dos Kambeba na região do Médio Solimões – AM**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.

MAFRA, Sandoval da Silva. A Visão Amazônica do Pe. Cristóbal de Acunã: Da viagem à Invenção da Amazônia. **Revista Língua e Literatura**, n. 30 pp. 217-234, 2012.

MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. da (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte** - relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MARQUES, G. de S. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARGINSON, S.; FREEMAN, R.; ROBERTS, K. STEM. Country comparisons: international comparisons of science, technology, engineering and mathematics (STEM) education. **Australian Council of Learned Academies**, 2013.

MARTÍN MATEO, Ramón. **Tratado de Derecho Ambiental**. Madrid: Trivium, 1992.

MATARESI, ANDRÉA. **Histórias que o rio traz – reflexões sobre o enraizamento em uma comunidade ribeirinha da Amazônia** / Andréa Mataresi; orientador Bernado Parodi Svaartman. – São Paulo, 2013.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de

Almeida (Orgs.). **Temas Setecentistas: Governos e Populações no Império Português**. Curitiba: UFPR, 2009. p. 85-94.

MILLER, Darrel. Itá em 1974: um epílogo. In: WAGLEY, Charles: **Uma comunidade amazônica**. comunidade amazônica São Paulo: Editora Nacional, 2ª edição. 1977.

MINISTÉRIO DE CULTURA – **REPÚBLICA DE COLÔMBIA**. *Tatuyo: cultura, lengua y territorio*. Bogotá: Dirección de Pueblos Indígenas, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Pesca no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/pesca-no-brasil>. Acesso em: 07 mai. 2025.

MINAYO, MCS. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Cien Saude Colet** 2007; 11(Supl.):1259-1267.

MITRE, Sandra Minardi et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & saúde coletiva**, v. 13, n. suppl 2, p. 2133-2144, 2008.

MORAES, S. C. de. 2007. **Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA.

MORÁN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. São Paulo: Vozes, 1990. (Coleção Ecologia & Ecosofia).

MOREIRA, E. C. P. **Justiça socioambiental e direitos humanos: uma análise a partir dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2017.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. In: HOORNAERT, Eduardo (Ed.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 63-120.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **Índios da Amazônia de maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

Moreira, Pablo Patrick Lopes. **Identidade territorial ribeirinha: mudanças e permanências na comunidade de Tamanduazinho no município de Cameté- PA** / Pablo Patrick Lopes Moreira. — 2023.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. **O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia**. *Novos Cadernos NAEA*, v. 22, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6547>. Acesso em: 06 jul. 2025.

NETO, F. R.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/97408>. Acesso em: 25 set. 2022.

NORONHA, José Monteiro de. Roteiro da viagem da cidade do Pará, até as últimas Colônias do Sertão da Província/Pe. Dr. José Monteiro de Noronha (fac-similado). Manaus: Edições Governos do Estado do Amazonas/ Secretária de Estado da Cultura. **Coleção Documentos da Amazônia**, nº 102. 2003. p. 27.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **O nosso governo**: os ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, I. MOTA NETO, J. Saberes da terra, da mata e das águas, saberes culturais e educação. In: OLIVEIRA, I. (Org.). **Cartografias ribeirinhas**: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: CCSE-EUPA, 2008.

OLIVEIRA, Livia de. O sentido de lugar. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; OLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 3 - 16.

OLIVEIRA, KARLA. **Povos e comunidades tradicionais: metodologias de autoidentificação e reconhecimento** / Karla Oliveira, Sérgio Sauer. – Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2021.

OSOWSKI, Raquel. O marco temporal para demarcação de terras indígenas, memória e esquecimento. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 2, p. 320-346, 2017.

PALADINO, Mariana. Estudar e experimentar na cidade: trajetórias sociais, escolarização e experiência urbana entre “jovens” indígenas Ticuna, Amazonas. 2008. 366 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Eliete da Silva. **O local digital das culturas** – as interações entre culturas, mídias digitais e territórios / Eliete da Silva Pereira; orientador Waldenyr Caldas. 7 São Paulo, 2013.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As representações espaciais no ensaísmo brasileiro de expressão amazônica**. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. Mura, guardiães do caminho fluvial. Estudos e Pesquisas, **FUNAI**, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 133-155, 2006.

PFEIFFER ML, Murguía D, Gandhi I. **Ecología y sustentabilidad**: el fantasma de la pobreza. Medicina y Humanidades. Santiago de Chile. 2010; (1):41-51.

PINHEIRO, Maria Lenir Rodrigues. **Governança Participativa como Proteção dos Saberes dos Conhecimentos Tradicionais**: uma análise a partir das Comunidades Ribeirinhas do Polo 2 da RDS do Rio Negro. 2021. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência

Jurídica) - Programa de Pós-graduação em Ciência Jurídica, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí-SC, 2021.

PINHEIRO, Maria Lenir Rodrigues; VIEIRA, Ricardo Stanziola. Sustentabilidade e governança participativa. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**. V. 3, n. 2, p. 119-135, Florianópolis, jul/dez,2017, p.121. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0057/2017.v3i2.2593>. Acesso em 10 mar. 2021.

POJO, E. C. et al. As águas e os Ribeirinhos: beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação, Abaetetuba**, v. 8, n. 11, p. 176-198, ago. 2014.

PORANTIM, “**Ameríndia, Levanta-te!**”. Página 2, janeiro de 1979.

PORRO, Antônio. História indígena do Alto e Médio Amazonas: séculos (XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992, pp. 175-1986.

POSEY, Darrel. A. **Os Kayapó e a natureza**. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 34-41, 1980.

POTIGUARA, Eliane. Metade cara, metade máscara. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

JUMA, Puré. Jovens, continuem a remar: as jovens lideranças indígenas que têm lutado pela Amazônia. *Amazônia Latitude*, 2023. Disponível em: <https://amazonialatitude.com/2023/08/12/jovens-continuem-a-remar/> (amazonialatitude.com in Bing). Acesso em: 03 mar. 2026.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Raquel de Cássia Rodrigues. **Kubai, o encantado: literatura infantil indígena em foco**. 2021. 106f. Dissertação (mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre/RS, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11746458. Acesso em: 12 dez. de 2024.

REIS, Rosemeire. **Experiência escolar de jovens/alunos do ensino médio: os sentidos atribuídos à escola e aos estudos**. Educação e Pesquisa, v. 38, p. 637-652, 2012.

RENESE, Nicodème. O que pensam os índios sobre a presença da internet em suas comunidades. **São Paulo-SP**, 2010.

RESENDE, A. F. de L. C. **A abordagem STEAM em um jogo educativo para estudantes dos anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2022. 91f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Programa de Pós-graduação Stricto Sensu - modalidade Profissional em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Nilópolis, Nilópolis, 2022.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Materiais educacionais devem refletir a diversidade étnico-cultural da comunidade escolar.** São Paulo, out. 2024. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br>. Acesso em: 09 jan. 2024.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Celular nas escolas: transforme a restrição em oportunidade pedagógica.** São Paulo, jun. 2025. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/22076/celular-nas-escolas-transforme-a-restricao-em-oportunidade-pedagogica>. Acesso em: 27 jun. 2025.

RISSE, L. Cristina. **Paisagem, cultura e desenvolvimento sustentável: um estudo da comunidade indígena Apurinã na Amazônia brasileira** / Luciene Cristina Risse. – Rio Claro: [s.n.], 2005 280 f.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social [1762]; **Ensaio sobre a origem das línguas**. 2º ed. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1978.

SALGADO. I.; KAIMOWITZ. D. Porto de Moz: O Prefeito, “Dono do Município”. In: TONI. F.; KAIMOWITZ. D. (Org.) **Municípios e gestão florestal na Amazônia**. Natal: A.S Editores, 2003. Pag. 219 a 252.

SANCHO, Juana Maria; HERNÁNDEZ Fernando. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTA BRÍGIDA, Alexsander Luiz Braga. **Entre banzeiros do Rio Negro: os saberes socioculturais no contexto da Educação Física escolar ribeirinha**. 2021.

SANTOS, Priscila Bernardete. Troca Literária entre Minas e Amazonas. **Nova Escola**, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://novaescola.org.br/projetos-escolares/troca-literaria-entre-minas-e-amazonas/22231>. Acesso em: 06 jul. 2025.

_____. Nação, Estado e território. In: SANTOS, Milton. **Nação e poder: as dimensões da história**. Niterói. EDUFF. 1998.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 1-15.

_____. **O território e a sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, 1999.

SANTOS, Yonara Cristina de Souza. **Fonética e fonologia preliminar da língua Omáqua/Kambeba**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal

do Amazonas-UFAM, Manaus/AM, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br>. Acesso em: 15 out. de 2023.

SAILLANT, Francine e FORLINE, Louis. Memória fugitiva, identidade flexível: Caboclos na Amazônia. In: **Devorando o tempo**: Devorando o tempo Brasil, país sem memória. A. Leibing e S. Benninghoff-Lühl (orgs). São Paulo: Mandarim (:143-156). 2001.

SCHIEL, J. **Tronco velho: histórias Apurinã**. Campinas. 2004. 533p. Tese (doutorado em ciências sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. 2004.

SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional indígena**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Daniela Sulamita Trindade da. **O museu é coisa de Kokama**: museu indígena Kokama e o fortalecimento da identidade étnica. 2022. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/fabio/Downloads/Tese_DanielaSilva_PPGSCA.pdf. Acesso em: 15 out. de 2023.

SILVA, G.F. (2016). **A importância do Estudo do solo na escola**. Editora Nova Edição, 2016.

SILVA, Fábio Gomes; SANTOS, Ademar Vieira; BEZERRA, Ericê Correia. Proposta de inclusão e contribuição para o ensino e aprendizagem utilizando projetos com metodologia STEAM no município de Beruri-Am. **RILCO: Revista de Investigação Latinoamericana em Competitividade Organizacional**, n. 6, pág. 10, 2020.

SILVA, Fábio Gomes; DOS SANTOS DANTAS, Ausanira; DOS SANTOS, Ademar Vieira. A arte na esqueletização de folhas com o uso do aplicativo plantnet. **RILCO DS: Revista de Desarrollo sustentable, Negocios, Emprendimiento y Educación**, v. 2, n. 12, p. 2, 2020.

SILVA, Fábio Gomes (Org.). **Poetas Indígenas Apurinã**. Gramado, RS: Porto de Lenha Editora, 2021.

SILVA, Fabio Gomes. **Letramento digital**, ed.I. Jundiá - SP: PACO, 2021, v.I., p.120.

SILVA, Fábio Gomes (Org.). **Jovens Poetas da Escola D'Água - Vol.II**. Gramado, RS: Porto de Lenha Editora, 2022.

SILVA, Fábio Gomes et al. OS 10 ANOS DO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA NO ESTADO DO AMAZONAS. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, 2023.

SILVA, Fábio Gomes da et al. **Desenvolvimento Sustentável: Consumo de Água nas Escolas das Comunidades Tradicionais da Reserva Piagaçu**. In: XXI SEINPE - MANAUS, 2023. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/xxi-seinpe-anais/trabalho/296002>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, Fábio Gomes da; GOMES, Luciana de Araújo Corrêa; SILVA, Leandresson Lopes da. A Importância do Papel Docente no Protagonismo das Comunidades Tradicionais e na Cidade BeruriAM como Poetas e Artistas. **Revista Semear Ideias: Professores no Mundo Científico**, v. 1, n. 1, out., p. 66-78, 2025.

SILVA, Fernanda Novo da. **Identidade, território e desenvolvimento: o caso da vitivinicultura na Campanha Gaúcha, RS**. 2013 63 F. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal de Pelotas, 2013.

SILVA, Vitória Régia da. **Na primeira Marcha das Mulheres Indígenas, território, corpo e identidade estão no centro do discurso**. GN, 2019. Disponível em <https://www.generonumero.media/reportagens/marcha-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 14 set. 2023.

SILVA, José Afonso da; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Terras indígenas e direitos originários: memória, verdade e reparação**. Curitiba: Editora Juruá, 2016.

SILVA, Maria Alda Tranquilo da. **Saberes docentes constituídos na Prática Pedagógica de Professores da EJA indígena Potiguara na Baía da Traição - PB** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (2017).

SILVA, Maria Lúcia Castro da et al. **Aprendizagem ativa: educação STEAM e o uso das tecnologias digitais**. 2022.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

_____. Geografia, diferencia y políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Ano 18, n19, p.127-145, 2002.

SOUZA, Ingrid Daiane Pedrosa de. **Gentes da mata: histórias, alteridades e socialidades entre os Jamamadi do médio Purus**. 2015 140 f. Mestrado (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SOUZA, Márcio. **Amazônia indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, José Camilo Ramos de. **A geografia nas escolas das comunidades ribeirinhas de Parintins: entre o currículo, o cotidiano e os saberes tradicionais**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-08082013-102213/>. Acesso em: 03 set. 2025.

SOUZA, William Kennedy do Amaral. **Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais**: a (re) afirmação de modos de vida como formas de resistência. 2020. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SOUZA, L. M.; MENEGON, N. L. Desenvolvimento tecnológico e análise da demanda na recuperação familiar de farinha de mandioca: o caso da farinha d'água. **Revista Ação Ergonômica**, v. 10, n. 2, 2015.

SUGIZAKI, Eduardo; DE ARAÚJO, Ademar Santos. O Alto Purus e o seringueiro, sua memória, sua história. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 18, n. 2, p. 635-650, 2020.

SUSUI, Ariene. Jovens, continuem a remar: as jovens lideranças indígenas que têm lutado pela Amazônia. **Agência Pública**, 5 set. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/09/jovens-continuem-a-remar/>. Acesso em: 06 jul. 2025.

TAKAHASHI, F. O que os EUA podem ensinar ao Brasil na implantação da Base Curricular. In: **Folha de São Paulo**, 2017.

TENÓRIO, Marcelo Rodrigues et al. Tecnologias na prática escolar: possibilidades formativas e limites em sala de aula no cotidiano educacional. **Revista Tópicos**, v. 3, n. 23, p. 1-17, 2025.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. **Les territoires du quotidien**. Paris: L'harmattan, 1995. p. 17-34.

TOLEDO, VM; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, 2009, pág. 31–45.

TOLEDO, Víctor M. Povos e comunidades tradicionais e a biodiversidade. In: **LEVIN, S. A.** (Ed.). *Encyclopedia of Biodiversity*. San Diego: Academic Press, 2001.

TUAN, Yi Fu. **Espaço, Tempo, Lugar**: um arcabouço Humanista. **Geograficidade** v.01, n.01, 2011.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente / Yi-Fu Tuan; tradução: Lívia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência São Paulo: Difel, 2013.

VIANA, Lucivaldo Teles. **Identidade Territorial Ribeirinha: Uma análise da Comunidade Pacuí de Cima, Cametá-Pará**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Faculdade de Geografia, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/37550734/IDENTIDADE_TERRITORIAL_RIBEIRINHA_Uma_an%C3%A1lise_da_Comunidade_Pacu%C3%AD_de_Cima_Camet%C3%A1_Par%C3%A1_Amaz%C3%B4nia_Brasil. Acesso em: 04 de jul. de 2025.

VIEIRA, José Maria Trajano. A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama na tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru. **Tempo da Ciência**, v. 25, n. 50, 2016.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudos do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1957.

WRIGHT, Robin M. As tradições sagradas de Kuwai entre os povos Aruaque setentrionais: estruturas, movimentos e variações. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 609-652, 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**: uma Mulheres da Floresta história. Alto Juruá, Acre. São Paulo: Hucitec. 1999.

WONG, V.; DILLON, J.; KING, H. STEM in England: meanings and motivations in the policy arena. In: **International Journal of Science Education**, v. 38, n. 15, p. 2346–2366, 2016.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais / Tomaz Tadeu da Silva** (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

YAKMAN, G. **STEAM Education**: an overview of creating a modelo integrative education, 2008. Disponível em: <https://www.iteea.org/File.aspx?id=86752&v=75ab076a>. Acesso em: 02 ago. 2022.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; MEDEIROS, Rodrigo. Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. **Rio de Janeiro: Conservação Internacional**, 2018.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista com lideranças comunitárias e estudantes

Entre estudantes e comunitários tradicionais da região de Beruri – AM.

1. Dados Pessoais:

- Nome:

- Idade:

- Sexo:

- Profissão:

2. Quantas pessoas ou famílias moram com você?

3. Quais as relações entre a comunidade ribeirinha e a indígena?

4. Quais as relações estabelecidas entre a comunidade e a cidade de Beruri?
5. O que significa viver nesse lugar?
6. O que é a natureza para você?
7. Você usa a natureza em seu dia-a-dia? Como?
8. Quantas pessoas do local que você reside utilizam a natureza para sustento? Como utilizam?
9. Você sente falta de ter contato com a cidade Beruri, Manaus, São Paulo, Estados Unidos etc?
10. De que forma que a comunidade mantém contato, entre outras comunidades, cidade de Beruri ou outras cidades, Estados etc.?
11. Você participou das oficinas Steam? Como?
12. Você consegue identificar os pontos positivos e negativos da oficina Steam, realizado em sua comunidade?
13. Você é a favor ou contra do uso das tecnologias na escola e na comunidade? Por quê?
14. Para você, qual a importância do trabalho que estamos realizando com as oficinas Steam?

Apêndice B – Roteiro de entrevista com os professores

Entre os professores da região de Beruri – AM.

1. Dados Pessoais:
 - Nome:
 - Idade:
 - Sexo:
 - Profissão:
2. Quais as relações entre a comunidade ribeirinha e a indígena?
3. O que significa viver nesse lugar?
4. O que é a natureza para você?

5. Você sente falta de ter contato com a cidade Beruri, Manaus, São Paulo, Estados Unidos etc?
6. De que forma que a comunidade mantém contato, entre outras comunidades, cidade de Beruri ou outras cidades, Estados etc.?
7. Você participou das oficinas Steam? Como?
8. Você consegue identificar os pontos positivos e negativos da oficina Steam, realizado em sua comunidade?
09. Você é a favor ou contra do uso das tecnologias na escola e na comunidade? Por quê?
10. Para você, qual a importância do trabalho que estamos realizando com as oficinas Steam?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DO LUGAR E DO LOCAL EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO DE BERURI, AMAZÔNIA.

Sou doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, e estou realizando uma pesquisa com o objetivo de analisar como o território, na perspectiva do lugar e do local, no contexto da produção de conhecimento em comunidades tradicionais da região de Beruri – AM. O(os) procedimento(s) de coleta de dados será por meio de depoimentos orais, através da utilização de gravador de som e máquina fotográfica (com a permissão do pesquisado). Para os depoimentos orais será utilizado um roteiro de entrevista para delinear as respostas ao objetivo proposto. A frequência dos participantes se dará uma única vez, com o intuito de não interferir na rotina dos mesmos em suas atividades na Terra Indígena ou ribeirinhas.

Neste sentido, gostaria de contar com sua participação na referida pesquisa que, caso o (a) senhor (a) aceite, envolverá uma entrevista (organizada de acordo com um roteiro de entrevista, que está anexado neste documento), em data, horário e local de sua escolha. Evidentemente, sua participação na pesquisa é de grande importância. Cabe ressaltar, no entanto, que a *participação é voluntária* e, nesse sentido, se o (a) senhor (a) decidir não participar ou quiser desistir de participar (em qualquer momento), tem absoluta liberdade de fazê-lo. Caso decida participar, quero garantir que os dados obtidos através de todas as entrevistas serão analisados de forma global, sendo garantido, nesse sentido, total sigilo (pessoal e organizacional) para todos os (as) entrevistados (as). O que significa,

evidentemente, que na publicação da Tese de Doutorado ou, então, de outras produções científicas (artigos, capítulos de livros etc.) sua identidade será mantida em sigilo, omitindo-se todas as informações que possam identificá-lo (la).

Por fim, é importante registrar que os resultados da pesquisa são públicos e, uma vez ela terminada, os dados serão disponibilizados para todos (as) os (as) interessados (as), inclusive para o (a) senhor (a), caso seja de seu interesse. De qualquer forma, reafirmo que sua participação será de grande importância para que possamos não somente ampliar a compreensão de uma temática que ainda carece de estudos, mas, fundamentalmente, para que possamos fornecer para nossas instituições (públicas e privadas) informações e conhecimentos sistematizados e capazes de instrumentalizá-las em suas práticas de reflexão e de intervenção sobre essas comunidades tradicionais regionais de Beruri-AM.

Agradeço a sua atenção inicial, espero contar com sua participação na pesquisa e, para qualquer dúvida ou esclarecimento, coloco à sua disposição meu endereço eletrônico e meu contato telefônico: E-mail: **fabiogomes1@mx2.unisc.br**; Fone: **(92) 99311-0721**.

Atenciosamente,

Fábio Gomes da Silva
Estudante de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Declaro que concordo em participar da pesquisa “O território na perspectiva do lugar e do local em comunidades tradicionais na Amazônia”. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome e assinatura do participante.

Local e data.